Sexta-feira, 5 de Fevereiro de 1988 I Série — Número 49

DIÁRIO da Assembleia da República

V LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1987-1988)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 4 DE FEVEREIRO DE 1988

Presidente: Ex.mo Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários: Ex.mos Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes
José Carlos Pinto Bastos da Mota Torres
Cláudio José dos Santos Percheiro
Daniel Abílio Ferreira Bastos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos.

Antes da ordem do dia. — *Deu-se conta dos requerimentos, da resposta a alguns outros e dos diplomas entrados na Mesa.*

O Sr. Deputado Castel-Branco (PS) teceu considerações acerca da situação da saúde mental em Portugal e, a propósito da alienação do Hospital de Júlio de Matos, alertou para a necessidade de se criarem infra-estruturas que acolham os doentes internados nesse Hospital. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Luís Meneses (PSD).

O Sr. João Silva (PSD) chamou a atenção para os problemas dos portugueses emigrantes na Suíça que trabalham no sector da construção civil.

A Sr.ª Deputada Julieta Sampaio (PS) criticou o Governo pela dissolução da Câmara Municipal de Gondomar e pela sua intervenção na gestão dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto. No fim, respondeu a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Roleira Marinho (PSD).

O Sr. Deputado Herculano Pombo (Os Verdes) propôs que as plantas que ornamentam a Assembleia, aquando de sessões solenes, não sejam retiradas, passando a ornamentá-la permanentemente, tendo, no final, respondido a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Mendes Bota (PSD).

O Sr. Deputado Vidigal Amaro (PCP) referiu-se ao projecto de encerramento e venda do Hospital de Júlio de Matos, tendo criticado a Ministra da Saúde por esta iniciativa. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Luís Meneses (PSD).

A Sr.ª Deputada Helena Torres Marques (PS) abordou a questão da necessidade de implementação do projecto do Alqueva, tendo criticado o Governo pela sua inactividade. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Marques Júnior (PRD), Carlos Pinto e Roleira Marinho (PSD) e Herculano Pombo (Os Verdes).

O Sr. Deputado Guerreiro Norte (PSD) alertou a Câmara para o problema habitacional existente no Algarve, tendo, no fim, respondido a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados António Esteves (PS) e Herculano Pombo (Os Verdes).

Ordem do dia. — *Procedeu-se à apreciação do relatório do Provedor de Justiça relativo ao ano de 1985, tendo intervindo os Srs. Deputados Alberto Martins (PS), Narana Coissoró (CDS), Marques Júnior (PRD), Raul Castro (ID), Herculano Pombo (Os Verdes) e Assunção Esteves (PSD).*

Foram apreciados, na generalidade, os projectos de lei n.os 142/V, apresentado pelo PSD, e 169/V, apresentado pelo PS, PCP, PRD, CDS, Os Verdes e ID, relativos à Lei Orgânica da Assembleia da República.

Intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Silva Marques (PSD), João Corregedor da Fonseca (ID), Jorge Lemos (PCP), Herculano Pombo (Os Verdes), Marques Júnior (PRD), Raul Castro (ID), António Vitorino (PS), Basílio Horta (CDS), António Barreto e Raul Junqueiro (PS), José Puig (PSD), Maia Nunes de Almeida (PCP) e José Luís Ramos, Pais de Sousa e Pacheco Pereira (PSD).

Após rejeição de um requerimento apresentado pelo PS, PCP, PRD, CDS, Os Verdes e ID, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, antes da votação na generalidade, dos dois projectos de lei em apreço, com vista a viabilizar um projecto síntese, os Srs. Deputados Jorge Sampaio (PS) — que motivou um protesto do Sr. Deputado Silva Marques (PSD) —, Carlos Brito (PCP), Marques Júnior (PRD), João Corregedor da Fonseca (ID), Narana Coissoró (CDS) e Herculano Pombo (Os Verdes), sob a forma de interpelação à Mesa, anunciaram que os respectivos grupos parlamentares abandonariam a Sala em sinal de protesto, ficando apenas um Sr. Deputado a representá-los.

De seguida, o Sr. Presidente anunciou que se iria proceder à realização das votações, tendo o Sr. Deputado Jorge Lemos (PCP) pedido a verificação do quórum e o Sr. Deputado Silva Marques (PSD) requerido a verificação, após a votação, da presença nominal dos deputados, para efeito da aplicação do respectivo estatuto. A este propósito intervieram ainda, sob a forma de interpelação à Mesa, os Srs. Deputados Raul Junqueiro (PS), Jorge Lemos (PCP), Silva Marques (PSD), Narana Coissoró (CDS) e João Corregedor da Fonseca (ID).

Entretanto, a Câmara aprovou, na generalidade, a proposta de lei n.º 17/V (revê o regime de participações do sector público e procede à concentração dos princípios gerais a eles relativos) que baixou, a requerimento do PSD, à 5.ª Comissão para apreciação na especialidade, e autorizou um Sr. Deputado a depor como testemunha em tribunal.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 21 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio de Mesquita Araújo Guedes.
Adérito Manuel Soares Campos.
Alberto Cerqueira de Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Alexandre Azevedo Monteiro.
Álvaro Cordeiro Dâmaso.
António Abílio Costa.
António Augusto Ramos.
António de Carvalho Martins.
António Fernandes Ribeiro.
António Maria Oliveira de Matos.
António Paulo Martins Pereira Coelho.
António Paulo Veloso Martins Bento.
António Roleira Marinho.
António da Silva Bacelar.
Arlindo da Silva André Moreira.
Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha.
Armando Manuel Pedroso Militão.
Belarmino Henriques Correia.
Carla Tato Diogo.
Carlos Alberto Pinto.
Carlos Manuel Duarte Oliveira.
Carlos Manuel Oliveira da Silva.
Casimiro Gomes Pereira.
César da Costa Santos.
Cristóvão Guerreiro Norte.
Daniel Abílio Ferreira Bastos.
Domingos da Silva e Sousa.
Eduardo Alfredo de Carvalho P. da Silva.
Ercília Domingos M. P. Ribeiro da Silva.
Fernando Barata Rocha.
Fernando Dias de Carvalho Conceição.
Fernando José R. Roque Correia Afonso.
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
Hilário Torres Azevedo Marques.
João Costa da Silva.
João Domingos F. de Abreu Salgado.
João José da Silva Maçãs.
João Manuel Ascensão Belém.
João Maria Ferreira Teixeira.
João Soares Pinto Montenegro.
Joaquim Fernandes Marques.
Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.
José Alberto Puig dos Santos Costa.
José de Almeida Cesário.
José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
José António Coito Pita.
José Assunção Marques.
José Augusto Ferreira de Campos.
José Augusto Santos Silva Marques.
José Francisco Amaral.
José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.
José Júlio Vieira Mesquita.
José Lapa Pessoa Paiva.
José Leite Machado.
José Luís Campos Vieira de Castro.
José Manuel da Silva Torres.
José Mendes Bota.
Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.
Luís António Martins.
Luís Filipe Meneses Lopes.
Luís da Silva Carvalho.
Manuel António de Sá Fernandes.
Manuel Coelho dos Santos.
Manuel João Vaz Freixo.
Maria da Conceição U. de Castro Pereira.
Maria Luísa Lourenço Ferreira.
Maria Natalina Pessoa Milhano Pintão.
Mário Ferreira Bastos Raposo.
Mário Jorge Belo Maciel.
Mário de Oliveira Mendes dos Santos.
Mateus Manuel Lopes de Brito.
Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.
Paulo Manuel Pacheco Silveira.
Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
Rui Manuel P. Chancerelle de Machete.
Vasco Francisco Aguiar Miguel.
Virgílio de Oliveira Carneiro.

Partido Socialista (PS):

Afonso Sequeira Abrantes.
Alberto Arons Braga de Carvalho.
Alberto Marques de Oliveira e Silva.
Alberto de Sousa Martins.
António de Almeida Santos.
António Carlos Ribeiro Campos.
António Fernandes Silva Braga.
António José Sanches Esteves.
António Magalhães da Silva.
António Manuel Carvalho Vitorino.
António Manuel Oliveira Guterres.
António Miguel Morais Barreto.
António Poppe Lopes Cardoso.
Carlos Cardoso Lage.
Carlos Manuel G. Pereira Pinto.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Elisa Maria Ramos Damião Vieira.
Fernando Ribeiro Moniz.
Francisco Fernando Osório Gomes.
Francisco Igrejas Caeiro.
Helena de Melo Torres Marques.
João Cardona Gomes Cravinho.
João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
João Rui Gaspar de Almeida.
Jorge Fernando Branco Sampaio.
Jorge Lacão Costa.
José Barbosa Mota.
José Carlos P. Basto da Mota Torres.
José Ernesto Figueira dos Reis.
José Florêncio B. Castel Branco.
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
Maria Julieta Ferreira B. Sampaio.
Maria Teresa Santa Clara Gomes.
Mário Manuel Cal Brandão.
Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
Raul Manuel Bordalo Junqueiro.
Rui do Nascimento Rabaça Vieira.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favas Brasileiro.
Álvaro Manuel Balseiro Amaro.
António da Silva Mota.
Apolónia Maria Pereira Teixeira.
Cláudio José dos Santos Percheiro.
Fernando Manuel Conceição Gomes.

João António Gonçalves do Amaral.
José Manuel Antunes Mendes.
José Manuel Santos Magalhães.
Lino António Marques de Carvalho.
Luís Manuel Loureiro Roque.
Manuel Anastácio Filipe.
Maria Ilda Costa Figueiredo.
Maria de Lurdes Dias Hespanhol.
Maria Odete Santos.
Octávio Augusto Teixeira.

Partido Renovador Democrático (PRD):

António Alves Marques Júnior.
Hermínio Paiva Fernandes Martinho.
Isabel Maria Costa Ferreira Espada.
José Silva Lopes.
Rui José dos Santos Silva.

Centro Democrático Social (CDS):

Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):

Herculano da Silva P. Marques Sequeira.

Agrupamento Intervenção Democrática (ID):

João Cerveira Corregedor da Fonseca.
Raul Fernando de Morais e Castro.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, vai proceder-se à leitura dos requerimentos, das respostas a requerimentos e dos diplomas entrados na Mesa.

O Sr. **Secretário** (Daniel Bastos): — Na última sessão foram apresentados os seguintes requerimentos: à Secretaria de Estado do Ambiente, formulado pelos Srs. Deputados Maria Santos e Herculano Pombo; ao Governo (2), formulados pelo Sr. Deputado Cláudio Percheiro e outros; a diversos ministérios (3), formulados pelo Sr. Deputado Álvaro Brasileiro; ao Governo, formulados pelos Srs. Deputados Ilda Figueiredo, Luís Roque e Rogério Moreira; ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Manuel dos Santos e outros; ao Ministério do Planeamento e da Administração do Território, formulado pelo Sr. Deputado Mateus de Brito; ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado Vaz Freixo; à Câmara Municipal de Serpa, formulado pelos Srs. Deputados Helena Torres Marques e Luís Rodrigues, e ao Governo Regional da Madeira, formulado pelos Srs. Deputados Maria Santos e Herculano Pombo.

O Governo respondeu a requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados: Cláudio Percheiro, na reunião da Comissão Permanente do dia 8 de Outubro; Ilda Figueiredo, nas sessões de 21 de Outubro e 12 de Novembro; Álvaro Brasileiro, na sessão de 19 de Outubro; Maria Santos e Mateus de Brito, na sessão de 12 de Novembro; Luís Roque, nas sessões de 12 e 13 de Novembro; José Lello e Hermínio Martinho, na sessão de 17 de Novembro; Jorge Lemos, na sessão de 27 de Novembro; Linhares de Castro e Herculano Pombo, na sessão de 30 de Dezembro, e Armando Fernandes, na sessão de 14 de Janeiro.

Deu entrada na Mesa o projecto de resolução n.º 13/V, apresentado pelo Partido Os Verdes, que declara em situação de emergência os rios Lis, Leça e Almonda.

Deram igualmente entrada na Mesa os projectos de lei n.os 172/V, da iniciativa do Sr. Deputado Fernando da Conceição e outros, do PSD, relativo à lei sobre a investigação e desenvolvimento tecnológico, que foi admitido e baixou à 4.ª Comissão; 173/V, da iniciativa da Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo e outros, do PCP, sobre a elevação da vila da Marinha Grande a cidade, que foi admitido e baixou à 10.ª Comissão.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Castel-Branco.

O Sr. **Castel-Branco** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Periodicamente emergem na opinião pública, através dos meios de comunicação social, preocupações relativas a certos campos da saúde. De um modo geral, estas questões surgem relacionadas com um acréscimo da incidência ou manutenção da prevalência de certas doenças, com a inadequação dos meios técnicos postos à disposição das instituições, para diagnóstico ou tratamento de outras, por razões relativas à gestão dos recursos materiais ou humanos dos meios existentes, ou ainda pela introdução no nosso meio, com intensidade relevante, de técnicas já em uso mais corrente no estrangeiro.

Assim foi com a SIDA, com o cancro, com a tuberculose, com a cirurgia cardíaca e, nas últimas semanas e a propósito da alienacão de bens patrimoniais do Ministério da Saúde, com a saúde mental. Actualmente, no nosso país, o portador de perturbações mentais ou emocionais não encontra os meios e serviços necessários e adequados à resolução dos seus problemas de saúde ou doença, em tempo útil e de forma eficaz. Serão excepção à regra os possuidores de bens de fortuna, e mesmo assim com alguma reserva.

Quando o indivíduo é atingido pela preocupação ou anomalia mental, tende a recorrer aos cuidados do clínico geral ou de especialistas não psiquiatras; compreende-se que assim seja, se levarmos em conta que as perturbações emocionais e mentais estão frequentemente associadas a queixas somáticas.

Em situações de especial risco, como a gravidez, o parto, a infância, a idade pré-escolar e escolar, a adolescência, a idade da reforma, a velhice, o isolamento social, a deficiência, a doença prolongada, as famílias confrontadas com graves carências sócio-económicas, a mobilidade geográfica, a dependência alcoólica ou toxicofílica, são situações críticas do ponto de vista do desenvolvimento da personalidade e da saúde mental; contudo, no nosso meio, não beneficiam de programas estruturados que visem a promoção da saúde e a prevenção da doença.

É dado adquirido que as perturbações mentais e emocionais colocam com frequência tensões e exigências aos familiares, pela incapacidade temporária e muitas vezes prolongada que geram no campo relacional e laboral, conduzindo a situações de grande dependência afectiva, social e económica.

Acrescem as dificuldades subsequentes de reintegração na família, no trabalho e na comunidade, sabido como é que existem no público em geral atitudes negativas relativas à doença e ao doente mental.

À falta de estruturação do sistema acrescem as gritantes carências em matéria de técnicos (psiquiatras, enfermeiros com diferenciação no campo da saúde mental, terapeutas ocupacionais, psicólogos, o que conduz por sistema à tera-

pêutica medicamentosa como resposta exclusiva, quantas vezes com sobremedicação, à dependência medicamentosa ou tóxica, não raro à tentativa de suicídio com a medicação prescrita.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: é neste contexto que aqueles que se preocupam com as questões de saúde mental em Portugal vêem com apreensão a notícia tornada pública da venda para urbanização dos 220 000 m² de terreno onde está instalado o Hospital de Júlio de Matos, sem que para essa decisão tenham sido ouvidos os serviços técnicos responsáveis pela área da saúde mental, os responsáveis pela gestão daquele hospital.

Sendo certo que o moderno hospital psiquiátrico deve revestir-se de carácter multidisciplinar que não dispensa a colaboração, entre outras, da medicina interna e neurologia e meios complementares adequados ao diagnóstico e terapêutica de situações agudas ou de tratamento prolongado, é igualmente certo que deverão desaparecer as características asilares que caracterizam actualmente os nossos hospitais psiquiátricos.

As experiências de reconversão dos antigos hospitais psiquiátricos, como foi o caso do Centre Hospitalier Sainte-Anne, em Paris, as experiências vividas nos últimos anos em matéria de saúde mental, nomeadamente no Reino Unido e na Holanda, por exemplo, obrigam a grande prudência na reconversão deste tipo de instituições, que passarão seguramente pela existência nos hospitais gerais, nomeadamente nos distritais, de camas para internamento de doentes psiquiátricos agudos ou em período de crise.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: a alienação por parte do Estado dos terrenos onde está instalado o Hospital de Júlio de Matos só será compreensível se integrada com *timing* próprio numa reestruturação dos serviços de saúde mental, que, no nosso entender, deverá obedecer às seguintes linhas de força:

1 — Criação prioritária de centros de saúde mental, com integração funcional progressiva dos serviços de saúde mental com os restantes serviços (administrações regionais de saúde e hospitais gerais), mantendo, entretanto, nos serviços de saúde mental uma unidade técnica e administrativa que lhes permitam assegurar a continuidade dos serviços que actualmente prestam.

2 — Criação de alternativas residenciais, hospitais de dia ou de noite e meios de reinserção na comunidade por acordos com a Segurança Social e as autarquias.

3 — Reforço da regionalização e descentralização dos serviços de saúde mental que inclua serviços para adultos, crianças, toxicodependentes e doentes de evolução prolongada.

4 — Se tenha em conta que a integração central dos serviços de saúde mental na Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários (experiência única e piloto de coordenação dos cuidados primários e diferenciados) permite assegurar uma coordenação e articulação eficiente entre os serviços centrais e locais de cuidados de saúde (ARS e centros de saúde) com os serviços de saúde mental (centros de saúde mental e hospitais psiquiátricos). Objectivo a atingir com:

1) Formas de trabalho comum e equipa;
2) Progressiva articulação funcional entre serviços;
3) Integração dos responsáveis pelos centros de saúde mental nos órgãos de administração e planeamento de saúde distritais e locais;
4) Planeamento de programas de formação no campo da enfermagem, terapêutica ocupacional e comportamental, aproveitando meios financeiros provenientes da CEE, à semelhança do que tem vindo a ser feito, nomeadamente pela Grécia;
5) Legislação e orientações dirigidas aos hospitais psiquiátricos no sentido da sua desinstitucionalização, assegurando o cumprimento das funções que lhe cabem nos domínios seguintes:

    1) Prestação de cuidados de saúde mental e psiquiátricos completos a sectores definidos da população;
    2) Internamento de doentes agudos ou de evolução prolongada;
    3) Apoio especializado aos serviços de âmbito regional;
    4) Ensino;
    5) Investigação;

Em resumo:

1) Desinstitucionalizar;
2) Integrar;
3) Desenvolver e modernizar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: se assim for, haverá, acessível à comunidade em geral, aos grupos de maior risco em particular e às pessoas preocupadas com a saúde mental ou já doentes, um conjunto mínimo de serviços essenciais ao tratamento da doença, à promoção da saúde, à prevenção a todos os níveis e à reintegração das situações de doença mental.

O encerramento do Hospital de Júlio de Matos sem uma alternativa de reestruturação dos serviços no sentido atrás exposto é preocupante.

O despacho puro e simples dos cerca de 400 asilados que nele existem para instituições de solidariedade social ou outras, sem o acompanhamento indispensável por parte de técnicos de saúde mental, que sabemos insuficientes, é, pelo menos, desumano, quase diria um crime.

O encerramento do Hospital de Júlio de Matos sem um estudo profundo das possibilidades da sua reconversão, à semelhança do que foi feito com o Centre Hospitalier de Sainte-Anne, atrás referido, é, pelo menos, uma leviandade.

O encerramento do Hospital de Júlio de Matos sem uma solução alternativa implantada e a funcionar é apenas um negócio, negócio triste, negócio obscuro.

Aplausos do PS e do PRD.

O Sr. **Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Meneses.

O Sr. **Luís Meneses** (PSD): — Sr. Deputado Castel-Branco, com excepção dos dois últimos parágrafos da sua intervenção, poderia perfeitamente — e creio que o mesmo se passa com outros deputados do meu grupo parlamentar — subscrevê-la por inteiro. Penso que até aí se tratou de uma intervenção serena, correcta, e que teve uma grande virtude: contrariamente às opiniões emitidas nos últimos dias sobre a questão do Hospital de Júlio de Matos, o Sr. Deputado Castel-Branco não pôs em causa o princípio da alienação de bens do Estado, que, estando numa situação de subutilização e não havendo qualquer outra contra-indicação, podem ser alienados para que as mais-valias sejam utilizadas no proveito da maioria dos Portugueses. Portanto, cumprimento-o por não ter usado essa demagogia fácil que muitos vêm usando nestas últimas semanas.

Em relação ao conteúdo da intervenção que produziu posso dizer — pois talvez o Sr. Deputado não saiba — que, na conferência de impensa que o Governo concedeu na

semana passada, a Sr.ª Ministra da Saúde, quando abordou esse problema, falou em muitas das alternativas que o Sr. Deputado aqui invocou. Portanto, penso que o Governo irá solucionar o problema dos profissionais e dos doentes do Hospital de Júlio de Matos numa linha que se insere muito na substância da sua intervenção.

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Castel-Branco.

O Sr. **Castel-Branco** (PS): — O Sr. Deputado Luís Meneses disse que estava de acordo com a parte inicial da intervenção que formulei, mas a verdade é que também poderia estar de acordo com a parte final. Efectivamente, o Sr. Deputado sabe perfeitamente que qualquer solução de reconversão deste Hospital, especialmente do trânsito para outro local dos respectivos asilados, dado que eles têm um alto grau de institucionalização, não pode fazer-se sem a existência de técnicos de saúde, nomeadamente de terapêutica ocupacional e comportamental, que o Sr. Deputado sabe perfeitamente que não existem.

Por outro lado, uma transferência intempestiva desses doentes poderia levar a que muitos deles, ao saberem que são enviados para casa, se suicidassem. Certamente que o Sr. Deputado conhecerá casos desses!

Sr. Deputado, no fundo, o problema não é o da alienação ou não alienação patrimonial. Aquilo que não podemos aceitar é que se tome qualquer tipo de medidas que vá contra o bem-estar físico, psíquico e social dos cidadãos, porque é assim que a Organização Mundial de Saúde define o estado de saúde, e a verdade é que o direito à saúde está presente na nossa Constituição.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Silva.

O Sr. **João Silva** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os cerca de 18 000 trabalhadores emigrantes que na Suíça laboram no secor da construção civil diligenciam no sentido de sensibilizar os Governos de Portugal e da Confederação Helvética com vista à resolução de um grave problema com que se debatem.

Nos termos da legislação em vigor na Suíça, os trabalhadores estrangeiros da construção civil são considerados sazonais. Assim, as suas autorizações de trabalho estendem-se de um mínimo de três meses a um período máximo de nove meses. Em consequência, são obrigados a sair da Suíça pelo menos três meses durante o ano.

A tal situação outra se junta: durante o tempo em que trabalham em território helvético, os emigrantes portugueses empregados na construção civil descontam para o subsídio de desemprego, que nunca recebem, dado que a legislação daquele país impede a «exportação» de subsídios. Por isso, acabado o contrato sazonal, o emigrante é obrigado a retirar-se do referido país e a regressar a Portugal para uma situação de desemprego temporária, durante a qual não recebe o subsído para que descontou na emigração, ao qual não tem direito.

Com o apoio das associações, centros culturais e desportivos de diversas cidades suíças, o SICOM (Sindicato Helvético da Construção e Madeira) recolheu uma petição dos nossos emigrantes e comprometeu-se a fazer levantar a questão, ainda este ano, no Parlamento da Confederação.

Uma delegação do SICOM, convidada pelo SINDECO (Sindicato Democrático da Construção), deslocou-se recentemente a Lisboa e avistou-se com o titular da pasta do emprego, a quem expôs a situação destes emigrantes portugueses. O SICOM comprometeu-se a sensibilizar os partidos políticos e o Governo do seu país para que se encontrem soluções para este problema. Impõe-se que, em Portugal, se tomem também iniciativas nesse sentido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: podem e devem o Ministério dos Negócios Estrangeiros e os meios diplomáticos portugueses creditados em Berna coadjuvar as pressões do SICOM, onde se filiam 70 % dos emigrantes portugueses na construção civil daquele país, para que o tratamento injusto de que os nossos compatriotas são objecto seja eliminado.

Pode e deve o Ministério do Emprego e da Segurança Social procurar as plataformas possíveis para uma solução justa e correcta deste problema.

A Confederação Helvética tem instrumentos, acordos bilaterais assinados, que resolvem a situação semelhante dos emigrantes provenientes da Àustria, da Alemanha, da Itália, da França e da Jugoslávia. Segundo esses acordos, conta para o subsídio de desemprego temporário a auferir no país de origem o tempo de trabalho na Suíça.

Os acordos fixam os trâmites bilaterais para que tal possa ser assegurado. Importa que, com base nesses instrumentos, Portugal obtenha condições similares para os seus emigrantes em território suíço.

Do entendimento entre o SINDECO, o SICOM e o Estado Português resultou já um meio de minorar a situação discriminatória em que se encontram estes emigrantes: o aproveitamento do desemprego sazonal obrigatório para cursos de formação profissional em Portugal.

É evidente que essa medida, sendo necessária e útil, não resolve o problema. Os emigrantes na Suíça têm jus ao subsídio de desemprego para o qual descontaram, à semelhança do que acontece com outros emigrantes europeus naquele país.

Justifica-se, pois, que o Governo de Lisboa actue junto do Governo Helvético para que se forme o acordo correspondente e que a Assembleia da República acompanhe as diligências nesse sentido.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Julieta Sampaio.

A Sr.ª **Julieta Sampaio** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados: A dissolução da Câmara Municipal de Gondomar, após larga controvérsia, foi por fim concretizada na última reunião do Conselho de Ministros.

A deliberação a que finalmente chegou o Conselho de Ministros, ao que se julga saber, foi baseada na falta do plano de actividades e do orçamento para o ano de 1986, por não terem sido aprovados no ano anterior, ou seja, em 1985, nem no decurso do ano a que respeitavam.

Porém, a irregularidade imputada ao executivo gondomarense foi, na prática, caucionada pelo Tribunal de Contas, uma vez que todas as despesas efectuadas o foram com alterações feitas ao anterior orçamento, de acordo com a Lei n.º 79/77, e sempre visadas pelo respectivo Tribunal.

A apontada negligência do executivo não pode, pois, circunscrever-se apenas ao órgão municipal, se considerarmos que outras instâncias do poder tinham obrigatoriamente conhecimento dos factos face à lei em vigor.

Espanta-nos que o ministério da tutela não tenha atempadamente exercido uma acção pedagógica para que a legalidade fosse reposta, em vez de agora vir, apressada e atabalhoadamente, exercer uma acção repressiva, ainda para

mais de parecer contrário ao do órgão consultivo, da Assembleia Distrital, que se pronunciou, e por grande maioria, inequivocamente contra a dissolução.

A este respeito interessará perguntar para que serve um parecer formulado por um órgão pluralista, como é Assembleia Distrital.

Note-se que não houve qualquer intenção dolosa da Câmara na não elaboração atempada do orçamento e do plano. Além do mais, era público, notório e conhecido das entidades públicas o atraso verificado, o qual, aliás e infelizmente para todos, já se tem verificado ao nível do Estado central.

Sr. Presidente, Sr.as Deputadas, Srs. Deputados: Interrogamo-nos sobre as motivações da decisão do Governo. Não haveria qualquer outra medida que o Governo pudesse tomar? É que existe uma evidente desproporção entre a irregularidade cometida pela Câmara e a pena que lhe foi aplicada.

A lei diz que nos casos referidos o Governo «poderá» dissolver. Não diz que «deve», mas sim que «pode».

No caso vertente, o Governo usou mal esse poder. Afinal, a Câmara não foi acusada de qualquer acto imoral, corrupto ou de favoritismo, como, infelizmente, tem acontecido em outros casos.

A gestão da Câmara de Gondomar tem sido eficiente e dinâmica. Sendo o estilo do seu presidente por vezes controverso, ninguém lhe negará o dinamismo, o empenhamento e o progresso que tem imprimido ao concelho.

É legítimo, pois, presumir que o Governo não agiu com imparcialidade. Aproveitou as circunstâncias para dissolver a Câmara de Gondomar, quando se sabe que inúmeras câmaras deste país ainda estão neste momento sem orçamento e plano de actividades e que outras câmaras aprovaram os do ano passado quase no fim do ano.

O Governo começa a demonstrar uma atitude prepotente face ao poder local. São disso exemplos recentes a retirada das antenas parabólicas e a intervenção na gestão dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto, num acto de pura violação da autonomia desta Câmara e cometendo um atentado à tradicional independência da cidade invicta, o qual está a provocar indignação geral no Porto, acto contra o qual aproveito para protestar.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Muito bem!

A **Oradora:** — Registe-se ainda que, neste caso de Gondomar, o Governo não teve o cuidado de comunicar previamente com o Sr. Presidente da República: estaremos perante um esboço de conflito institucional deliberado?

Mas estou convencida que o povo percebe o jogo do Governo e lhe vai dar a resposta que merece no acto eleitoral que terá lugar em Gondomar.

Aplausos do PS, do PCP e do PRD.

O Sr. **Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Roleira Marinho.

O Sr. **Roleira Marinho** (PSD): — Sr.ª Deputada Julieta Sampaio, foi com muita atenção que ouvi a sua intervenção e gostaria de lhe colocar algumas questões.

V. Ex.ª disse que havia casos muito semelhantes ou iguais àquilo que se passou na Câmara Municipal de Gondomar e referiu particularmente o facto de ainda neste momento haver muitas câmaras sem terem aprovado o seu plano para o corrente ano. Gostaria, pois, de saber se esse facto tem algo de semelhante com aquilo que publicamente é invocado em relação ao que se passou com a Câmara Municipal de Gondomar, que nunca aprovou nenhum plano para poder exercer a sua acção nem aplicar os duodécimos, que é aquilo que se faz quando os planos não são aprovados em tempo, ou seja, antes de ter terminado o ano e começar um novo ano. Pelo contrário, esqueceram, pura e simplesmente, a aprovação de um plano. Isto não será grave, Sr.ª Deputada.

Por outro lado, a Sr.ª Deputada disse que este governo não tinha respeito pelo poder local. Mas, Sr.ª Deputada, caberá na cabeça de alguém que um governo que emana de um partido que tem a maioria das câmaras municipais não respeite os poderes, não defina os planos em que cada um deles exerce a sua acção? Estará V. Ex.ª a pensar que haverá algum atropelo democrático nesta acção?

A Sr.ª Deputada referiu, por igualdade de circunstâncias, aquilo que se passou com as antenas parabólicas. Mas não ficou aqui demonstrado, Sr.ª Deputada, que não havia lei que possibilitasse a ocupação do espaço radioeléctrico nacional com aquilo que estava a acontecer? No fundo, o que se passou não foi a tentativa de que haja uma lei que se possa cumprir, dado que aqui também havia um atropelo legal.

Por outro lado, a Sr.ª Deputada referiu o facto de o Governo — e não sei se este o fez ou não — não ter consultado o Sr. Presidente da República para a dissolução da Câmara Municipal de Gondomar. Porquê, Sr.ª Deputada? Havia alguma razão, alguma complementaridade de acção, para que o Governo viesse a fazer uma consulta ao Sr. Presidente da República? Não vamos atropelar os factos! Vamos serenamente verificar aquilo que se está a passar, vamos atender às situações e vamos, cada um de nós, assumir as nossas responsabilidades sem demagogia.

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Julieta Sampaio.

A Sr.ª **Julieta Sampaio** (PS): — Sr. Deputado Roleira Marinho, ouvi atentamente o pedido de esclarecimento que formulou e, portanto, vou tecer algumas considerações.

Em relação à aprovação dos planos de actividade, o Sr. Deputado sabe tão bem como eu que houve câmaras que aprovaram os seus planos de actividade e os seus orçamentos com atrasos de seis e sete meses. Ora, não é justo que a Câmara Municipal de Gondomar, pelo facto de não ter aprovado o seu orçamento para 1986 no ano de 1985 — ano esse em que se realizaram as eleições autárquicas —, tenha recebido por parte do executivo a penalização máxima, enquanto as restantes câmaras não receberam qualquer penalização por, atempadamente e dentro dos prazos legais, não terem aprovado o seu plano de actividade e o seu orçamento. Esta é que é a questão essencial: é que umas não recebem penalização nenhuma enquanto as outras recebem a penalização máxima!

Não sei se o Sr. Deputado sabe que, antes de vir a público a dissolução da Câmara Municipal do Fundão, o Sr. Presidente da República foi informado que essa dissolução se iria realizar. Ora isto é muito diferente do que aconteceu com a Câmara de Gondomar, pois, tanto quanto sabemos pelo eco da comunicação social, o Sr. Presidente da República não teve qualquer informação. Pelo menos o Governo não desmentiu aquilo que a esse respeito tem vindo a lume na comunicação social!...

Para terminar, gostaria de dizer que considero tratar-se de um atentado e de um atropelo ao poder local o que se passou na Câmara Municipal do Porto.

A Sr.ª **Ilda Figueiredo** (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Ilda Figueiredo** (PCP): — Sr. presidente, não estou inscrita para intervir hoje, no período de antes da ordem do dia, no entanto, como apoiamos a intervenção proferida pela Sr.ª Deputada Julieta Sampaio, solicito a V. Ex.ª a minha inscrição numa das próximas reuniões plenárias para intervir sobre o mesmo assunto.

O Sr. **Presidente:** — Sr.ª Deputada, julgo que a interpelação não tem resposta directa, pois foi mais uma afirmação do que uma interpelação, pela qual se pode entender que há um desejo de inscrição.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. **Herculano Pombo** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desejo lamentar o facto de as plantas, que, de algum modo, ajudam a quebrar a monotonia e a frieza nesta Casa, serem apenas um luxo permitido às solenidades festivas e não uma realidade de todos os dias.

Deste modo, seguindo o exemplo da sessão de ontem, proponho que as próximas reuniões plenárias sejam também amenizadas pela presença de plantas, tanto no hemiciclo como nos corredores.

Aplausos do PS, do PCP, do CDS, da ID e de alguns deputados do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Deputado Herculano Pombo, em relação aos vasos que ainda hoje enfeitavam a Câmara e que se encontravam atrás dos membros da Mesa, pergunto se não entende que a sua retirada poderia ter sido motivada por razões de segurança, uma vez que, fora das sessões solenes, por vezes, o ambiente é de tal forma tumultuoso que os mesmos podiam cair sobre a cabeça dos membros da Mesa.

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. **Herculano Pombo** (Os Verdes): — Sr. Deputado Mendes Bota, agradeço o seu pedido de esclarecimento e informo-o de que também recebi uma crítica paralela por parte do Sr. Deputado Lopes Cardoso, no sentido de que devia ter ido mais longe e propor a substituição da alcatifa por relva. Enfim ... comecemos por aqui.

Sr. Deputado Mendes Bota, de certa forma estou de acordo com a preocupação que manifestou, porque, de facto, às vezes, o barulho e a pateada é tanta que eu próprio temo pela segurança desta Casa. Portanto, aqueles vasos, que estavam em equilíbrio instável, poderiam eventualmente cair ...

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Quem faz o barulho e pateada não somos nós!

O **Orador:** — Às vezes a vossa bancada põe em perigo a própria estrutura desta Casa, quanto mais o equilíbrio precário dos vasos do Abecasis!...

De qualquer modo, o que pretendemos é que, de alguma forma, ou implorando ao Abecasis ou até mesmo comprando as plantas, elas apareçam aqui, a fim de passarem a fazer parte do património, que é de todos, a constituírem parte de um ambiente mais agradável, que, obviamente, será mais propício e mais rentável.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vidigal Amaro.

O Sr. **Vidigal Amaro** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Projecto de Encerramento do Hospital de Júlio de Matos e a venda dos 22 ha do seus terrenos não é original. Ele foi idealizado e suscitado por depacho de um outro Ministro da Saúde, poucos dias antes do 25 de Abril, em 10 de Abril de 1974.

É o retomar deste processo que a actual Ministra da Saúde em conferência de imprensa veio anunciar ao País.

Esteve a Sr.ª Ministra pouco tempo antes nesta assembleia, onde veio apresentar o plano e o orçamento da saúde para o corrente ano. Do encerramento e venda de unidades de saúde nada foi transmitido aos deputados, preferindo agora fazê-lo através dos órgãos de comunicação social. Nós usamos esta Assembleia e esta Tribuna para denunciar e contestar tal decisão.

A discussão do Plano e do Orçamento deveria constituir para o Governo um debate aberto e sério. Este «negócio» veio demonstrar que os dados estão viciados, pois não está previsto qualquer verba no orçamento da saúde que corresponda a uma alienação de bens do seu património.

O Hospital de Júlio de Matos, inaugurado em 1942, é hoje o maior hospital psiquiátrico do País e mais novo um século que o outro hospital de Lisboa e do Sul do País — o Hospital de Miguel Bombarda.

É ao período áureo da escola médica portuguesa que a este Hospital está ligado o nome de Egas Moniz, o único Nobel português.

Nos últimos anos centenas de milhares de contos foram investidos em melhoramentos que conduziram a uma modernização e humanização dos serviços. Por serem mais recentes, salientamos os 200 mil contos gastos na central térmica em funcionamento há um ano e os 50 mil contos na remodelação do Pavilhão de Salgado Araújo, que será inaugurado dentro de semanas.

A sua biblioteca, remodelada nos últimos anos, é a melhor biblioteca de psiquiatria de Portugal e a proximidade da clínica universitária do Hospital de Santa Maria permite um apoio directo à Faculdade de Medicina, quer na área da clínica quer no desenvolvimento da investigação científica.

É este estabelecimento hospitalar, com uma posição única e insubstituível na história da psiquiatria portuguesa, que hoje se pretende destruir, sem apontar soluções minimamente credíveis para a sua substituição.

Não podem a gula e a expeculação imobiliária constituir razões para pôr fim a tal patrimómio.

Em 1974, o Prof. Barahona Fernandes, o Prof. Pedro Polónio e o Dr. João Santos, entre outros, em extenso documento por eles elaborado, punham por terra os argumentos para as propostas de destruição do Hospital. Tais factos e tal documento continuam actuais. Assim:

> A moderna saúde mental não se isola das comunidades, procura actuar junto delas. Os organismos da assistência e tratamento têm, pois, a maior vantagem em estar localizados nas áreas citadinas que servem.

E mais adiante:

> Esta situação central é considerada essencial nos planos de organização de saúde mental de todos os países e em parte nenhuma se sonha sequer em

substituir por hospitais periféricos, considerando-se um crime contra a saúde pública deslocar por mera especulação sobre o valor dos terrenos os hospitais do centro da cidade para a periferia. Em Londres, por exemplo, aproveitam-se terrenos centrais de alto valor comercial para a construção de centros psiquiátricos, pela razão de ser o nível de assistência psiquiátrica um dos mais importantes do nível de civilização de um país.

E mais adiante:

Estiolar, porém, o belo parque do Hospital, uma das raras ilhas verdes desta zona da cidade, substituindo-a por bairros residenciais em detrimento de um organismo de saúde mental, seria, aliás, a lamentável continuação da descaracterização da cidade de Lisboa, um autêntico crime contra a saúde físico-mental, do qual, como bárbaros da tecnologia, nos teríamos de envorgonhar perante os vindouros.

Poderá argumentar-se que a moderna farmacologia e os progressos psiquiátricos reduziram a necessidade de internamentos de longa duração. Mas no boletim do Colégio Real de Psiquiatria de Inglaterra, publicado em Dezembro de 1987, pode ler-se:

A hipótese com que nós partimos de que são necessárias menos camas hospitalares quando aumentam os serviços baseados na comunidade (centros de dia, enfermeiros comunitários, número de visitas domiciliárias, apoio de serviços sociais, etc.), não se confirma. Pelo contrário [...]

Estes alguns dos argumentos apontados por médicos, enfermeiros e outros trabalhadores do Hospital de Húlio de Matos concluem que a destruição do Hospital, além de empobrecer a psiquiatria portuguesa, constitui um erro trágico.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este «chorudo negócio» tem vicissitudes que não podem passar em claro e a que o Governo terá de dar urgentes respostas. Assim:

Que seviços e entidades foram ouvidos e onde estão os pareceres médicos científicos que permitam concluir que um encerramento do Hospital de Júlio de Matos não constituiu um grave prejuízo para a saúde pública?

Está prevista a venda para urbanização de outros hospitais, nomeadamente do Hospital de Curry Cabral?

Que critérios levaram à escolha das três — e não outras — firmas projectistas para realizarem o anteprojecto de urbanização dos terrenos do Hospital de Júlio de Matos?

Qual a composição do júri e quais as razões técnicas que levaram à opção do projecto aprovado?

Quanto foi despendido com estes estudos e de que rubrica do orçamento saiu a verba para o seu pagamento?

Destes projectos de urbanização foi dado conhecimento prévio à Câmara Municipal de Lisboa? Câmara que, aliás, já se pronunciou no sentido de afirmar o papel preponderante desse órgão autárquico no que envolva a urbanização da zona.

Estas perguntas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podem ficar sem resposta. O Ministério da Saúde não pode ser transformado numa empresa de especulação e imobiliária. Já calculou a Sr.ª Ministra a área dos jardins que envolvem o Hospital de Santa Maria. Quantos hectares têm as áreas dos Hospitais do Desterro ou de Arroios?

E quantos hectares de terreno não haverá em estabelecimentos de saúde no Porto, Coimbra e um pouco por todo o País capazes de render bom dinheiro neste especulativo negócio. Se a moda pegasse, que negócios não poderia fazer o Sr. Ministro da Educação, por exemplo, com os terrenos do Liceu de Camões ou do Instituto Superior Técnico. E por que não vende o Ministério dos Transportes a Estação do Rossio e de Santa Apolónia? Por que, velho e usado, não é urbanizado o Jardim do Campo Grande e substituído por pequenos parques em bairros periféricos?

Não pode ser. A Sr.ª Ministra da Saúde, em lugar de definir e executar uma política de saúde que sirva os interesses da população, compromete-a, transformando o Ministério numa empresa de especulação imobiliária.

Estamos certos de que, com o esclarecimento e a luta dos autarcas, dos trabalhadores da saúde e da população, será defendida uma verdadeira política de saúde mental e impedidas operações como esta que o Ministério anunciou.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não pense o Governo que faz o que quer ... Esta Assembleia da República tem um papel preponderante e a ela lhe cabem responsabilidades.

Aplausos do PCP, do PS, de Os Verdes e da ID.

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Meneses.

O Sr. **Luís Filipe Meneses** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É a segunda vez hoje que este assunto é nesta Câmara abordado.

Na primeira vez o assunto foi abordado com serenidade e foram apontadas algumas pistas correctas no enquadramento do problema. Agora, na minha opinião, o Sr. Deputado Vidigal Amaro fê-lo de uma forma fácil, demagógica, do mesmo modo que alguns órgãos de comunicação social o têm feito nos últimos dias.

Devo dizer, em primeiro lugar, que esta questão não tinha que estar contemplada no Orçamento do Estado para 1988 na medida em que este processo só estará provavelmente concluído, na melhor das hipóteses, a tempo de poder ser apresentado no Orçamento do próximo ano.

Em segundo lugar, muitas das considerações que sobre o problema partem de pressupostos falsos, como, por exemplo, o de que o anteprojecto não previa o respeito pelas áreas verdes em que está enquadrado o Hospital de Júlio de Matos, quando, de facto, essa é uma das preocupações do anteprojecto.

Sr. Deputado, a Sr.ª Ministra da Saúde afirmou que os meios que irá obter com a alienação do Hospital de Júlio de Matos vão ajudar no apetrechamento e na reconstrução dos 21 hospitais de nível 1, assim como vão permitir construir, na região de Lisboa, serviços de psiquiatria ligados a alguns hospitais periféricos da região, indo assim resolver não só o problema dos profissionais de saúde como o dos doentes do Hospital de Júlio de Matos.

Gostaria que me dissesse o que é que vai responder aos autarcas dessas 21 autarquias do País quando estes lhe vierem dizer que não podem resolver os problemas de saúde das suas populações por não verem os seus hospitais devidamente apetrechados, caso este projecto não possa ir para a frente.

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Vidigal Amaro.

O Sr. **Vidigal Amaro** (PCP): — Sr. Deputado Luís Filipe Meneses, a questão que me coloca tem de ser respondida por si. Então o Ministério, para construir outros hospitais, tem de vender os que tem?! O Sr. Deputado já reparou na gravidade daquilo que perguntou?! Sendo assim, para construirmos mais escolas primárias temos de vender os liceus e o Instituto Superior Técnico! ...

Sr. Deputado, o Estado Português não é uma empresa imobiliária, não pode ...

O Sr. **Luís Filipe Meneses** (PSD): — Posso interrompê-lo?

O **Orador:** — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Filipe Meneses** (PSD): — Não é esse o problema que está em causa, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado não admite que um bem do Estado que esteja em subaproveitamento ou que não tenha uma clara utilidade expressa possa ser utilizado para se conseguirem meios para que os cidadãos possam, noutros sítios do País, ter os cuidados de que necessitam? O Sr. Deputado está a fazer demagogia, mas barata!

Se o Estado tem um terreno que não utiliza e no qual cresce mato, por que é que não o pode alienar? Neste caso não é um terreno com mato, mas é um hospital que está claramente ultrapassado, de acordo com os padrões da psiquiatria moderna. É um hospital que está localizado numa zona ...

O **Orador:** — Desculpe-me, Sr. Deputado, sei que está a intervir no seu tempo, mas um período de intervenção costuma ser breve. Isso parece-se mais com uma intervenção.

O Sr. **Luís Filipe Meneses** (PSD): — Sr. Deputado, queria apenas corrigir as suas afirmações e dizer onde está exactamente o problema. Pergunto, Sr. Deputado, se o Estado deve ou não alienar meios que estão a ser subutilizados para os utilizar melhor ao serviço dos cidadãos.

O **Orador:** — Sr. Deputado, acredito realmente que não conheça o problema. Mas o Hospital Julio de Matos é só o maior e o melhor hospital psiquiátrico do País, é o hospital que se encontra melhor apetrechado, onde se têm gasto centenas de milhar de contos nos últimos anos. Aquilo não é terreno bravio, Sr. Deputado!

Diz o Sr. Deputado que este Hospital não presta e que está ultrapassado — esta é a sua opinião —, mas gostava de saber quais são as opiniões dos técnicos psiquiatras e dos responsáveis pelo Ministério da Saúde (responsáveis, no sentido de técnicos) e não a dos especuladores imobiliários, é essa a opinião que me interessa. Gostaria de saber se são os técnicos de saúde que dizem que o Hospital de Júlio de Matos não presta um bom serviço psiquiátrico ...

Li um documento de pessoas que V. Ex.ª tem de considerar responsáveis, e que são o Prof. Barahona Fernandes, o Prof. Pedro Polónio e o Dr. João dos Santos. É um documento que está publicado e vem agora o Sr. Deputado dar a sua palavra contra a deles, dizendo que estou a fazer demagogia! Sr. Deputado, há coisas que têm mesmo que ser discutidas! E ainda outra coisa: estes negócios não podem ficar por transparecer.

Diz o Sr. Deputado que se não gastaram verbas. Então as firmas que foram contactadas trabalharam de «borla»? Ou trabalham para serem pagas para o ano que vem?!

Sr. Deputado, quantos milhares de contos custaram este anteprojectos? Esta verba não saiu do dinheiro do Estado? Não saiu do Orçamento do Estado? Foi a Sr.ª Ministra da Saúde que pagou da sua algibeira ou foram os deputados do PSD que se quotizaram para pagarem estes anteprojectos?! Tudo tem um limite e o Sr. Deputado, com as suas perguntas, não pensou naquilo que disse.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Torres Marques.

A Sr.ª **Helena Torres Marques** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Venho hoje de novo falar-vos do Alqueva.

Perguntar-me-ão porquê, se há menos de três meses o fiz neste hemiciclo e se sucessivamente referi a necessidade da sua construção aos Ministros do Planeamento e do Ordenamento do Território, da Agricultura e da Indústria e Energia aquando da discussão do Orçamento do Estado para 1980.

As razões são simples. Em primeiro lugar, porque o povo alentejano todos os dias se interroga sobre as causas deste adiamento sucessivo, sentimento tão bem traduzido nas palavras do presidente da Câmara de Serpa, quando recebeu o Sr. Presidente da República no último fim-de-semana e lhe disse «que é uma provocação que todos os dias o rio nos faz, ao vermos perder para o mar as suas águas»; em segundo lugar porque o próprio Presidente da República, ao visitar agora os concelhos de Moura e Serpa, nos deu o exemplo, voltando a pôr ênfase na importância do projecto Alqueva e na sua opção pela sua realização, e em terceiro lugar porque para mim o Alqueva é a reforma estrutural de que o Alentejo necessita, pois só por si determinará alterações nas estruturas de produção, sociais, das relações de trabalho, da educação, dos transportes, para só referir as mais importantes.

É uma grande reforma estrutural dirão, mas no Alentejo tudo é grande: os problemas e as soluções. É, pois, necessário estar à altura das circunstâncias e não fazer como este governo, que tem medo de tomar as grandes medidas estruturais que diz defender, mas que é incapaz, na hora da verdade, de concretizar.

Este governo não faz reformas. Só «reformazinhas».

Mas o Alentejo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não se compadece com «reformazinha».

O Sr. Ministro da Agricultura, que tem muitas responsabilidades nesta matéria, durante a campanha eleitoral e de novo em Novembro aquando da «Presidência aberta» em Beja, afirmou-se de novo defensor do projecto do Alqueva. Mas então o que se passa? O Sr. Primeiro-Ministro não é sensível a pressões, nem mesmo dos seus ministros? Ou será que a proibição de os ministros andarem por aí a falar resulta de afirmações deste tipo que o Primeiro-Ministro não perfilha? Ou da ditadura do Ministro das Finanças, ao não permitir financiar este projecto, ou da incúria do Ministro do Planeamento, que o não propôs para financiamento da CEE?

O certo é que às seis justificações que anteriores estudos já apontavam para o Alqueva e que se traduziam em primeiro lugar, na constituição de uma enorme reserva que será a mãe-de-água das barragens existentes; em segundo lugar, na produção de energia eléctrica com uma potência equivalente a três vezes a do Castelo de Bode; em terceiro lugar na criação de um sistema de rega que permita a diversificação agrícola e a produção intensiva; em quarto lugar, no desenvolvimento do turismo, pela criação do

maior lago artificial da Europa; em quinto lugar, no desenvolvimento quer de indústrias de base já equipadas para responderem às exigências deste projecto — como é o caso da SOREFAME —, quer de indústrias ligeiras, produtoras dos equipamentos e bens necessários; enfim, em sexto lugar, mas fundamental, na criação de novos empregos ligados directamente à construção das barragens e canais de rega ou indirectamente resultantes do surto de desenvolvimento e da acção motora que este projecto constitui, a estas seis razões se torna imprescindível acrescentar agora mais duas, que resultam de dois aspectos fundamentais da vida do nosso país e aos quais temos de dar desde já resposta: a nossa dependência energética e a reforma da política agrícola comum (PAC).

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como todos sabem, Portugal apenas produz 8 % da energia que consome. Ora, tal significa que se torna urgente encontrar novas fontes de produção de energia, se possível utilizando recursos próprios do País.

A valência eléctrica do projecto do Alqueva situava-se, de acordo com os estudos elaborados em 1985, em 60 % do seu custo. Mas, segundo os números agora avançados pelo Ministro da Indústria e Energia, essa valência estará em 39 %. Porquê?

Será que a produção de energia se tornou mais barata?

Se assim é, nós não o sentimos, nem o consumidor particular nem o industrial ou agrícola, que cada vez se vêem obrigados a pagá-la mais cara.

Ou será que a baixa do preço do petróleo e do dólar tornaram menos competitiva a produção hidroagrícola? Mas esta não é uma situação conjuntural?

Deveremos nós seguir uma política energética — como há dias referiu o Sr. Ministro da Indústria e Energia no Porto — baseada em mais centrais térmicas e no gás natural, que nos deixará extremamente vulneráveis a factores externos e à evolução dos preços destes produtos, que conjunturalmente nos parecem agora favoráveis?

Para já não falar no estudo mandado elaborar para a hipótese de se vir a optar por uma central nuclear, que, de acordo com o Ministro, levaria dez anos a construir e custaria 600 milhões de contos! Qualquer coisa como seis barragens do Alqueva!

Será que este governo defende a solução do nuclear como solução dos nossos problemas energéticos?

Será que este governo acredita realmente, como política e financeiramente possível, a construção de uma central nuclear em Portugal? Mas há algum município do País que esteja disposto a ter uma central nuclear? Recorde-se o movimento que houve só por causa da localização de uma lixeira nuclear em Espanha perto da fronteira, junto ao rio Douro, e imagine-se o que seria a reacção à construção de uma central nuclear e respectiva lixeira, porque seria naturalmente necessária, no nosso território. Mas, a darmos crédito ao que o Sr. Ministro andou para aí a dizer, é esta a política energética anunciada para estudo por este Governo!

Não seria melhor, mais realista e mais prudente começarmos por aproveitar os recursos hídricos ainda não utilizados?

Nesta perspectiva, o projecto do Alqueva, já totalmente elaborado, como tive pessoalmente oportunidade de constatar em 1985, surge como um passo importante na política de redução da nossa dependência energética.

Esta é uma das razões urgentes para não se continuar a adiar a decisão de avançar com este projecto.

A segunda razão urgente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, resulta da reforma em curso da PAC.

Como bem sabemos, a nossa integração na CEE determina a necessidade de harmonizar a definição de uma política agrícola com a dos nossos parceiros da Comunidade. E de acordo com a orientação política dominante, tudo leva a crer que profundas alterações terão de ser introduzidas na agricultura do nosso país e em especial na agricultura do Alentejo.

O excesso de produção cerealífera na Comunidade e a necessidade de se não continuar a acumular e a financiar excedentes, a par da falta de produtividade e consequentemente de competividade de muitas das terras actualmente produzindo cereais no Alentejo, determinarão a prazo, não tenhamos dúvidas, uma profunda alteração na utilização dos seus solos e na sua exploração.

A silvicultura — implicando uma forte reflorestação e determinando o aparecimento de novas actividades ligadas às indústrias da madeira e seus derivados e à caça e ao seu aproveitamento turístico — por um lado, e, por outro, o desenvolvimento da pecuária, em especial dos ovinos e caprinos, serão novas realidades do Alentejo no final deste milénio. Mas também o terá de ser a cultura do regadio, intensiva em mão-de-obra, altamente rentável pela especialização que permite e pela produção que origina de novos produtos, destinados a novos mercados.

Este é o caminho que Portugal terá de seguir em relação ao Alentejo e que a Espanha, na vizinha Andaluzia já vem percorrendo. E porquê? Porque em Espanha há muito se investiu na água, na sua captação e na sua distribuição. E também no homem, que urge formar para que saiba produzir e comercializar novos produtos, com novas técnicas.

Mas em Portugal, apesar de agora dispormos dos fundos da CEE e ainda dos que certamente virão para possibilitarem a alteração estrutural que a reforma da PAC vai exigir, não existe o essencial: um governo com a vontade política necessária para avançar com o Alqueva.

Só que é minha convicção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que não podemos continuar à espera. Já é tarde! Não nos atrasemos mais!

O Sr. Primeiro-Ministro hesita, adia e não toma qualquer decisão. Manda apenas elaborar mais estudos.

A minha perspectiva, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que, face à nova política agrícola comum, a não construção do Alqueva determina não o espectro de um elefante branco que o Governo teme nem a esperança de um Alentejo verde que nós defendemos mas a perspectiva de um futuro negro para o Alentejo e para os Alentejanos.

Aplausos do PS, do PCP, de Os Verdes e da ID.

O Sr. **Presidente:** — Informo os Srs. Deputados de que tanto o PS como o PRD ainda dispõe de dois minutos, nos termos regimentais.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. **Marques Júnior** (PRD): — Sr.ª Deputada Helena Torres Marques, ouvi com muita atenção a sua intervenção e devo dizer que praticamente a subscrevo na sua totalidade. Só o não faço porque se me levantou uma dúvida quanto à questão da chamada «Presidência aberta», em relação à qual tive oportunidade de fazer aqui uma intervenção quando S. Ex.ª o Presidente da República se deslocou ao Alentejo. De facto, aqui, nesta Câmara, e não só aqui, em todo o lado, fala-se muito do Alentejo para, no dia seguinte, se dele esquecer assim como dos Alentejanos.

A verdade é que o problema do Alqueva já vem de há muito tempo e ainda não se encontrou uma solução para ele. Ouvi na televisão, há dois ou três dias, o Sr. Primeiro-Ministro dizer que o problema do Alqueva era um elemento em estudo e sobre o qual não havia ainda uma posição determinada.

Creio que não será por demais desnecessário falar da importância que o Alqueva tem para o Alentejo e a questão que gostaria de colocar à Sr.ª Deputada relaciona-se com tudo isto e é simples.

Da viagem do Sr. Presidente da República ao Alentejo — e isto poderá generalizar-se a outras visitas que, eventualmente, faça —, poderia concluir-se que o facto de se criarem grandes expectativas relativamente à resolução concreta dos problemas, e a viagem do Sr. Presidente, em si, suscita problemas e de, posteriormente, eles não serem resolvidos, relativamente a estes casos concretos, se poderá estar a frustar, de certo modo, a população, porque esta pensa que, finalmente, os problemas vão ser resolvidos e de facto não o vão ser. Se isto é assim, que medidas é que se poderiam tomar neste sentido?

Ou, então, uma pergunta mais complicada, eventualmente mais polémica e, por certo, mais difícil de se entender: não estará aqui a esboçar-se o princípio de um conflito institucional entre o Presidente da República e o Governo, na medida em que, quanto àquelas questões em que o Sr. Presidente da República se manifesta mais determinado e com mais vontade de as ver resolvidas, para bem dos Portugueses, sistematicamente elas são postergadas para mais tarde?

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinto.

O Sr. **Carlos Pinto** (PSD): — Sr.ª Deputada Helena Torres Marques, a referência que V. Ex.ª fez à questão do Alqueva como reforma estrutural leva-me a fazer este pedido de esclarecimento.

De facto, o Governo já demonstrou estar sensibilizado para este problema, estar preocupado com ele.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Nota-se! ...

O **Orador:** — É que, Srs. Deputados, o Governo tem apresentado uma postura séria relativamente à questão do Alqueva, tem dito que não quer que a passagem por este problema seja marcada pela criação de mais um «elefante branco» na nossa sociedade. Pois bem, a Sr.ª Deputada não referiu isso, assim como não referiu, provando, que o Governo não necessitaria de mandar fazer os estudos porque, conforme confirmou, já está a mandar fazê-los.

Em relação à energia e à sua produção, V. Ex.ª não disse qual é o custo unitário que a EDP vai ter a partir da produção do Alqueva, qual é a área possível de regadio, qual a área a irrigar, em hectares, que tipos de cultura podem ser explorados, qual o custo geral da obra. Isto é, a Sr.ª Deputada não referiu nada que pudesse sustentar a sua defesa do Alqueva.

Ao fim e ao cabo, a Sr.ª Deputada não veio aqui fazer um ataque ao Governo, porque o Governo já demonstrou, até perante as entidades alentejanas, que está com uma postura séria, correcta, de quem quer defender o interesse nacional, no seu conjunto, mas veio, sobretudo, assinalar esse aspecto, que é importante.

Por outro lado, já não digo em postura pública de defesa deste projecto, mas, internamente, quando foi membro de um governo, quais foram os dados que V. Ex.ª avançou, em termos concretos, para sustentar a defesa deste projecto, visto que hoje houve aqui um silêncio total no que respeita a esses aspectos?

Queria ainda chamar a atenção para um outro dado: a Sr.ª Deputada não pode esquecer-se que Portugal não é só o Alentejo mas também outras regiões, onde se verificam carências a nível de obras do ponto de vista hídrico. Por exemplo, na Cova da Beira, provavelmente apenas com um décimo daquilo que se gastaria no Alqueva, poderíamos irrigar cerca de 20 000 ha, com a Barragem da Capinha.

A Sr.ª Deputada, sem fazer finca-pé apenas numa obra, podia ter desenvolvido uma apreciação global sobre as necessidades hidroagrícolas do País que pudessem sustentar, a sua posição e, de uma forma mais clara e mais capaz, esta abordagem, que, repito, o Governo, sem demagogias, está a fazer. Este ainda não disse que avançava, mas estamos convencidos de que, oportunamente, vai deliberar no sentido mais conveniente para os interesses nacionais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Roleira Marinho.

O Sr. **Roleira Marinho** (PSD): — Sr.ª Deputada Helena Torres Marques, gostei muito da sua «intervençãozinha» que, sendo mais uma defesa do «Alquevazinho», não ficou de fora quanto ao que o Governo vem anunciando.

Caminharemos para o Alqueva quando, seguramente, se conclua da sua viabilidade nos mais diversos aspectos, pelo que me parece excessiva a «conclusãozinha» da Sr.ª Deputada de que o Governo não avançará com o projecto do Alqueva. Há muito projectos implementados só pelas «pressõezinhas» que estão falhados e não queiramos que com o Alqueva aconteça o mesmo. Não pensa a Sr.ª Deputada que é correcta esta postura?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. **Herculano Pombo** (Os Verdes): — Sr.ª Deputada Helena Torres Marques, ouvi com muito agrado a forma frontal como conjurou aquilo que penso serem as presuntivas más intenções nuclearistas deste Governo e a forma directa como apontou aquilo que será o impacte social e económico, na realidade alentejana e nacional, resultante da construção do Alqueva.

Gostaria de lhe perguntar se a Sr.ª Deputada tem conhecimento da existência de algum estudo de impacte ambiental.

O Sr. **Presidente:** — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Torres Marques, que dispõe de dois minutos.

A Sr.ª **Helena Torres Marques** (PS): — Sr. Deputado Marques Júnior, agradeço-lhe as perguntas que me colocou. Devo dizer-lhe que o que temos feito aqui na Assembleia da República, aquilo que se tem verificado no País e o eco que a Presidência aberta trouxe, e que, por razões acidentais, se repetiu este fim-de-semana em Beja, são, só por si, factores importantes para chamar a atenção para a necessidade de realização deste projecto.

Em relação ao problema da conflitualidade entre órgãos, gostaria de repetir, por palavras minhas, obviamente, o que o Sr. Presidente da República disse em Moura, quando o seu presidente da Câmara protestava contra o facto de o Alqueva não se fazer. O Presidente da República referiu que o presidente da Câmara tinha legitimidade para dizer o que aquele povo precisava e pretendia, porque foi eleito; o Presidente da República tinha legitimidade para dizer o que entendia porque também foi eleito, assim como o Governo tinha legitimidade para não realizar ou para adiar o projecto do Alqueva, porque também foi eleito.

Penso que não há, efectivamente, confronto entre órgãos se soberania, mas sim posições políticas diferentes que cada um de nós assume.

Agradeço as perguntas que o Sr. Deputado Carlos Pinto me colocou e aproveito também para responder ao Sr. Deputado Roleira Marinho, porque desta forma tenho oportunidade para dizer mais algumas coisas sobre este assunto.

Comecei por dizer que mais uma vez vinha falar do Alqueva e, portanto, todos os aspectos que o Sr. Deputado Carlos Pinto apontou e que eu não referi hoje já os havia referido em reuniões anteriores.

Estava no Governo quando foi tomada a decisão considerada irreversível de avançar com o projecto do Alqueva. Fui uma das pessoas que estive na base deste projecto e, mais, estive no Alqueva quando este protocolo foi assinado, quando todos os técnicos da EDP, E. P., e da agricultura foram explicar por que é que era necessário realizar o projecto do Alqueva. Penso que este assunto é interessantíssimo e importantíssimo e desafio desde já o PSD para fazermos um debate sobre o Alqueva. Estou pronta para o fazer quando VV. Ex.as quiserem, pois disto sei eu bem!

O Sr. Deputado Carlos Pinto diz que Portugal não é o Alentejo. Sei que o senhor pensa assim. No entanto, recordemos a proposta que apresentou na discussão do Orçamento para tirar verbas ao Centro de Formação Profissional de Beja, passando-as para o Centro de Formação Profissional da Covilhã. Felizmente que houve o bom senso do seu grupo parlamentar de não a seguir, porque no Alentejo não iríamos gostar dela, com certeza.

Sr. Deputado Roleira Marinho, creio que não fiz uma «intervençãozinha», pois, se a tivesse feito, nem o senhor nem os restantes deputados que me interpelaram tinham feito qualquer referência a ela.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado Herculano Pombo, devo dizer-lhe que estão a ser feitos estudos de impacte. Creio que, para quem conhece o Alentejo — e os senhores sabem isso melhor do que eu — a construção de um lago artificial, como será o Alqueva, terá, certamente, em termos de qualidade do clima, pelo menos, enormes virtudes.

Penso que estes estudos têm de ser feitos e que este projecto necessita também desta envolvente. Não queria que se adiasse por mais tempo este assunto e gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro, por uma vez, se decidisse!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guerreiro Norte.

O Sr. **Guerreiro Norte** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não é de mais lembrar que consideramos como necessidade básica o direito fundamental que é o de todas as pessoas terem acesso a uma habitação por um preço compatível com os recursos de cada família.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — É importante recordar ainda que o direito à habitação inclui não apenas o direito a viver numa casa decente, mas também o direito a dispor de todas as facilidades que a vida em comunidade pode permitir.

Quer isto dizer que as habitações deverão situar-se, tanto quanto possível, em conjuntos urbanísticos sãos, dispondo das indispensáveis infra-estruturas (tais como água canalizada, electricidade, arruamentos, esgotos, etc.), bem como dos necessários equipamentos colectivos (creches, jardins-escolas, escolas primárias, zonas verdes, e de recreio, equipamento de saúde e outros).

As habitações deverão ainda situar-se em locais acessíveis, dispondo de transportes e, sempre que possível, relacionados com locais de trabalho, permitindo às populações trabalhadoras a deslocação diária para os respectivos empregos.

Estas considerações vêm a propósito e como pretexto para salientar que, na nossa perspectiva, na perspectiva social-democrata, a resolução dos problemas de habitação constitui uma das áreas que maior interesse deverá merecer dos responsáveis políticos que directa ou indirectamente participem ou intervenham nos diferentes órgãos políticos, autarquias e Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No Algarve existem profundas carências e gritantes desigualdades em matéria de habitação.

Nas terras grandes como Faro, Portimão, Lagos, Olhão e Vila Real de Santo António não há casas acessíveis para todos; grande número de famílias vive em autênticas barracas, em partes de casa, em bairros insalubres ou em prédios velhos sem quaisquer condições.

A esmagadora maioria dos agregados familiares não têm poder de compra suficiente para aceder a casas novas cujas rendas fortemente especulativas mantêm-se inacessíveis.

No interior do Algarve e na serra as casas sobram mas não têm as mínimas condições.

Em toda a serra algarvia existem casas abandonadas por famílias que se viram forçadas a procurar no estrangeiro ou no litoral o pão e o trabalho que a terra lhes negava.

As pessoas que restam nesses lugares vivem muitas vezes em habitações que não dispõem do mínimo de comodidade a que as pessoas legitimamente aspiram.

Às desigualdades entre as cidades, o litoral e o campo acrescem as desigualdades dentro das próprias cidades.

Aos bairros de lata contrapõem-se bairros residenciais de luxo e sumptuosas moradias com piscina e jardim, especialmente na zona turística.

Aos dormitórios da periferia contrapõem-se os centros de comércio e escritórios, de onde as pessoas vão sendo desalojadas para dar lugar a utilizações mais rendosas.

Sabemos que a iniciativa privada predominante neste sector tem-se orientado principalmente para os mercados mais favoráveis com alto poder de compra, ignorando os investimentos em habitação social. A indústria da construção civil, dispersa por um sem número de pequenas unidades com fraca produtividade e financeiramente frágeis, raramente se abalança em empreendimentos de grande dimensão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Embora o problema da habitação, e a sua consequente resolução ou minoração, seja uma candente e grave questão nacional, assume, todavia, particular relevo e acuidade no Algarve, já que nesta província cerca de 85 % da população circunscreve-se à zona litoral e turística.

A esta deslocação da população do interior para a zona ribeirinha, que tende a aumentar progressivamente, acresce ainda o número substancial de portugueses, oriundos praticamente de todo o País que, atraídos pela indústria turística e pelos postos de trabalho que ela provoca, continuam a vir residir para o Algarve.

É evidente que a resolução deste grave problema não cabe apenas e exclusivamente ao Estado, não obstante pensarmos que o aumento de investimentos públicos dentro dos recursos disponíveis a realizar no sector contribua a médio prazo para a satisfação das necessidades concretas de cada cidadão.

Não podemos esquecer que o Algarve necessita em 1988 de, pelo menos, 40 000 fogos e, como a situação do sector da construção no Algarve continua a privilegiar os estratos sociais de maior poder económico, causa-nos um estado de grande preocupação e expectativa.

Preocupação, porque, por exemplo, de 1975 a 1985 foram construídos no Algarve 27 000 fogos, enquanto que o crescimento familiar e as suas necessidades deste mesmo período cresceram em 36 500 fogos, determinando com este défice um avolumar do problema.

Não vislumbramos, quer através da iniciativa privada, quer a nível de associativismo ou cooperativismo, as possibilidades de, a curto ou médio prazo, resolução deste problema de extrema importância que é a habitação.

Mas uma das maiores preocupações reside principalmente na falta de programação global e regional, determinando o aparecimento dos oportunistas sem escrúpulos, que provocam uma especulação desenfreada.

Para além destas questões estruturais há indícios de factores negativos, como seja a restrição generalizada do crédito, que vem determinar um reflexo directo quer nos empresários quer nos consumidores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não é a primeira vez que trago à colação desta Assembleia este problema que tanto aflige e preocupa os Algarvios, mas a verdade é que a sua quase inalterabilidade, nos últimos anos, e a sua magnitude e forte incidência social impõem-me que o aborde tantas vezes quanto o grau de necessidade e celeridade que implica a sua resolução.

Aplausos do PSD.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Ferraz de Abreu.

O Sr. **Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Esteves, que dispõe de dois minutos cedidos pelo CDS.

O Sr. **António Esteves** (PS): — Em primeiro lugar, agradeço ao CDS a possibilidade que me dá de fazer este pedido de esclarecimento.

Sr. Deputado Guerreiro Norte, concordo inteiramente com o que disse quanto ao panorama das dificuldades de habitação no Algarve. Aliás, essas dificuldades não são tão grandes, dado o esforço que muitas câmaras municipais têm feito para as resolver, apesar dos fracos recursos que para isso dispõem — e mais fracos este ano, dado o que se verificou na Lei das Finanças Locais.

Quero dizer ao Sr. Deputado que o seu discurso, que aliás teve o aplauso de toda a sua bancada, revela que o PSD tem dois discursos e, assim, como é que nos vamos entender? Por um lado, o Sr. Deputado vem aqui fazer o discurso da verdade das barracas, dos bairros da lata e das dificuldades de habitação no Algarve — e porventura no resto do País — e, por outro lado, assistimos ao discurso do Governo, que diz que os juros são mais baratos, que os financiamentos são mais acessíveis, que o Governo tem feito um esforço enorme no domínio da habitação e que o Governo está a fazer uma política de habitação excelente.

Um destes dois tipos de discurso é desonesto! O seu parece que não é, mas o País não pode conviver e a Assembleia não pode ouvir discursos diferentes consoante venham do Governo ou da bancada parlamentar, dizendo um que as coisas estão todas bem e outro que estão todas mal. Em que é que ficamos, Sr. Deputado Guerreiro Norte?

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Guerreiro Norte, há mais um orador inscrito para formular pedidos de esclarecimento. Deseja responder já ou no fim?

O Sr. **Guerreiro Norte** (PSD): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. **Herculano Pombo** (Os Verdes): — O Sr. Deputado Guerreiro Norte começou por pintar, ainda que em traços gerais, aquilo que seria o retrato idílico da aldeia ideal, para depois trazer aqui, para meu espanto e também de outros deputados, a face do Algarve que não vem nos postais ilustrados.

Não ficou claro para mim, quais as propostas que o Sr. Deputado e a sua bancada apresentam e que pressões exercem junto do seu Governo no sentido de que seja possível — se é que ainda é possível —, um reordenamento do Algarve, de forma que o Algarve continue a pertencer aos Algarvios e não seja apenas um local de veraneio para os estrangeiros. Gostaria, pois, de saber quais são essas propostas.

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Guerreiro Norte.

O Sr. **Guerreiro Norte** (PSD): — Sr. Deputado António Esteves conhece tão bem como eu a problemática da habitação no Algarve e sabe que a retratei. Tal como referi na minha intervenção, embora esta seja uma questão nacional, ela assume particular acuidade no Algarve. Naturalmente que o meu direito e o meu dever como deputado são veicular para este órgão de soberania os problemas dos meus eleitores, aos quais estou um pouco mais ligado.

Gostaria de dizer o seguinte: o meu discurso é sério, porque corresponde à verdade, mas estou convencido de que o Governo — que tenho a honra de apoiar — está a fazer um esforço no sentido de colmatar as graves lacunas habitacionais no Algarve e também no resto do País. Quanto mais se falar sobre este assunto, tal como é nosso dever, naturalmente que o Governo mais depressa nos ouvirá!

Em relação ao Sr. Deputado Herculano Pombo, devo dizer-lhe que não só o Governo como o partido que o apoia estão seriamente preocupados com a problemática do ordenamento no Algarve. É verdade que, se não tivermos medidas correctas e rápidas, o Algarve será uma catástrofe. O próprio PSD, no último sábado, promoveu um seminário, que teve a concorrência de mais de 400 pessoas oriundas de várias áreas ideológicas, onde se debateu este

grave problema do Algarve. Suponho que o Ministro do Planeamento e da Administração do Território irá tomar medidas rápidas que, de alguma forma, venham resolver o problema.

O Sr. **Herculano Pombo** (Os Verdes): — Deus o oiça!

ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, entramos agora na primeira parte do período da ordem do dia com a apreciação do relatório do Provedor de Justiça. Cada grupo e agrupamento parlamentares dispõem de dez minutos para intervir sobre esta matéria.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados: A Assembleia da República aprecia hoje o relatório do Provedor de Justiça referente ao ano de 1985.

Ao fazê-lo, a Assembleia detém-se na actividade de um órgão público que de si emerge mas que goza de plena independência no exercício das suas funções. E estas situam-se no âmbito de uma tensão contínua entre o exercício dos direitos fundamentais e a ordem democrática, na compreensão de que «a democracia é ao mesmo tempo uma técnica e uma ética, uma forma de governo e um sistema de valores».

O Provedor de Justiça órgão consagrado constitucionalmente em 1976, e cujo estatuto actual se reporta a 22 de Novembro de 1977, ganhou na consciência colectiva uma proeminência, que o vem sedimentando como figura institucional de realização ética da democracia. E isto tem-se devido não só ao acerto do seu recorte institucional de órgão mediador, não decisório e não judiciário, que se exprime na defesa dos cidadãos face à Administração e se projecta com o peso da opinião pública, mas, ainda, pelo prestígio que vem sendo acumulado pelas personalidades que têm desempenhado esse cargo e a que o actual Provedor, Dr. Ângelo de Almeida Ribeiro, empresta particular expressão.

Ao aprovarmos o relatório do Provedor de Justiça, fazemo-lo no expresso reconhecimento da inegável importância da acção do Provedor, enquanto instância especial de recurso institucional e moral do cidadão, conscientes de que a sua eficácia se realiza, a um tempo, nas tentativas de conciliação, nas recomendações atendidas, nos processos arquivados e nas queixas rejeitadas, nas situações que previne, nas acções e nas medidas legislativas que induz, na legitimação constitucional que reforça, em suma, numa filosofia de diálogo e concertação que visa a realização da justiça. E para a qual o Provedor tem emprestado a solidez de uma paciência quase mineral, que se desprende num ritmo cadenciado de insistências, face a segmentos relapsos da Administração.

Como o próprio Provedor no-lo confirma, verifica-se, hoje, um novo e mais perfeito relacionamento entre a Assembleia da República e o Provedor da Justiça. Julgamos, porém, que há ainda algo a fazer para que a Assembleia identifique na instituição do *Ombudsman* não só um garante de defesa dos direitos individuais e os controle da legalidade administrativa mas também um contributo significativo ao próprio exercício regular dos poderes de fiscalização.

De modo a que a Assembleia da República veja no Provedor de Justiça a instância mediadora do cidadão isolado, o cidadão «só» face aos poderes públicos, enquanto o Provedor, na sua interacção regular e periódica com a Assembleia, possa nela projectar a singularidade das suas questões, favorecendo a adopção de princípios de protecção global dos direitos individuais e a fiscalização do poder político.

Aprovado há cerca de dez anos, o Estatuto do Provedor de Justiça e a Lei Orgânica do seu serviço suscitam hoje, contudo, reservas e exigências de reajustamento a que a Assembleia da República deve dar sequência, enquanto titular da competência exclusiva de legislar sobre a matéria.

E desde logo, sem desnaturar o modelo institucional de Provedor consagrado no nosso sistema, aperfeiçoando o seu carácter de instituição independente; precisando o âmbito das suas atribuições e competências, e reforçando a eficácia dos seus «mecanismos típicos» de intervenção.

Na sua esfera de competência própria, a Assembleia da República tem que adoptar soluções legais que assegurem as condições humanas e materiais necessárias ao funcionamento satisfatório dos serviços técnicos de apoio ao Provedor, de modo a que estes mantenham um nível de resposta qualificada, em prazo considerado razoavelmente célere.

Os dados actualmente disponíveis sobre este facto não deixam de trazer alguma preocupação quando se sabe que nos anos de 1986 e 1987 os processos abertos no Serviço do Provedor de Justiça aumentaram mais de 30 % sobre o volume médio dos processos abertos em 1984 e 1985.

Assim, contrapostos aos processos abertos no Serviço do Provedor de Justiça, que no ano de 1985 alcançaram o número de 2518, temos que em 1986 foram abertos 3376 processos e em 1987, 3381.

Se a este aumento de volume (mais de 30 %), correspondente a uma maior projecção e conhecimento do Provedor de Justiça, não obstante as disparidades de procura em razão de discriminação geográfica, ou de sexo, se juntar a ligeira redução do número de assessores a trabalhar actualmente na Provedoria, e os limites das condições de trabalho e da estrutura do Serviço, teremos um sinal de alerta e risco para a alta possibilidade de se vir a prejudicar a essencialidade da promoção efectiva do direito de cada cidadão a um processo equitativo e célere de realização da justiça.

Não nos podemos, assim, surpreender face à carência de meios, com o facto de um relatório anual de 1985 ser apresentado com este atraso por certo na premência de privilegiar a elaboração dos processos de defesa dos cidadãos à elaboração do relatório mas seguramente com prejuízo de um conhecimento atempado por parte das entidades públicas das actividades e das recomendações globais do Provedor.

No plano legislativo é, ainda, necessário dar cumprimento à exigência da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas; que no seu artigo 33.º remete para a lei da Assembleia da República a regulação do direito de queixa dos elementos das Forças Armadas, por violação dos seus direitos, liberdades e garantias, e a forma de actuação do Provedor nesse âmbito.

O vazio legislativo que, nesse plano, se vive desde 1982 dificulta os mecanismos de actuação do Provedor e pode gerar situações de desnecessária conflitualidade.

Pela nossa parte, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, assumindo a necessidade de minorar alguns dos aspectos e deficiências apontados, iremos fazer entrega de seguida na Mesa do Plenário de um projecto de lei de estatuto do Provedor de Justiça, que reformule o anterior no

estritamente necessário, iniciando desse modo um processo que visa aperfeiçoar o instituto e os meios de intervenção do Provedor.

Vale a pena ainda reter o afirmado no relatório quanto à importância da participação do Provedor no Conselho Superior da Magistratura, a qual deixou de verificar-se a partir do momento em que o Conselho passou a ter a composição prevista na revisão constitucional de 1982.

Deixamos em aberto esta questão, com as palavras com que o Provedor se lamenta da alteração:

> O Conselho Superior da Magistratura era um excelente posto de observação acerca dos aspectos mais relevantes da justiça portuguesa, já devido ao elevado número de reclamações que são recebidas pelo Provedor no domínio da demora processual.

Não se pode deixar de salientar e saudar, por último, o particular relevo que na acção do Provedor, e como matriz da sua intervenção, têm merecido dos direitos humanos — à vida, à liberdade, à intimidade da vida privada, à segurança, à propriedade, ao acesso à justiça — numa clara percepção de que os direitos do homem abrangem as dimensões sociais, políticas, morais e económicas.

E na compreensão de que, em Portugal, a uma ampla e satisfatória consagração de direitos fundamentais nem sempre corresponde uma efectiva concretização de parte deles, por bloqueios diversos que vão, v. g., desde as dificuldades de acesso ao direito por deficiente informação sobres as leis, às dificuldades de iniciativa judiciária por carência de meios, à morosidade processual que denega o direito, à impreparação profissional dos agentes policiais no que respeita ao conhecimento e prática dos direitos fundamentais, ao precário funcionamento de alguns estabelecimentos prisionais, à, por vezes, frágil garantia da segurança das pessoas (nomeadamente das crianças em geral), à desprotecção às vítimas de crimes, até à desprotecção dos grupos sociais e economicamente mais débeis e desfavorecidos.

O Sr. **António Barreto** (PS): — Muito bem!

O **Orador:** — Acresce que os direitos humanos são hoje, além do mais, uma nova meta de espiritualidade em permanente diálogo com os novos problemas suscitados pela investigação e inovação tecnológica, na procura de um desenvolvimento que reconcilie os assuntos humanos com as leis naturais. Ora, uma compreensão moderna dos direitos fundamentais mostra que «estes não constituem simplesmente limites às decisões democráticas, mas que podem inspirar objectivos de todos os aspectos da vida da comunidade».

E, seguramente, relembrando a expressão lapidar: «se o Estado de direito deixa de ser o Estado dos direitos do homem, ele transforma-se no Estado de não direito apesar das aparências formais e processuais, pois que contradiz o sistema de valores que o funda; não se perde em repeti-lo, neste tempo e neste lugar, a técnica e a ética da democracia são inseparáveis».

Aplausos gerais.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Vítor Crespo.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, estão na galeria a assistir à sessão os Srs. Representantes da Provedoria.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em 22 de Janeiro de 1987 completaram-se dez anos sobre a publicação da Lei n.º 81/77 que aprovou o Estatuto do Provedor de Justiça. A efeméride deveria ter sido assinalada nesta Assembleia com um sessão comemorativa dedicada especialmente a reflectir sobre a experiência acumulada ao longo da primeira década da existência desta instituição fundamental para o Estado de direito democrático.

Tarefas urgentes e inadiáveis não permitiram esta realização, o que não impede que não aproveitemos o ensejo que o presente debate nos proporciona para daqui dirigir uma saudação ao actual Provedor de Justiça, Dr. Ângelo de Almeida Ribeiro, e seus colaboradores, e, na sua pessoa, a todos os provedores de justiça que o antecederam e que tão dignamente souberam prestigiar a instituição e a democracia portuguesa.

Aplausos do PSD, do PS, do PCP, do PRD e da ID.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: *Ni administrateur, ni juge, ni gendarme*, o Provedor de Justiça é essencialmente um mediador (e é esta a sua designação na lei francesa), um interlocutor que exerce uma «magistratura de influência», sem interferir nas competências e nos poderes de decisão de quaisquer outros agentes de autoridade legitimamente instituídos. O seu principal papel é ser o intermediário entre os dois interessados — o cidadão e o Poder —, usando o crédito do seu estatuto pessoal e institucional para que um acto mesmo quando legalmente válido se mostre desajustado ou iníquo, insuficiente ou prejudicial, quando transportado para a esfera individual concreta de qualquer cidadão, exigindo, por isso mesmo, uma modificação ou reavaliação desses efeitos; outras vezes, quando as naturais dificuldades que as delongas, a inércia, a complexidade e a complicação dos mecanismos burocráticos prejudicam os interessados — especialmente numa época e num país como o nosso em que o Governo é absurdamente insensível à urgência de uma profunda reforma administrativa —, só a acção diligente e pronta do Provedor de Justiça, mediante o diálogo e apelo à compreensão, poderá valer ao cidadão indefeso.

A variedade dos casos enumerados no relatório que estamos a apreciar demonstram bem a multiplicidade dos comportamentos quotidianos que o Provedor é chamado a resolver: são geralmente os casos chamados de não direito, que não integram especificamente a competência dos tribunais ou dos agentes da Administração, mas que existem na vida real e são merecedores da protecção e da tutela do Estado.

São ocorrências de injustiça derivadas da inadaptação de leis e regulamentos administrativos porque estão desactualizados ou mal concebidos, de uma sentença judicial que desencadeia efeitos imprevistos e desastrosos para os justiçados, despachos que ganhariam sendo modificados ou previstos — tudo medidas que contrariam a equidade e o bom senso, e, por isso, suscitam reações sociais negativas; ainda casos qualificados de *misadministration*, violadores não de legalidade mas de moralidade administrativa, o suprimento das limitações estruturais ou conjunturais das instituições jurídicas tradicionais, para as ultrapassar ou complementar, graças ao diálogo e apelo à compreensão, feitos por quem tem autoridade para o fazer, com vista a garantir a convivência democrática e pacífica dos cidadãos e dos representantes do Poder, estribado numa única arma de

incalculável força que lhe é dado utilizar: a sua independência conjugada com a autoridade moral e a exemplaridade da sua vida pessoal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Provedoria de Justiça conseguiu já criar em Portugal raízes boas e sólidas. Mas para que a sua acção seja ainda mais profíqua é necessário conceder-lhe meios materiais e humanos.

É preciso aumentar a divulgação dos seus objectivos através do sistema escolar e dos meios de comunicação; Organizar planos e visitas regulares do Provedor de Justiça através do País e muito especialmente para as regiões autónomas; uma réplica à Provedoria aberta — para incrementar as diligências directas e pessoais nas zonas do interior; reforçar os meios de reacção do Provedor nos casos de não aceitação ou recusa de colaboração por ele suscitada, sancionando-as (tal como foi estabelecido na Lei da Alta Autoridade contra a Corrupção) e exigindo que o não acatamento das recomendações do Provedor seja obrigatoriamente fundamentado dentro de um certo prazo; atribuir ao Provedor de Justiça legitimidade para accionar meios para declaração da ilegalidade dos regulamentos, pedidos de reapreciação de recusa do visto pelo Tribunal de Contas ou propor acções de certos interesses difusos, por exemplo.

O incremento de queixas verificado nos últimos dois anos recomenda também o alargamento do quadro, designadamente no sector técnico da assessoria e da gestão dos processos, bem como do pessoal especializado para diligências de informação e investigação.

Tudo isto tem que ver com o seu orçamento. É uma insistente pretensão da Provedoria desde há alguns anos que o seu orçamento fique sujeito ao regime da Assembleia da República e o seu quadro de pessoal seja fixado pelo Parlamento, e não pelo Governo, assimilando-o também ao regime do funcionalismo parlamentar.

É uma pretensão que o CDS vê com bons olhos, entende justa e neste sentido envidará esforços junto da maioria e outros grupos parlamentares para ser satisfeita.

Aprovamos, pois, o relatório de 1985, desejando ao Sr. Provedor de Justiça, Dr. Ângelo de Almeida Ribeiro, e seus colaboradores aqui presentes, a continuação da sua excelente *performance*, expressão tão ouvida nos últimos dias nesta Câmara.

Aplausos do PS, do PCP, do PRD e da ID.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Odete Santos.

A Sr.ª **Odete Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os relatórios do Provedor de Justiça, que têm vindo a ser presentes à Assembleia da República, demonstram bem como esta instituição adquiriu rapidamente raízes na sociedade portuguesa.

Isto apesar da precária informação que os cidadãos têm dos seus direitos, informação que é cada vez mais cara, e que, por falta de canais suficientes que a levem aos mais carenciados e aos mais distantes dos centros de decisão, não municia devidamente tais cidadãos para o exercício daqueles mesmos direitos.

O parecer da Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias, salientando um dado recolhido no relatório do Provedor de Justiça, bem evidencia que assim é.

Cremos que a discriminação de origem geográfica das queixas revela também a discriminação quanto ao acesso à informação.

Muitos mais processos teria a seu cargo o Provedor de Justiça se os cidadãos deste país tivessem verdadeiramente ao seu dispor os meios necessários à apreensão de uma situação injusta e ilegal sem outro remédio que não seja a sofredora paciência de quem nada faz porque pouco ou nada sabe, porque de nada é informado.

Isto também se revela significativamente no relatório do Provedor de Justiça quanto aos dados comparativos entre as queixas apresentadas por pessoas do sexo feminino e do sexo masculino (apenas 26,5 % de queixas daquelas contra 73,4 % de queixas destes).

Estivessem as mulheres deste país bem informadas sobre os seus direitos consignados na Constituição e na lei, fossem elas efectivamente livres contra todos os mecanismos repressores, e outros seriam os dados do relatório do Provedor de Justiça.

O Sr. **José Magalhães** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora:** — Basta atentarmos no que neste país se passa quanto ao encerramento de maternidades, quanto ao incumprimento reiterado de leis da Assembleia da República — a lei da protecção da maternidade e paternidade, a lei de interrupção voluntária da gravidez —, para concluirmos que muito mais trabalho esperará o Provedor de Justiça se às mulheres for proporcionada a devida informação.

É ainda significativo que à cabeça das matérias mais tratadas nas queixas apresentadas surjam as questões de trabalho. Provando aquilo que todos já sabem: que nessa área os problemas são graves, que é aí que são mais sentidas as violações dos direitos dos cidadãos. Como significativo é também que caiba à administração central uma grande fatia das queixas apresentadas. O que não admira, sabendo nós, como sabemos, que na administração central se desrespeita o princípio da estabilidade no emprego, mantendo em vínculo precário muitos dos seus trabalhadores.

O Sr. **José Magalhães** (PCP): — Exacto!

A **Oradora:** — A administração da justiça ocupa ainda lugar de destaque no número de queixas apresentadas.

O que também não surpreende: a realidade dos nossos tribunais, a triste realidade do nosso sistema prisional, que eclodiu no final do ano passado nas lutas dos vários intervenientes na administração da justiça, a que o Governo faz orelhas moucas, não nos faz espantar perante os dados do relatório. A não ser para mais uma vez concluir que uma informação jurídica acessível aos cidadãos mais carenciados faria elevar as percentagens de queixas contra as delongas da máquina judiciária, que este Governo quer resolver contra todos: contra os cidadãos e contra os que dia a dia são parte na administração da justiça.

Perante a situação de crise que hoje se vive, a todos os níveis, fácil é descortinar que uma tarefa árdua aguarda o Provedor de Justiça, nomeadamente no que toca ao exercício dos direitos dos cidadãos perante a justiça.

Encarecidas as custas judiciais, proibitivas para muitos no acesso aos tribunais, resta ao comum dos mortais a queixa ao Provedor de Justiça, às vezes talvez apenas o desabafo de quem se encontra nas peias de um labirinto.

Por outro lado, no âmbito do foro criminal, algumas disposições do actual Código de Processo Penal, nomeadamente quanto a buscas, revistas e apreensões, quanto a identificação de suspeitos, deixam a mais ampla margem para a arbitrariedade, para a violação de direitos, até porque não se municia o Ministério Público com os meios técnicos e humanos para exercer a necessária fiscalização dos órgãos de polícia criminal.

Perante o que o Código de Processo Penal estatui no que toca às matérias atrás referidas, dificilmente e só com muito boa vontade e muito esforço se poderá dizer que este Código é uma carta dos direitos e liberdades.

O Sr. **José Magalhães** (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Sem dúvida que é importante proceder à leitura dos direitos ao arguido. Mas isso não passará de um direito meramente formal, se, a coberto de outras disposições do Código se violarem direitos fundamentais, nomeadamente tal leitura não passará de um direito formal se continuar a ser permitido, como o código permite, que o primeiro interrogatório nos órgãos de polícia criminal não tenha a presença de um defensor e que o mesmo aconteça no interrogatório perante o Ministério Público. Assim, também neste campo se prefiguram várias situações que poderão conduzir a uma maior intervenção do Provedor de Justiça na defesa de direitos humanos.

E se avançarmos nos campo dos direitos dos cidadãos perante a informática, diariamente violados mesmo pela administração central, veremos como um sistema de informação aos cidadãos, funcionando devidamente, poderá conduzir o Provedor de Justiça a um papel ainda mais relevante na vida social e política.

De destacar é, no entanto e de facto, o aumento do volume processual junto do Provedor de Justiça, o que revela bem o aumento de uma margem de conflitualidade originada por omissões legislativas, por incumprimento das leis da República, por violação dessas mesmas leis e pela rebeldia de determinados órgãos da administração central perante tais leis e que os exemplos constantes no relatório bem nos indicam. É o caso de uma trabalhadora despedida pela RTP e da discriminação política no acesso a concursos da função pública.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Congratulamo-nos com o clima positivo que o relatório da 1.ª Comissão traduz. É essencial esse clima para que o relacionamento entre a Assembleia da República e o Sr. Provedor de Justiça possa conduzir ao exercício profícuo das competências de ambas as entidades.

Mas não basta! As recomendações do Provedor continuam a não ser acatadas; continua por regulamentar o regime de exercício do direito de petição dos membros das Forças Armadas — o que é gravíssima lacuna e um grave obstáculo à realização do Estado de direito democrático; os meios de actuação do Provedor são insuficientes e em certos casos inadequados, importando considerar de forma séria a situação dos colaboradores do Provedor, atingidos por alguma discriminação; o acesso dos cidadãos à Provedoria continua a não ser desbloqueado: é assimétrica e desigual. Em suma: o Estatuto legal do Provedor carece de aperfeiçoamentos. Aqui manifestamos a nossa disponibilidade para colaborar nesse esforço.

Também no âmbito da revisão constitucional haverá que considerar o reforço dos poderes e do Estatuto do Provedor. Nesse sentido, o PCP apresentou já uma proposta e estamos disponíveis para considerar todas as que venham ainda a ser feitas com fim idêntico.

Um Provedor mais forte representará garantia acrescida para os direitos dos cidadãos. A esse objectivo se associa por inteiro o PCP.

Aplausos do PCP, do PS, do PRD, do CDS e da ID.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. **Marques Júnior** (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O relatório que o Provedor de Justiça, nos termos regimentais, enviou a esta Assembleia diz respeito ao ano de 1985 e é acompanhado de um parecer elaborado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias depois de um debate com o Provedor de Justiça, feito no âmbito da respectiva Comissão. Neste debate foram analisados aspectos fundamentais do respectivo relatório e dele é possível extrair alguns elementos que nos parecem fundamentais para que sobre eles a Assembleia possa em tempo útil tomar posição.

Neste sentido, saliente o parecer da Comissão, as «crescentes dificuldades do Serviço do Provedor de Justiça», que tem como consequência o facto de os Serviços não conseguirem dar resposta em tempo útil, situação que se agravou de forma significativa do ano de 1984 para o ano de 1985. Concretamente, e como é salientado no respectivo relatório, diminuiu o encerramento de processos, mantendo-se mais ou menos a média de abertura de processos do ano de 1985 e, por outro lado, a duração média de processos é superior à de 1984, afastando-se cada vez mais da média internacional considerada desejável. De realçar também, segundo o próprio relatório do Provedor de Justiça, o facto de o quadro de pessoal e a própria estrutura do Serviço «não permitirem que se use de um sistema de inspecção directa e actuação personalizada, e, mesmo, de uma instrução eficaz, que tornaria ainda mais útil a instituição do Provedor de Justiça».

Um outro aspecto que consideramos relevante diz também directamente respeito à Assembleia da República e deve ser considerado como muito positivo, em especial, pelo facto se significar uma correcção de métodos relativo ao ano de 1984.

Em 1984 o relatório referia a falta de «[...] apoio ou estímulo que seria legítimo de esperar» por parte da Assembleia da República no que se refere não só à apreciação dos seus relatórios, mas também relativamente à revisão do Estatuto do Provedor. Em 1985, e no que respeita à relação com a Assembleia da República, ela foi considerada «excelente», assim como é considerada de grande importância a apreciação prévia dos relatórios anuais do Provedor de Justiça, feitos por parte da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Estamos, pois e mais uma vez, perante uma questão que urge dar resposta. É necessário dotar o Serviço do Provedor de Justiça dos meios necessários à satisfação plena da sua missão, criando condições para que todos, mesmos todos, possam ter acesso à Provedoria da Justiça. Pensamos que deve ser feito um esforço grande de informação no sentido de tornar não só este serviço mais conhecido, como também mais acessível. A grande dissemetria, quer de carácter geográfico, quer mesmo relativa aos cidadãos que recorrem a este Serviço é a prova, como acrescenta o parecer, de que na sociedade portuguesa existe «comprovada insuficiência no plano do desenvolvimento, da informação e do grau de consciência dos direitos e correlativos meios de efectivação e defesa».

Esperamos, pois, que o relatório hoje apresentado possa ter uma resposta adequada da Assembleia da República no sentido de responder às questões que o mesmo levanta e que se podem resumir da seguinte maneira: dar ao Serviço do Provedor de Justiça os meios indispensáveis ao cumprimento da sua missão em especial, como acentuou o Provedor de Justiça, quando estão em causa direitos humanos fundamentais, tais como «direito à vida e à integridade física, à liberdade, à intimidade da vida privada, à segurança, à propriedade, ao acesso à justiça».

Por útlimo, uma palavra de apreço para todos os que trabalham na Provedoria de Justiça e, em especial, à figura do seu Provedor, Dr. Almeida Ribeiro, a quem saúdo muito especialmente.

Aplausos do PRD, do PS, do PCP e da ID.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. **Raul Castro** (ID): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para além daquilo que se salienta no relatório do Provedor de Justiça, as minhas primeiras palavras serão para acrescentar uma referência que me parece indispensável à forma exemplar como o actual Provedor de Justiça, Dr. Ângelo de Almeida Ribeiro, tem desempenhado o seu mandato.

É sabido que além das exposições que vêm a determinar a abertura de processos na Provedoria de Justiça relativas a questões concretas que lesam cidadãos deste país, o Provedor de Justiça tem ainda um papel muito importante no que respeita à fiscalização abstracta da constitucionalidade e da legalidade previstas no artigo 281.º da Constituição, sendo certo que no exercício desta fiscalização da constitucionalidade e da legalidade, a actividade da Provedoria atingiu a elevada percentagem de 21 % dos processos ali apresentados.

Embora sem pôr em causa, naturalmente, a falta de poder decisório que caracteriza o exercício das funções do Provedor de Justiça, a Intervenção Democrática tem tido a preocupação, relativamente ao exercíco das funções de Provedor, de procurar introduzir algumas alterações no artigo 23.º da Constituição e assim levou a sua preocupação ao ponto de no projecto de revisão constitucional que apresentou no Parlamento acrescentar dois novos números ao artigo 23.º: um em que se afirma que «os órgãos a quem foram dirigidas recomendações devem informar o Provedor de Justiça das medidas tomadas no seguimento daquelas recomendações» e outro que estabelece que «os cidadãos e as entidades para o efeito solicitadas têm o dever de cooperar com o Provedor de Justiça».

Trata-se de ir ao encontro daquilo que se nos afigura serem duas dificuldades existentes na regulamentação constitucional da Provedoria de Justiça, a ausência de uma disposição vinculativa que obrigue os órgãos que recebem recomendações a informarem das medidas que assumiram no seguimento dessas recomendações e o estabelecimento do dever de cooperação dos cidadãos e entidades para isso solicitadas pelo Provedor de Justiça.

Ao dar conta, Sr. Presidente e Srs. Deputados, do aumento de processos que se tem verificado na Provedoria de Justiça, só poderemos tirar a conclusão que é preocupante: a existência de condições, no nosso país, que possam reflectir um melhor ambiente de justiça e de solidariedade social.

O número crescente de processos instaurados na Provedoria de Justiça não abona em relação às condições concretas que pesam sobre os cidadãos deste país, no que diz respeito a um clima que se desejaria fosse outro, respeitante a uma melhor justiça e solidariedade social. E é neste âmbito e é no desempenho destas funções — dez anos volvidos, hoje já institucionalizadas e, de algum modo, largamente conhecidas da nossa população, como se vê do elevado número de processos abertos — que podemos concluir que, hoje, a Provedoria de Justiça é uma instituição de alta importância no novo Portugal, nascido com o 25 de Abril.

Aplausos da ID, do PSD, do PS, do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. **Herculano Pombo** (Os Verdes): — Quero começar por declarar que, apesar de não ter tido hipótese física de me debruçar sobre o que agora está em discussão, ou seja, sobre o relatório do Provedor de Justiça, não quero, no entanto, deixar de aproveitar esta ocasião para saudar aquilo que considero ser um notável trabalho da Provedoria de Justiça e para reafirmar que, mais do que nunca, hoje, os cidadãos portugueses têm que ter um real e efectivo acesso ao direito. E, esse acesso ao direito, passa pelo conhecimento das normas que a todos nos regem, nomeadamente do direito constitucional.

Por outro lado, desejo referir também que, provada que está a eficácia e o bom trabalho da Provedoria de Justiça, penso ser este um argumento forte no sentido de nos apontar qual o caminho para outras soluções, como a criação do cargo do promotor ecológico, já aqui várias vezes proposta pelo meu grupo parlamentar.

Era isto que se me oferecia dizer e queria fazê-lo à laia de declaração de voto, mas faço-o agora para não prejudicar o andamento dos trabalhos e também para me associar às palavras que aqui foram proferidas de saudação ao trabalho desenvolvido pela Provedoria de Justiça.

Aplausos do PCP, do PRD e da ID.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Assunção Esteves.

A Sr.ª **Assunção Esteves** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A apreciação do relatório do Provedor de Justiça de 1985, pela Assembleia da República, põe uma vez mais em evidência o papel essencial dos direitos individuais numa sociedade democrática como é a nossa.

É que, se ao órgão legislativo corresponde um esquema de representação que já em si traduz o consentimento dos destinatários das leis, pois que assenta na matriz legitimatória da tomada de decisão maioritária, incumbe ao Provedor de Justiça a tarefa constitucional de contribuir para a ideia de que a democracia tem no respeito dos direitos fundamentais o outro vector da sua legitimidade e que o Estado de direito só o é quando, como diz Dworkin, se «tomam os direitos a sério».

Apesar de não poder emitir decisões vinculativas, o Provedor de Justiça desenvolve uma função não meramente emblemática de defesa dos direitos dos cidadãos.

Em primeiro lugar, porque torna efectivo o acesso destes aos órgãos de poder, facilitado pela própria informalidade de exercício do direito de petição.

Em segundo lugar, porque a competência do Provedor se reporta a acções e omissões do Estado, alargando-se, assim, a todos os direitos constitucionalmente consagrados, isto é, os direitos sociais e os direitos de liberdade.

Finalmente, porque se constitui em via de acesso do indivíduo à jurisdição constitucional, ao ser-lhe reconhecida a competência de requerer o controle da legalidade e da constitucionalidade das normas.

Nesse sentido, o Provedor de Justiça não é só o defensor dos direitos subjectivos e pretensões dos cidadãos; ele realiza também a defesa da própria ordem jurídica, pois que é garantida num sistema garantista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A dimensão constitucional da «tarefa» do Provedor de Justiça vai mesmo além do domínio estrito da legalidade. Ela subentende uma concepção pública de justiça que caracteriza a sociedade democrática, apelando à boa administração, à racionalidade

do exercício legítimo do poder, aos princípios da autonomia e da dignidade da pessoa e, desse modo, contribui para a tomada de consciência dos cidadãos sobre os seus direitos, fazendo a democracia melhor e demonstrando que numa sociedade bem ordenada o Estado é função da sociedade e não o contrário.

Aplausos do PSD, do PS, e do CDS.

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca pede a palavra para que efeito?

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (ID): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (ID): — Sr. Presidente, se não há mais oradores inscritos para esta matéria, ao abrigo das disposições regimentais, pedimos a interrupção da sessão por 15 minutos.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, terminámos a apreciação do relatório do Provedor de Justiça e há um pedido de interrupção por quinze minutos; no entanto, considerando o adiantado da hora, suspendo os trabalhos para o almoço, os quais recomeçarão às 15 horas com a discussão dos projectos de lei orgânica da Assembleia da República.

Está, pois, suspensa a sessão.

Eram 12 horas e 35 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 30 minutos.

Srs. Deputados, vamos dar início à discussão do projecto de lei n.º 142/V, apresentado pelo PSD, e do projecto de lei n.º 169/V, apresentado pelo PS, PCP, PRD, CDS, OS Verdes e ID, relativos à Lei Orgânica da Assembleia da República.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Sr. Presidente, o CDS não está presente, embora se manifestasse tão interessado por esta matéria, a tal ponto que também é subscritor de um projecto de lei alternativo ao nosso. Seria lastimável que o CDS não assistisse a este debate.

O Sr. **António Vitorino** (PS): — Está a descontar no tempo!

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Silva Marques, em face do que determinou na conferência de líderes, temos tido uma certa flexibilidade no início das sessões relativamente à hora a que estão prefixadas. Isso é do conhecimento de todos os grupos e agrupamentos parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com o projecto de lei orgânica da Assembleia da República, apresentado pelo PSD, já agendado, a oposição apresentou, a correr, o seu próprio projecto de lei, formulando uma acusação bombástica: O PSD teria inviabilizado uma lei de consenso.

Acusação surpreendente da parte de democratas. Da mitificação do consenso à consideração de que as diferenças de opção político-partidárias são inúteis, ou mesmo inconvenientes, vai um salto de pulga, mas não creio que a oposição dê alguma vez esse salto. No entanto, tem o benefício da dúvida.

É triste, de qualquer modo é triste, ver a oposição socorrer-se da fumaça pseudodemocrática, em vez de assumir com clareza os seus pontos de vista. É de clareza que a democracia vive e se fortalece e não de fumaça demagógica.

Por isso, Srs. Deputados, verifiquemos os pontos de divergência, independentemente de saber quem impediu o consenso ou não. Verifiquemos esses pontos e abordemos, pois, a substância da questão que está na ordem do dia. É que, afinal, os pontos de divergência não são substanciais, não foram muitos.

E não foram muitos porquê? Porque a oposição queria um conselho de administração da Assembleia da República com mais poderes face ao Presidente e o PSD concordou e concorda. Porque a oposição queria reforçar os meios de tecnicidade da Assembleia da República, de apoio aos deputados, às comissões, ao Plenário, e o PSD sempre concordou. E sempre concordou, Srs. Deputados, porque também sempre foi essa a nossa ideia.

A oposição queria que ao conselho de administração pertencessem representantes de todos os grupos parlamentares e concordámos, embora a nossa proposta original fosse outra. Era, aliás, uma proposta em consonância com a prática num bom número de países democráticos: a da eleição do conselho de administração pela via do método proporcional. Mas concordámos com a oposição, já que a oposição fazia tanta questão de ao conselho de administração pertencerem representantes de todos os grupos parlamentares, evidentemente que com um fundamento aceitável: que todos os grupos parlamentares pudessem acompanhar a actividade administrativa da Assembleia da República, para darem o seu contributo e, inclusivamente, como é evidente, para fiscalizar, o que também aceitámos.

De qualquer modo, Srs. Deputados, estamos abertos, mesmo no ponto do conselho de administração, a alterar a nossa solução e a, eventualmente, seguir o princípio da eleição pelo método proporcional, que, aliás, vos é tão claro.

Uma coisa, Srs. Deputados, é certa: aceitamos uma aproximação relativamente aos pontos de vista da oposição, mas não podemos aceitar que as soluções encontradas possam ferir coisas fundamentais. E o que é ferir coisas fundamentais? É introduzir mecanismos que conduzam ao impasse administrativo e de funcionamento desta tão importante Casa na vida política do País. E mais: mecanismos que possam permitir por via de situações conjunturais alterar o conteúdo do poder político definido legitimamente em eleições.

Não podemos fazer, não temos o direito de o fazer, porque devemos essa obrigação ao nosso eleitorado e também porque se o fizéssemos cometeríamos um acto de falta de clareza e de fidelidade política ao nosso eleitorado.

O Sr. **Licínio Moreira** (PSD): — Muito bem!

O **Orador:** — Seríamos — e com razão — responsabilizados pelo nosso eleitorado — não só pelo nosso eleitorado mas também pelo povo português — se deixássemos transferir o poder político que o eleitorado nos deu para dirigir o País e para incutir o nosso cunho fundamental nas soluções institucionais, por complexos não sei de que natureza, para a oposição.

O nosso eleitorado jamais compreenderia que entregássemos as soluções políticas substanciais à oposição, que entregássemos o governo da Assembleia da República — ou o desgoverno, temos que admitir essa hipótese, Srs. Deputados da oposição —, à oposição, quando somos nós que temos a responsabilidade face ao eleitorado de conduzir as soluções. Isto, evidentemente, sem prejuízo de termos a noção de que institucionalmente há que chamar — não só aceitar, mas chamar — a oposição à sua quota-parte de responsabilidade nas soluções políticas e na condução administrativa da Assembleia da República. Como vêem, Srs. Deputados da oposição, os nossos raciocínios não são de quem se imagina eternamente no poder, nós próprios preparamos as alternativas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **António Vitorino** (PS): — É generoso!

O **Orador:** — Srs. Deputados, os pontos de divergência substânciais não foram muitos. Falemos com clareza: os pontos de divergência que impediram esse tão famigerado e tão mitificado consenso, foram muito poucos, pequenos até — ou grandes, depende da óptica. E quais foram eles?

O PSD quer extinguir os agrupamentos parlamentares (no caso concreto é apenas um). Porquê? Porque consideramos que os agrupamentos parlamentares prejudicam um valor fundamental para a solidez da democracia e das instituições, que é o de serem o espelho fiel do eleitorado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — Srs. Deputados, o PSD quer ainda outra coisa que também impediu o consenso: quer reduzir um pouco, minimamente, o excesso de pessoal dos gabinetes dos grupos parlamentares de pequena ou pequeníssima dimensão. Se eles são de pequena ou pequeníssima dimensão, a culpa não é nossa, é do eleitorado. Por que é que VV. Ex.as querem alterar e furtar-se ao juízo do eleitorado e às suas consequências? Se os Srs. Deputados não deixam o eleitorado escolher e não aceitam que essas escolhas tenham consequências práticas, então para que é que querem as eleições? Se chegássemos a essa conclusão, não valia a pena haver eleições. Ora, queremos as eleições para que o povo português opte e para que ele veja que as suas opções tiveram consequências práticas. Isto, Srs. Deputados, é o fundamento sagrado da confiança do povo português nas instituições democráticas.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — Por isso, Srs. Deputados, o que pretendemos é mínimo. O que pretendemos é atenuar uma situação escandalosa, grosseiramente escandalosa, de excesso de pessoal, que afecta o princípio da justiça e o princípio da proporcionalidade. Estes princípios não vos sensibilizam? Os senhores, que são tão apegados ao princípio da proporcionalidade, não se sensibilizam? Mas nós não queremos aplicar cegamente o princípio da proporcionalidade, queremos apenas atenuar o escândalo actual — que é, pura e simplesmente, um escândalo e, além do mais, grosseiro — relativamente à relação que há em termos de deputados e de funcionários ao serviço dos grupos parlamentares. Esta é mais uma das questões em que não houve consenso.

A oposição disse que a culpa foi nossa, mas — meu Deus! — não houve consenso porque não aceitámos os vossos pontos de vista quanto a essas matérias. Afinal de contas, os Srs. Deputados — aceitando e «dando de barato» que o consenso devia ter essa sacralização mítica — é que não permitiram o consenso, porque se tivessem aceite as nossas ideias teria havido consenso.

O Sr. **Marques Júnior** (PRD): — Claro!

O **Orador:** — Srs. Deputados, se fôssemos pelo vosso caminho estaríamos aqui a dizer, e também ao País: «Eles não aceitaram o consenso, eles impediram o consenso.» Não, Srs. Deputados! Pura e simplesmente há diferenças de opção partidária que têm expressão nas mais diversas matérias. E de que se trata? Não é de um crime de lesa-pátria relativamente aos valores da democracia mas, pelo contrário, é do exercício normal da democracia. Desta forma, nós temos as nossas opções, exprimimo-las nas nossas actuações concretas e VV. Ex.as têm as vossas. Por isso, vamos verificar quais são umas e quais são as outras.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — Vou recapitular as diferenças, porque os Srs. Deputados têm feito conferências a mais a este respeito, inclusivamente com o CDS. Nunca imaginei que o CDS se inserisse nessa dinâmica popular que VV. Ex.as têm conduzido através de conferências de imprensa. O CDS, um partido tão respeitável, que está a correr o risco, com tanto desvario e com tanto desatino, de se transformar na «UDP cristã» do nosso leque político-partidário.

Aplausos do PSD.

Srs. Deputados, vamos recapitular as diferenças ou as tais razões da falta de consenso.

Já me referi à questão dos agrupamentos parlamentares e do excesso de pessoal ao serviço desses agrupamentos. VV. Ex.as querem manter os agrupamentos parlamentares e pouco se importam com o facto de o Parlamento surgir aos olhos do eleitorado como uma espécie de caixa de ilusionista, de onde saem formações e actores políticos que não se expuseram clara e directamente ao juízo do sufrágio eleitoral. E, para além disso, a oposição quer manter o grosseiro e escandaloso atentado ao princípio da justiça e da proporcionalidade, em matéria de meios ao dispor dos deputados; isso prejudica os deputados e o Parlamento. Nós, pelo contrário, dizemo-lo desassombradamente: privilegiamos a transparência do Parlamento e a sua ligação política ao eleitorado e à Nação; os Srs. Deputados privilegiam os jogos malabares da política e do parlamentarismo — nós não!

Uma voz do PSD: — E também da democracia!

O **Orador:** — Consideramos essa forma nociva à consolidação das instituições democráticas no nosso país.

Privilegiamos uma ponderada distribuição dos meios postos ao serviço dos grupos parlamentares e vós, Srs. Deputados da oposição, privilegiais a defesa e a conservação de vícios de funcionamento inaceitáveis e, no fim de contas, prejudicais o próprio Parlamento e as próprias instituições democráticas.

Afinal, Srs. Deputados da oposição, quem de facto está a trabalhar para consolidar a democracia?

Nós não enchemos a boca de juras à sagrada liberdade, de hinos às amplas liberdades cunhalistas ...

Risos do PSD.

... de atestados de virtudes cívicas tão usuais na bancada socialista.

Ainda bem que chega o Sr. Deputado Narana Coissoró.

Bem vindo, Sr. Deputado. Tenho aqui umas referências a V. Ex.ª e estava a ver que corria o risco de ter de as dizer na sua ausência.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Diga, diga!

O **Orador:** — Sr. Deputado, não nos persignamos com água benta antes de assinarmos o livro de presenças, ao entrarmos no Parlamento e na política, porque defendemos a separação da Igreja e do Estado.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Das águas!

O **Orador:** — Não fazemos como os freitistas, que nos acusam de materialistas e de ateus. Sr. Deputado Narana Coissoró, talvez parecesse que bastaria a água benta para ganhar eleições, mas não chega.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Principalmente quando há peixes vermelhos nela!

O **Orador:** — Srs. Deputados, a oposição veio a correr apresentar o seu projecto de lei e tão a correr que teve dificuldades para marcar diferenças relativamente ao projecto do PSD. A oposição seguiu-o em demasia. Em certos momentos, é mesmo fotocópia.

Enfim, não invocamos direitos de autor!

Os Srs. Deputados tiveram tanta dificuldade em marcar diferenças relativamente ao nosso projecto de lei que, infelizmente, na ânsia de marcar diferenças enveredaram pelo pior lado. E qual foi o lado pelo qual enveredaram para acentuar mais diferenças? Em vez de acentuarem a tecnicidade dos meios da Assembleia da República, acentuaram o pendor burocrático (nós propomos mais oito divisões, em termos de serviços e VV. Ex.as propõem mais doze); em vez de aligeirarem as estruturas, tendem para as tornar mastodônticas (alargando o quadro de pessoal desnecessariamente e, sobretudo, criando unidades de mais do que duvidosa utilidade em consequência da duplicação de funções, como é o caso da proposta de uma direcção de serviços de organização e informática).

Srs. Deputados, basta-nos a informática!

A oposição — vou referir-me a isto com um grande sentido de amizade e respeito pelos Srs. Deputados, sobretudo da bancada do Partido Socialista — vai mesmo ao ponto de rejeitar uma boa ideia do PS, em tempos apresentada como projecto de lei e que o PSD acolheu por inteiro. Trata-se da criação de um gabinete de estudos parlamentares, altamente especializado, dedicado a um trabalho de investigação de base (para além de um gabinete de apoio técnico virado especificamente para os processos em curso nas comissões), o qual, na nossa óptica, deverá funcionar na dependência do Presidente da Assembleia da República, em articulação com os presidentes das comissões. Aliás, o referido projecto de lei do PS colocava-o na dependência da Mesa; porém, agora, os Srs. Deputados da oposição enredam-no nas malhas do tecido burocrático do Parlamento.

Com toda a evidência, Srs. Deputados da oposição e muito em especial Srs. Deputados socialistas, o PS novo faria melhor se aproveitasse mais as ideias do PS velho, como estamos a fazer.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Do PSD velho!

O **Orador:** — Este mesmo espírito burocrático levou a oposição a instistir denodadamente com uma proposta aparentemente atraente, mas que consideramos errada e nociva no contexto actual do funcionamento do nosso sistema político. Trata-se da proposta da pretendida criação de delegações da Assembleia da República nas capitais de distritos.

Não concordamos com ela e dizemo-lo desassombradamente. A proposta adquiria outra aceitabilidade se a oposição se juntasse a nós, isso sim, para antes melhorarmos os mecanismos do sistema eleitoral, no sentido de aproximar os deputados do eleitorado, corrigindo os graves inconvenientes do sistema da proporcionalidade baseado em círculos excessivamente grandes.

A oposição, fazendo esta proposta sem cuidar do seu contexto, comporta-se como aquele novo rico que compra uns pneus de fórmula 1 para montar num *Citroën* 2 cavalos: o carro não rolará melhor, pelo contrário, ficará com mais peso e velocidade a menos.

Ora, nós não queremos, Srs. Deputados da oposição, em nome do prestígio e da credibilidade do regime democrático, agravar ainda mais os já enormes vícios e pesos mortos do nosso sistema político.

Aliás, é o mesmo espírito de modernização, de desburocratização, de redução dos vícios de funcionamento do nosso sistema político e das suas instituições que nos leva a pretender introduzir outras alterações com vista a politizar o que por definição é e deve ser político e partidário e a despolitizar e a despartidarizar o que deve estar salvaguardado das conjunturas e flutuação das maiorias eleitorais.

Vou apontar alguns exemplos desse nosso espírito de modernização e de desburocratização.

Acentuamos a ideia de que os funcionários parlamentares devem constituir um corpo próprio, com certas regalias, mas com especiais exigências de habilitações, profissionalização e dedicação; a oposição tendencialmente recusa esta ideia, o que nos parece errado, inclinando-se para tomar os funcionários parlamentares como simples parcela do mar imenso e difuso do funcionalismo público. São duas perspectivas.

Ao mesmo tempo, a oposição quer a nomeação do pessoal dirigente por concurso — não está em causa que o pessoal não dirigente deva ser admitido por concurso, mas relativamente ao pessoal dirigente a oposição quer a sua nomeação por concurso —, rejeitando a ideia de que o poder político é feito para ser exercido e que deve ter ao seu dispor os meios próprios para o efeito.

O Sr. **Jorge Sampaio** (PS): — Agora é que se percebeu tudo!

O Sr. **Herculano Pombo** (Os Verdes): — Dessa maneira não!

O **Orador:** — Os Srs. Deputados da oposição não estão a procurar preparar-se para governar o País amanhã, pois querem funcionalizar tudo, querem concurso público para tudo. Quando ganharem as eleições como é que vão exercer o poder político?

Srs. Deputados, nós estamos a preparar a vossa própria alternativa.

Uma outra questão é sobre o pessoal excedentário dos grupos parlamentares. Pretendemos pôr termo à passagem do pessoal excedentário dos grupos parlamentares para o quadro supranumerário da Assembleia da República, porque isso viria, a médio prazo, a destruir completamente a solidez técnica e administrativa do suporte de funcionamento do Parlamento, mas a oposição aceitaria, com toda a evidência e com júbilo, a continuação do actual estado de coisas. Mas é errado!

Devo dizer-lhes que o próprio PSD tem co-responsabilidades nessa situação, mas hoje, com os meios políticos que o povo português lhe concedeu, tem obrigação de melhorar e de agir, não mantendo o pântano e a estagnação das instituições. É isto que estamos a fazer, e vamos fazê-lo!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — Por outro lado, pretendemos responsabilizar os grupos parlamentares pela gestão dos seus consumos em bens, equipamentos e comunicações, introduzindo, ao mesmo tempo, a proporcionalidade na perspectiva dotação orçamental colocada à sua disposição para o efeito.

Está certo ou está errado? — para parafrasear o célebre sujeito da telenovela. Digam-nos, Srs. Deputados, temos ou não razão?

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Ah, que grande comício!

O **Orador:** — Aliás, alargamos esta ideia à utilização do pessoal auxiliar pelos grupos parlamentares.

Em resumo, procuramos abrir caminho no sentido de introduzir mecanismos auto-responsabilizadores dos próprios grupos parlamentares, cortando a ideia de que tudo funciona em termos de funcionalismo público. Tem-se a dotação e não há incentivos à poupança. Pensamos que esta situação está errada e, por isso, queremos auto-responsabilizar os grupos parlamentares pela gestão do material e dos meios postos ao seu serviço.

Vozes do PSD:— Muito bem!

O **Orador:** — Enfim, são de facto duas ópticas distintas, a nossa e a da oposição. Não temo qualquer receio de as expor ao País, bem pelo contrário. Já ouvi ameaças de acções espectaculares para denunciar o projecto de lei do PSD. Espero bem que elas se concretizem, pois o PSD está muito necessitado de publicidade gratuita. Os nossos meios financeiros não são grandes e não gostamos deixar calotes por pagar e ainda menos costumamos responsabilizar pelos mesmos os nossos amigos.

Risos do PSD.

Denunciem-nos, que bem precisamos disso.

Aplausos do PSD.

Srs. Deputados, elaborámos o nosso projecto com base num trabalho anteriormente realizado por outros deputados, que nos foi precioso — utilizámos esse trabalho, mas não o seguimos em todos os pontos. Elaborámos também o nosso projecto de lei com base na auscultação de diversas pessoas que, em consequência da sua formação ou funções, nos transmitiram opiniões e experiência imprescindíveis e ainda com base — e é com admiração e gratidão cívica que o sublinhamos — em trabalhos e opiniões elaborados noutros momentos e no decurso deste próprio processo por diversos representantes dos trabalhadores.

A razoabilidade, a inteligência, a elevação moral e cívica, o sentido de justiça, mas também o sentido público das suas ideias, foi indiscutivelmente a melhor forma não só de contribuir para o prestígio do Parlamento, pedra angular do Portugal democrático que desejamos, mas também para a defesa dos interesses específicos dos trabalhadores.

Que ninguém se esqueça, que ninguém se iluda: a demagogia barata e grosseira — e algumas vezes ela apareceu, embora restritamente isolada em casos puramente pontuais, e aparece sobretudo nalguns pontos do projecto da oposição — não serve a ninguém e muito menos e desde logo àqueles em nome dos quais ela é tantas vezes despudoradamente brandida.

Srs. Deputados, o nosso projecto não é perfeito. Na especialidade estaremos abertos a considerar aperfeiçoamentos que nos proponham — nós próprios temos alguns a introduzir —, desde que eles venham contribuir para tornar ainda mais forte os valores que guiaram o nosso projecto de lei: o prestígio do Parlamento; a sua transparência e fidelidade ao eleitorado e à Nação; a sua desburocratização e eficácia; a justiça relativamente aos que nele trabalham.

Queremos, de facto, um Portugal livre, consolidado nas suas instituições democráticas, um Portugal socialmente solidário e justo, porque só esse Portugal será capaz de responder aos desafios da modernização e do progresso.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados João Corregedor da Fonseca, Jorge Lemos, Herculano Pombo, Marques Júnior, Raul Castro, António Vitorino, Basílio Horta e António Barreto. No entanto, informo que o PSD dispõe apenas de três minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (ID): — Sr. Presidente, verifica-se, desde já, que talvez seja necessário rever os tempos atribuídos porque, tal como prevíamos, os mesmos são reduzidos, tendo em conta uma matéria tão importante como a que está em debate.

Sr. Deputado Silva Marques, desde sempre que V. Ex.ª vem tratando nesta Câmara os assuntos em debate com grande seriedade, profundidade, sobriedade, como agora mesmo demonstrou — a isso nos habituou! ... Apesar de falar, com um estilo que lhe é peculiar, em «fumaças demagógicas», em *Citroën* e quejandos, estamos sempre interessados em ouvi-lo, porque estamos sempre a aprender ...

Vou fazer-lhe apenas uma pergunta mas, nomeadamente, para muitos deputados do seu grupo parlamentar que pouco conhecem estas andanças convém dizer como é que são as coisas.

Desde há muito tempo que a Lei Orgânica da Assembleia da República tem de ser melhorada. Assim se entendeu quando há dois ou três anos, na comissão que foi criada para apreciar o orçamento da Assembleia da República, se chegou à conclusão de que toda a estrutura funcional do Parlamento teria de ser alterada e melhorada radicalmente.

Assim foi entendido pelo anterior Presidente da Assembleia da República, Sr. Deputado Fernando Amaral, que,

recusando até um mês de férias e viagens oficiais ao estrangeiro, à frente de um grupo de deputados, constituído pelos Srs. Deputados Figueiredo Lopes — que fez um espantoso e magnífico trabalho —, Raul Junqueiro, Vítor Ávila, Jorge Lemos e eu próprio, iniciou um longo e muito ponderado trabalho que teve um apoio, um magnífico apoio de uma magnífica secretária-geral, a Sr.ª Dr.ª Maria do Carmo Romão.

Srs. Deputados, nessa altura foi feito o levantamento de tudo, do princípio ao fim, o que se passa nesta Assembleia da República. Existem, aliás, documentos dos serviços da Presidência, foram feitos estudos diversos, recolheram-se sugestões, estudaram-se leis idênticas de outros parlamentos europeus. Foi um árduo trabalho e produziu-se um projecto de lei que, de uma maneira geral, obteve unanimidade.

A própria OCDE — e vieram cá várias vezes, e ainda vêm, técnicos seus —, ao tomar conhecimento do que estávamos a fazer, convidou a Assembleia da República para uma missão a vários parlamentos europeus, a fim de observarmos o que se faz nesses países. Mesmo algumas das nossas inovações foram consideradas nesses parlamentos, assim como pela OCDE, como surpreendentes, positivas e inovadoras.

Só pelo facto de a legislatura ter terminado é que não foi possível agendar esse projecto de lei, aprovado praticamente por unanimidade e trabalhado com um grande apoio técnico. O Sr. Deputado Fernando Amaral poderá recordá-lo!

Acontece, porém, Srs. Deputados, que o PSD ...

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado dispõe de três minutos para pedir esclarecimentos. Em todo o caso, como se acordaram umas pequenas alterações, decorridos os três minutos, a luz vermelha do semáforo acende-se e continuará assim, mas esse excesso de tempo será descontado no tempo global de cada grupo e agrupamento parlamentares.

De qualquer forma, peço aos Srs. Deputados que se mantenham, quanto possível, dentro da regra dos três minutos disponíveis para pedir esclarecimentos.

O **Orador:** — Termino dentro em breve, Sr. Presidente.

Só pelo facto de a legislatura ter terminado é que não foi aprovado esse projecto de lei, necessário e urgente para a Assembleia da República.

Acontece, porém, Srs. Deputados, que o PSD nesta legislatura não tentou qualquer consenso, nunca propôs aos grupos e agrupamentos parlamentares ou aos deputados que trabalharam no projecto de lei a revisão do que tinha sido feito. O PSD apresenta um projecto de lei que altera radicalmente muitos dos aspectos positivos, com os quais, na altura, o próprio PSD estava de acordo e com os quais agora não está. Do projecto de lei que o PSD apresentou constam propostas altamente discutíveis:

É bom que os Srs. Deputados saibam que entre vários pontos — e são centenas de páginas que sobre esta matéria estão ao dispor dos Srs. Deputados — há, inclusive, um relatório sobre a deslocação que fizemos a vários parlamentos europeus, depois de o trabalho estar executado.

Não sei se os novos Srs. Deputados que aqui se encontram sabem como e quando foram criados os agrupamentos parlamentares, há quantos anos funcionam, qual a prática política que aqui existe. Desde há dez anos que aqui existem agrupamentos parlamentares e, quer queiram, quer não, Srs. Deputados, não podemos estar, quanto a leis reguladoras de instituições democráticas, como é o Parlamento, à mercê de maiorias conjunturais.

Srs. Deputados — e dirijo-me aos deputados jovens, porque poderão não saber (e digo «jovens» não em idade mas na qualidade de parlamentares) —, há países que nem sequer regimento têm, como é o caso do Parlamento Britânico, onde a tradição faz lei; ele não é necessário, pois não é uma maioria conjuntural que vai alterar as regras!

Sr. Deputado Silva Marques, faço-lhe só uma pergunta e peço-lhe que me responda com a benevolência habitual. É a seguinte: VV. Ex.as, ao fim de dez anos, descobriram que os agrupamentos parlamentares estão a mais? Por que razão, a meio da legislatura, uma alteração destas? Será que o PSD receia que, ao manterem-se os agrupamentos parlamentares, independentes ou não, aconteça que num grupo parlamentar grande, num grupo de 148 deputados — às vezes é difícil gerir 148 deputados! —, se crie a mesma situação de há cerca de dez anos, em que vinte e tal deputados saíram do PPD, acabando por criar um agrupamento parlamentar independente?

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca, informo-o de que gastou cinco minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Sr. Deputado Silva Marques, o debate começa mal, começa mesmo muito mal! Não fosse a gravidade do que o Sr. Deputado aqui disse, a melhor resposta à sua intervenção teria sido uma gargalhada.

Mas o que está em causa é grave, e é grave para todos nós. É grave, particularmente, quando o ouvimos dizer que a Assembleia da República e os seus serviços, designadamente ao nível das estruturas dirigentes, devem corresponder à vontade política do partido maioritário.

Compreende-se agora melhor o projecto de lei orgânica que o Sr. Deputado subscreve, pois a Assembleia da República não seria mais do que um departamento do Governo, não seria mais do que uma correia de transmissão ...

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — É isso!

O **Orador:** — ... das ordens, que começariam na Gomes Teixeira ou na Buenos Aires e que terminariam aqui, neste Plenário, passando logicamente pelos serviços. Isso não pode ser, Sr. Deputado Silva Marques! A Assembleia da República não é uma Assembleia da República do PSD, mas, sim, de todos, porque todos fomos eleitos para aqui estar e todos temos direito de aqui estar. Não é apenas o PSD que tem esse direito.

O Sr. Deputado Silva Marques já nos habituou a um estilo: não gosta de falar quando tem dificuldade para falar, mas gosta de falar quando é fácil. Na anterior legislatura não o vimos acompanhar os trabalhos sobre o projecto de lei orgânica, em que se procuravam os consensos, ...

O Sr. **Duarte Lima** (PSD): — E depois? Qual é o problema?

O **Orador:** — ... mas, enfim, o Sr. Deputado Silva Marques tem o papel que merece, está guardado para o que merece, ou seja, está guardado para o camartelo da oposição! Isso mesmo já aconteceu em 1984, quando, contra tudo e todos, o Sr. Deputado Silva Marques teve como objectivo destruir a possibilidade de qualquer um, que não vós, intervir nesta Assembleia da República.

Sr. Deputado Silva Marques, também lhe conhecemos as obsessões. Chegámos a pensar que tinha evoluído (e teria sido bom!), mas verificamos que assim não é! ... Que não evoluísse para seu próprio mal, isso era consigo;

agora, que seja para o mal de todos nós, não podemos aceitar.

Depois, de dislate em dislate, o Sr. Deputado Silva Marques chega a conclusões que nem sequer têm a ver com os textos que foram distribuídos.

Diz, por exemplo: «A oposição quer mais doze divisões e nós só queremos oito.» É falso! Convido-o a demonstrar neste Plenário, através dos organogramas, onde é que está esse número. Donde é que o foi desencantar? Os senhores propõem mais serviços do que o projecto de lei apresentado pela oposição.

O Sr. **Raul Junqueiro** (PS): — É verdade!

O **Orador:** — Convido-o a demonstrar, em concreto, o contrário.

O Sr. Deputado Silva Marques falou nos agrupamentos parlamentares ...

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, informo-o de que esgotou os três minutos.

O **Orador:** — Sr. Presidente, vou tentar acabar o mais rapidamente possível, tanto mais que temos uma intervenção para fazer.

O Sr. Deputado Silva Marques falou nos agrupamentos parlamentares. Já se esqueceu de que quem trouxe os agrupamentos parlamentares para esta Assembleia, a partir do voto, foi o seu partido, através do Agrupamento Parlamentar Os Reformadores. Os agrupamentos servem quando lhe convém; não servem quando não lhe convém! ...

Mais, Sr. Deputado Silva Marques: os senhores querem destruir os agrupamentos parlamentares para acabar com a Intervenção Democrática. Mas será só por isso? Os senhores não tentam antes prevenir-se para que nos vossos 148 deputados não haja, sequer, a possibilidade de alguns deputados desta Casa terem a veleidade de não aceitarem continuar nas fileiras do vosso partido, porque com esta política esse momento pode estar a aproximar-se?

Protestos do PSD.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — É isso!

O **Orador:** — É ou não isso que os senhores querem prevenir?

Protestos do PSD.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Opções inadiáveis!

O **Orador:** — Mas mais, Sr. Deputado Silva Marques: perguntamos, fundamentalmente, porquê e para quê a pressa. Porquê marcar uma ordem do dia com esta matéria? Ou o Sr. Deputado Silva Marques considera que é mais deputado do que qualquer um de nós e, por isso, deve ter mais direitos do que qualquer um de nós? Considera que deve ser o senhor a dizer com que regras é que nos governamos? Não, Sr. Deputado Silva Marques! Se é isso que quer, dizemos-lhe «não» e vamos dizer-lhe «não» com muita força.

Uma voz do PSD: — É a maioria que manda!

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Jorge Lemos, informo-o de que gastou quatro minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. **Herculano Pombo** (Os Verdes): — Sr. Deputado Silva Marques, permito-me começar o pedido de esclarecimento contando-lhe uma pequena fábula.

O Sr. Deputado sabe que no tempo em que os animais falavam e que o patriarca governava a Arca — que depois veio a encalhar não se sabe muito bem onde —, a certa altura, o patriarca, em missão de exploração, terá mandado um grupo de animais, recomendando-lhes que, dada a dificuldade das circunstâncias em que se encontravam, não se afastassem uns dos outros e que, em conjunto, tentassem chegar a conclusões que pudessem servir para salvar a situação. Assim se passou, com excepão de um dos animais, que decidiu trabalhar por conta própria, todo cheio de confiança e até de boas intenções. Quando chegou a noite e o grupo de animais regressou para elaborar o relatório, constataram que um deles não estava e. como é óbvio, ficaram extremamente preocupados.

Passaram-se as horas e eis senão quando, a meio da noite, surge o tal animal, o tal confiante, que, com a maior das latas, pergunta: «Então vocês perderam-se?»

Risos.

Ora bem, penso que esta pequena fábula, que nem sequer foi escrita por Esopo, conforme se pode depreender, serve bem para demonstrar o vosso exercício contínuo de narcisismo, ou seja, de, continuamente, tentarem rever-se no espelho das eleições de 19 de Julho, espelho esse que, como todos sabemos, começa a ficar demasiado embaciado para que nele alguém se possa rever.

Persistem também VV. Ex.as num grandioso exercício masturbativo em termos políticos, que não conduzirá a mais nada senão a um orgasmo mais do que duvidoso. Tenho esperança disso!

Protestos do PSD.

Dado que as intenções começam a ficar claras, pergunto se não lhe parece que a poda a que VV. Ex.as estão a proceder não é extemporânea. Ou seja, estando a árvore da democracia em plena floração, não lhe parece que é extemporâneo andar a fazer uma poda nesta altura, ou seja, a eliminar agrupamentos parlamentares que aqui já estão há muito tempo e que o Sr. Deputado classifica como brechas na solidez da democracia?

Lamento, mas vou ter de lhe pôr uma questão já anteriormente colocada: o Sr. Deputado está preocupado com esta brecha que tem sido o Agrupamento Parlamentar da Intervenção Democrática ou está preocupado com a solidez da sua bancada, que, manifestamente, todos os dias, abre brechas e buracos, porque o barco é demasiado grande e incontrolável e, de certeza, não terá um rumo muito certo e não será levado a bom porto?

Creio que V. Ex.a está mais preocupado ...

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, informo-o de que já terminaram os três minutos.

O **Orador:** — ... em evitar veleidades dos deputados independentes, que também os há no vosso grupo parlamentar e que não se têm manifestado, mas lá por dentro vão roendo. Um dia destes, é bem provável que, em conversa informal, uns com os outros, decidam aparecer aqui com qualquer coisa já planeada no sentido de vos pôr os pontos nos ii!...

Pergunto: qual é, de facto, a intenção? Para que fique claro, trata-se de aniquilar a Intervenção Democrática como

brecha que é na solidez da democracia portuguesa ou trata-se de prevenir a solidez da maioria?...

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. **Marques Júnior** (PRD): — Sr. Deputado Silva Marques, contrariamente àquilo que disse o Sr. Deputado Jorge Lemos, penso que começou bem, muito bem quando apresentou o projecto de lei do PSD. Isto porque nos permitiu ver, de uma forma clara, as divergências que havia e, mais do que divergências, aquilo que, efectivamente, estava subjacente ao projecto de lei do PSD, em relação ao qual, em termos de articulado, poderíamos ainda ter algumas dúvidas. Nesse ponto de vista, penso que o Sr. Deputado começou bem.

Porque quero ver se consigo enquadrar-me dentro dos tempos regimentais, gostaria de lhe dar uma explicação e pedir dois esclarecimentos.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado ficou, de certo modo, espantado porque as diferenças entre o projecto de lei do PSD e o da oposição eram pouco relevantes, eram menores, mas, em simultâneo com essas divergências menores, fez acusações gravíssimas à oposição por esta ter subscrito um projecto de lei deste tipo. Sublinharei só uma: «o PSD quer a transparência; a oposição, por oposição, não quer a transparência».

Em democracia, as questões de transparência e de ética são fundamentais, são o cerne da democracia. Se as diferenças são menores — e penso que o não são, porque as diferenças não devem ser medidas em quantidade mas em qualidade — gostaria que o Sr. Deputado me dissesse em que medida é que a actual Lei Orgânica da Assembleia da República, cuja iniciativa da revisão, regimentalmente, coube ao PSD, impede (o que seria grave e estaríamos dispostos a revê-la em todos os seus elementos) a maioria parlamentar do PSD de cumprir a sua função e de, em todas as circunstâncias, se afirmar como maioria. Subscrevemos todas as propostas de alteração que ponham em causa esta questão, porque entendemos que o eleitorado não pode ser defraudado.

Para nós, o 19 de Julho é um marco importante ...

Uma voz do PSD: — Registamos!

O **Orador:** — É, de facto, importante. Pensamos que o povo português há-de ter oportunidade de se penitenciar do 19 de Julho, mas não deixa de ser importante!

Gostaria, pois, que me dissesse em que é que a actual Lei Orgânica da Assembleia da República impede a maioria de o ser e em que é que a actual Lei Orgânica da Assembleia da República impede o PSD de apoiar o Governo, de modo que as suas propostas sejam aprovadas nesta Assembleia, de modo que as suas propostas chamadas «estruturais» sejam aprovadas nesta Assembleia?

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, esgotou os três minutos.

O **Orador:** — Terminei, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. **Raul Castro** (ID): — Sr. Deputado Silva Marques, durante mais de dez anos foi estabelecido nesta Câmara o costume parlamentar da existência de agrupamentos parlamentares. Com certeza, influenciado pelas recentes comemorações dos Descobrimentos Portugueses, o Sr. Deputado Silva Marques veio aqui fazer também uma descoberta: a de que era necessário extinguir os agrupamentos parlamentares.

A verdade é que os fundamentos da sua descoberta são bizarros, porque o que o Sr. Deputado afirmou foi que a existência de agrupamentos parlamentares prejudica um valor fundamental para a solidez da democracia. Mas qual valor fundamental para a solidez da democracia, Sr. Deputado? Afinal, com a extinção de um agrupamento parlamentar e, naturalmente, atingindo-se o pluralismo que deve caracterizar esta Câmara, como é que se está a defender a solidez da democracia?

É evidente que é ininteligível este seu fundamento, Sr. Deputado.

Segundo ainda o Sr. Deputado, o PSD quer extinguir os agrupamentos parlamentares para que o povo português possa ver que as suas opções tiveram consequências práticas. Mas, então, se o povo português elegeu dois deputados independentes, que anunciaram que, a serem eleitos, se organizariam em agrupamento parlamentar, a opção do povo português é agora o PSD eliminar esse agrupamento parlamentar? Isso não será, precisamente, contrariar a opção que o povo português fez?

Finalmente, Sr. Deputado, sempre todos os projectos de revisão da Lei Orgânica e do Regimento foram aqui apresentados na Assembleia da República por consenso de todas as forças políticas que nela têm assento. A intervenção, entre risonha, inflamada e desiludida, do Sr. Deputado traduz uma amargura compreensível: é que é a primeira vez nesta Câmara que aparecem dois projectos, um apresentado pelo partido da maioria e outro apresentado por todos os partidos da oposição. É isto que pode justificar o humor deslocado que acabou de fazer na sua intervenção.

Aplausos da ID e do PCP.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Vitorino.

O Sr. **António Vitorino** (PS): — Sr. Deputado Silva Marques, começo por lamentar o tom do seu discurso. É um estilo de *vaudeville* — a que nem faltou a citação do «Senhorzinho Malta» — que, de facto, destoa de uma temática tão relevante para a vida do Parlamento.

O seu discurso ficará na história parlamentar da Lei Orgânica como a literatura de cordel para os bons textos da *commedia dell'arte*.

Aplausos do PS, do PCP e da ID.

A estratégia que V. Ex.ª seguiu é uma estratégia de quem tem culpas na consciência e as não quer assumir. Pretendeu apoucar o debate e amesquinhar a existência de uma iniciativa legislativa alternativa pelo simples facto de ela existir.

Não é uma metologia séria!

V. Ex.ª resultou numa imagem figurativa patética, maniqueista, à deriva, queixando-se, qual Catão na reforma, que «não quiseram o consenso do ou crês ou morres».

V. Ex.ª compreenderá que todo o seu discurso pecou por uma lamentável falta de rigor. Vendeu aqui uma imagem inacreditável de uma oposição toda ela esbanjedora e perdulária e de uma maioria humildezinha, sensata e poupadinha. A «oposição cigarra» contra o «Sr. Silva Marques formiguinha».

Risos do PS.

O Sr. Deputado compreenderá que a fábula serve para enganar crianças, mas nem eu nem V. Ex.ª andamos de chuchas na mão.

Risos do PS.

Entendo que o Sr. Deputado Silva Marques se tenha aproveitado do facto de estar sentado aí à frente para fazer considerações que vão para além da questão que estava em apreço. Sob esse ponto de vista, tem a minha solidariedade, porque ninguém gosta de se sentir fora do lugar a que sente ter direito próprio. Mas quando V. Ex.ª diz que o «PS novo» não acolhe ideias do «PS velho», o que lhe digo é que é com mágoa que vejo que o «PSD novo» amesquinha o «PSD velho».

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É que a origem histórica dos agrupamentos parlamentares nesta Assembleia da República resultou de um cisão do Grupo Parlamentar do PSD, que posteriormente foi coonestada por um acordo celebrado entre o Dr. Sá Carneiro e o grupo dos reformadores.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Não!...

O Orador: — Não é verdade?! Neguem até a verdade histórica! Reescrevam até a história, se for possível, para tranquilizarem as vossas consciências.

O Sr. Deputado fez uma afirmação que é uma enormidade e ficamos à espera que tire todas as ilações, designadamente quando diz ...

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, já ultrapassou o tempo que continua a contar.

O Orador: — Já sei, Sr. Presidente.

Designadamente, dizia eu, afirmou o Sr. Deputado que a execução política de um projecto de uma maioria depende da politização, leia-se partidarização, dos cargos dirigentes.

Ficamos à espera de duas coisas: que V. Ex.ª conclua que o acto de tirar fotocópias também é um acto da mais estrita relevância partidária e que aplique essa lógica partidaríssima aos quadros dirigentes da função pública e defenda que os directores-gerais também devem ser objecto do mesmo tipo de nomeações que os quadros dirigentes da Assembleia da República.

Concluindo, V. Ex.ª tentou fazer crer que as questões que nos dividem são mínimas. No entanto, o parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias chama a atenção de que são nove os pontos de divergência. Mas o que digo é que só há um verdadeiro ponto de divergência: é que V. Ex.ª quer romper com a tradição histórica da gestão da Assembleia da República, que tem sido até aqui uma gestão contratualizada, razão pela qual existe um projecto comum de todos os partidos da oposição. V. Ex.ª quer romper com a história do parlamentarismo português, quer romper com a tradição da gestão contratualizada e impor uma gestão unilateral. É a sua opção mas, por amor de Deus, assuma-a claramente e não a disfarce!

Aplausos do PS, do PCP, do CDS, de Os Verdes e da ID.

O Sr. **Presidente:** — Informo o Sr. Deputado António Vitorino que gastou quatro minutos no pedido de esclarecimento que fez.

Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (CDS): — Para além da pergunta que quero fazer ao Sr. Deputado Silva Marques, gostaria no fim de fazer um voto de congratulação.

Hoje, o Sr. Deputado Silva Marques parecia outro deputado e não aquele que foi presidente da Comissão que elaborou o projecto de lei orgânica.

Quando essa Comissão começou a funcionar penso que todos estávamos crentes de que o Sr. Deputado Silva Marques partilhava da ideia fundamental de que se estava a fazer uma lei orgânica para a Assembleia da República e não para uma maioria, que a Assembleia da República era a Casa de todos e, como tal, devia ser respeitada, e que era útil, até como aspecto emblemático, que nesta matéria, de alguma delicadeza política, se pudesse chegar a um consenso e assim apresentar um texto que fosse o seu objecto.

Recordo-me de que se fez caminho nessa linha e que em alguns momentos estivemos quase à beira de chegar a um acordo global. No entanto — e sem querer ser indiscreto revelando em muito pormenor os trabalhos da Comissão, pois se V. Ex.ª, que a presidiu, assim o entender fa-lo-á —, a certa altura, tudo voltou para trás e tudo aquilo que era matéria adquirida deixou de o ser. As propostas que eram formuladas e adiantadas por V. Ex.ª deixaram de ter valimento e o consenso que estava à beira de ser obtido ficou postergado.

Quem ouvisse hoje a sua intervenção pensaria que V. Ex.ª nunca tinha passado por aquela Comissão, nem nunca tinha adiantado as propostas que adiantou. O Sr. Deputado, aqui, esqueceu o passado recente.

Nestas circunstâncias, pergunto: que posição é que estava correcta? A que V. Ex.ª assumiu como presidente da Comissão ou aquela que hoje assumiu aqui como deputado do PSD? O que é que estava correcto: as propostas que V. Ex.ª adiantou e que quase permitiram que chegássemos ao consenso — aliás, devo recordar-lhe que se tivesse mantido a última proposta que fez em seu nome pessoal teríamos um consenso sobre a Lei Orgânica — ou esta sua intervenção, que, não obstante o brilho a que V. Ex.ª já nos habituou, tem algo de chocarreiro?

Gostaria que me respondesse a estas questões, na medida em que fiquei perplexo com aquilo que ouvi. Parecia «Mr. Jekyll» e «Mr. Hyde»; parecia o «deputado Silva Marques presidente da Comissão» e o «deputado Silva Marques obediente ao centralismo democrático».

Risos do CDS e do PS.

E isto esgota a pergunta.

Quanto ao voto de congratulação, Sr. Deputado, faço-o sinceramente. Penso ter ouvido bem V. Ex.ª dizer que o PSD, não obstante as receitas diminutas ...

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, o seu tempo continua a contar.

O Orador: — Termino já, Sr. Presidente.

Dizia eu que, se ouvi bem, o Sr. Deputado Silva Marques disse que, não obstante as receitas diminutas, o PSD não era caloteiro e ia pagar o que devia. Penso ter ouvido bem o que V. Ex.ª disse e que, aliás, mereceu aplausos da sua bancada. Espero que o Sr. Deputado não seja desautorizado também nessa afirmação e o PSD possa pagar o que deve, pois todos ficaríamos muito gratos, de facto, por isso.

Aplausos do CDS e de alguns deputados do PS.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Mas o CDS tem de dar o exemplo pagando primeiro!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barreto.

O Sr. **António Barreto** (CDS): — Sr. Deputado Silva Marques, enquanto estava a ouvi-lo vinham-me à cabeça recordações de uma canção de Coimbra que ouvíamos em conjunto, há muito tempo, e que começava assim: «Eles comem tudo ...» O Sr. Deputado sabe o resto ...

Risos do PS.

De facto, esperava ouvir da sua parte razões para as suas propostas, mas não ouvi nada a não ser apetite.

Queria um diagnóstico sobre o funcionamento da Assembleia da República, queria que nos descrevesse os bloqueamentos que a impedem de trabalhar bem, de cumprir os seus deveres, de cumprir a democracia ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador:** — ... e a única razão que o Sr. Deputado me deu foi a do apetite, da fome.

Com certeza que concorda comigo que esta não é uma razão suficiente para o que propôs. Devo, aliás, acrescentar que a maioria que o PSD tem não o dispensa de ter razão, nem de ter argumentos. Os senhores têm de ter razão e argumentos, pois a maioria em si não é um argumento definitivo para as alterações que pretendem fazer.

Aplausos do PS, do PCP, do CDS e da ID.

O PSD tem um magnífico instrumento de acção política nas mãos, que é a maioria, mas cada dia que passa vou vendo que não o sabem utilizar. Então e a acção política, a ação económica, os programas políticos, as políticas? Mas tudo se traduz apenas num apetite de «queremos mais», de «queremos consquistar mais». Há um síndroma minoritário do PSD que é o de que conquistar qualquer coisa é um passo para conquistar a coisa seguinte, em vez de tentarem com o que têm fazer o que devem, nomeadamente cumprir as promessas ao eleitorado e pôr em prática as políticas que anunciaram. Os Srs. Deputados parecem não saber utilizar a maioria, esse magnífico instrumento de acção política que é uma maioria.

O Sr. Deputado Silva Marques acusou não sei bem quem, talvez toda a oposição, tanto de esquerda como de direita, sem se impressionar com o facto de todos os partidos estarem de acordo sobre o essencial. E o essencial é que Assembleia da República é de todos. Podemos ter até diferenças sobre aspectos, em particular da Lei Orgânica, do Regimento e de outras coisas, mas sobre o essencial estamos de acordo: a Assembleia da República é de todos. Mas os senhores não se impressionam com isso.

O Sr. Deputado deu umas imagens sobre um *Citroën* ... O que lhe digo é que o Sr. Deputado tem um *Rolls Royce* na mão e não sabe guiar. O Sr. Deputado, pura e simplesmente, espatifa o *Rolls Royce*.

Risos do PS.

É uma grande velharia pensar que quando se conquista o poder se tem de alterar as regras do jogo para o reter nas mãos. Houve tempos, em Portugal, nomeadamente no século XIX, em que primeiro fazia-se o Governo, depois dissolvia-se, e, finalmente, faziam-se eleições e confirmava-se o Governo. Tudo corria bem.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que não pode nem vai acontecer isso. Uma coisa é querer exercer a maioria na acção política, na economia, se querem privatizar, privatizem, se querem pôr em prática os vossos programas, ponham-nos em prática, mas não pensem em alterar as regras fundamentais ...

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, o seu tempo continua a descontar.

O **Orador:** — Não pensem em alterar as regras fundamentais que formam, enformam e conformam o sistema democrático: o sistema eleitoral, o Regimento e a Lei Orgânica da Assembleia da República, a Constituição. Para estes grandes diplomas, para estas grandes reformas, os Srs. Deputados têm a obrigação e o dever patriótico de procurar consensos alargados.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador:** — A Assembleia da República é um bem indiviso e os senhores querem ocupá-lo! A Assembleia da República pertence a todos!

O Sr. Deputado Silva Marques não distingue entre a Assembleia da República e uma mera repartição. O Sr. Deputado não distingue o Presidente da Assembleia da República de um chefe de repartição ou de um ministro. Há uma distinção fundamental: aquele senhor que se senta ali é a segunda figura do Estado Português, não é um director de serviços nem é, sequer, um ministro.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador:** — Deixe-me que tire uma conclusão, Sr. Deputado — e não quero dramatizar excessivamente o que vou dizer, é um simples pré-aviso: os senhores estão, com alguns indícios, a criar obstáculos à revisão constitucional, e estão a fazê-lo deliberada, programada e conscientemente!

Vozes do PS e do CDS: — Muito bem!

O **Orador:** — Termino fazendo-lhe duas perguntas, Sr. Deputado: o PSD está ou não disposto a tratar a Assembleia da República, nomeadamente através da Lei Orgânica e ulteriormente com o Regimento, de modo diferente das orgânicas do Governo, dos ministérios, das repartições, das empresas públicas e dos institutos? Estão ou não dispostos a tratá-la de maneira qualitativa e politicamente diferente? Por outro lado, estão ou não dispostos a procurar para as quatro grandes reformas (Lei Orgânica, Regimento, sistema eleitoral e Constituição), empenhadamente, um largo consenso democrático?

Aplausos do PS, do CDS e da ID.

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado António Barreto gastou cinco minutos do seu tempo.

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Silva Marques para responder, quero informar que ao Grupo Parlamentar do PSD restam três minutos do tempo global.

O Sr. **Jorge Sampaio** (PS): — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor.

O Sr. **Jorge Sampaio** (PS): — Sr. Presidente, quero apenas dizer, desde já, que da parte do Partido Socialista

manifestamos a opinião de que são insuficientes os tempos que foram acordados em conferência — o PSD, que apresentou um projecto de lei orgânica, já só dispõe de três minutos para todo o debate.

Nestas circunstâncias, deixo desde já a indicação de que estamos dispostos a que estes tempos sejam alargados, na medida em que um debate desta transcendência não pode ficar apenas pelos três minutos que o PSD tem e assim sucessivamente.

O Sr. Presidente, oportunamente, deliberará no sentido de consultar as várias bancadas para que estes tempos sejam proporcionalmente acrescentados.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Farei a consulta por via telefónica, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os aspectos substanciais das questões que me foram colocadas foram abordados no meu discurso, pelo que não vou repeti-los. Referirei, apenas, alguns aspectos pontuais e, desde já, peço desculpa pela linguagem metafórica que vou utilizar, mas os Srs. Deputados são inteligentes e, portanto, vão compreender a minha mensagem transmitida através da síntese.

Começando pelo fim, Sr. Deputado António Barreto, de facto temos um instrumento, estamos é a tocar a nossa pauta e os senhores queriam que tocássemos segundo a vossa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — Referiu-se o Sr. Deputado Basílio Horta ao centralismo. Mas, meu Deus, então o Sr. Deputado intervém sem estar aqui ... O Sr. Deputado é a expressão máxima do centralismo, a tal ponto que o centralismo está tão aperfeiçoado que basta o aparelho para preencher o aspecto espiritual da presença individual.

Tenha paciência, Sr. Deputado, mas é centralismo a mais.

Sr. Deputado, sem dúvida que havia consenso! Só que o consenso não se verificou — e disse-o no meu discurso —, porque os senhores não estavam de acordo quanto à extinção dos agrupamentos parlamentares e à redução do pessoal relativamente aos pequenos grupos parlamentares. Foi por isso que não houve consenso, Sr. Deputado. Depois, os Srs. Deputados apresentaram um segundo projecto e aí — peço desculpa da expressão — o senhores borraram a escrita. Para acentuar as diferenças foram pelo pior lado, e foi isso o que disse. Os Srs. Deputados excedem-se em aumento de pessoal. De facto, há um excesso de mais de três dezenas de lugares do quadro entre o vosso projecto e nosso. Os Srs. Deputados excedem-se, têm pessoal a mais. O nosso quadro já é muito razoável e os senhores vão para além dele em três dezenas de lugares.

Isto são factos, são argumentos, mas não vou entrar nas miudezas, Srs. Deputados! A não ser que os senhores tenham miudezas úteis para apresentar. Mas a verdade é que não as trouxeram. Eu acusei-vos de burocratização, de excesso de pessoal, o que realmente se demonstra. Façam as vossas contas, porque se calhar não as fizeram (eu tenho-as aqui).

Sr. Deputado António Vitorino, sem dúvida que o meu estilo é de *vaudeville;* o seu é de Corneille. Aceito perfeitamente isso.

Quanto à história da cigarra e da formiga, é verdade: nós somos a «formiga» e os senhores são a «cigarra». Só que são cigarras excessivamente cantadoras e o povo português não aprecia o vosso canto. Peço imensa desculpa, mas não fomos nós que fomos de porta em porta dizer «penalizem o PS», foi o povo português que assim o entendeu.

O Sr. Deputado Marques Júnior disse que fui excessivamente expresso e que não se tinha apercebido no nosso projecto das nossas intenções. Sr. Deputado, devia lê-lo uma segunda ou terceira vez porque somos muito explícitos.

Se os senhores querem denunciar-nos, denunciem-nos! Estamos ansiosos ... Não temos dinheiro e, portanto, precisamos de publicidade gratuita. Já vimos outros portugueses em dificuldade para pagar as suas dívidas de publicidade e nós precisamos de publicidade gratuita. Denunciem-nos! Façam por aí bancas, manifestações e digam ao povo português ...

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, terminou o seu tempo, mas faça o favor de continuar.

O **Orador:** — ... «eles querem extinguir os agrupamentos parlamentares, querem reduzir o excesso de pessoal dos grupos parlamentares, eles não querem aumentar tanto o quadro da Assembleia da República»! Façam manifestações! Os senhores estão é com pouco poder de mobilização.

Para terminar, quero dizer o seguinte ao Sr. Deputado Jorge Lemos: os senhores disseram aí algumas expressões inconvenientes. O Sr. Deputado Herculano Pombo referiu-se à história dos animais.

Sr. Deputado, devo dizer-lhe que, ao olhar para si, perguntava-me: «Mas que ave exótica!...»

Risos do PSD.

Mas não vou entrar nesse domínio.

Sr. Deputado Jorge Lemos, o senhor disse que ao ouvir-me apeteceu-lhe dar uma gargalhada. Então, por que não deu? Ria, que isso é sinal de saúde! Eu fartei-me de rir ao ouvi-lo.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Correia Afonso** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Para que efeito?

O Sr. **Correia Afonso** (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Jorge Sampaio levantou aqui a questão da insuficiência dos tempos. Creio que estamos perante um problema que, para além de uma ponderação, embora muito rápida, nos obriga a uma decisão. A ponderação é esta: existem dois projectos de lei orgânica da Assembleia da República em debate; um do PSD, que tem 60 % dos mandatos, e outro de toda a oposição, que tem 40 % dos mandatos. O Grupo Parlamentar do PSD, para os debater, dispõe de 30 minutos, enquanto a oposição para o mesmo fim dispõe de 180 minutos. Este o problema que eventualmente pode ser posto à nossa meditação.

O Sr. **Eduardo Pereira** (PS): — Corta-se a voz à oposição.

O **Orador:** — Não, isto não é cortar a voz à oposição. O que se corta é a voz à maioria. O problema põe-se ao contrário.

Aplausos do PSD.

É esta a noção que a oposição tem de democracia: cortar voz à maioria. Mas esse é um problema para outra altura, porque é um problema de meditação mais profunda.

Neste momento, apenas queria dizer que não temos, de forma nenhuma, qualquer argumento de oposição ao que disse o Sr. Deputado Jorge Sampaio. Entendemos, porém, que questões desta importância não devem ser decididas aqui, devem sê-lo em conferência de líderes. Se o Sr. Presidente entender que, em cinco minutos ou em dez minutos, o problema pode ser resolvido em conferência de líderes, estamos disponíveis para nos reunirmos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado Jorge Sampaio pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Jorge Sampaio** (PS): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente, para não ter de usar outra figura regimental, também disponível na circunstância, devo acrescentar.

O Sr. **Presidente:** — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Sampaio.

O Sr. **Jorge Sampaio** (PS): — O problema é muito simples, Sr. Presidente, pelo que o ponho telegraficamente. Se o PSD pretende ter 200 minutos para discutir o seu projecto de lei e o da oposição, tem todo o nosso apoio para a concessão desse tempo. Por uma simples razão, Sr. Presidente: porque nos interessa ouvir o PSD comentar as questões que lhe pusemos. É que, apesar de todos os esforços do Sr. Deputado Silva Marques, os três minutos de que ele dispunha não foram sequer suficientes para que percebêssemos se tinha compreendido as questões que lhe foram postas por todas as bancadas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador:** — Mas admito que é impossível, em três minutos, responder a 40 questões.

Portanto, pela nossa parte, não esquecemos dois pontos. Em primeiro lugar, isto não tem nada a ver com as vozes da maioria e as vozes da minoria, pois está perfeitamente assente que quem apresenta um projecto tem 30 minutos para a sua apresentação. Sempre foi assim, continua a ser e nunca ouvi o Sr. Deputado Correia Afonso impugnar este ponto. Está assente, mas se querem que tenha 30, mais 30 e mais 30, estamos disponíveis para discutir a Lei Orgânica da Assembleia da República uma semana inteira, das 9 horas à meia-noite, todos os dias.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador:** — Em segundo lugar, não estamos dispostos a que passe por cima de todos nós uma questão que consideramos vital para o nosso relacionamento aqui dentro: a nossa disponibilidade sobre isto é total. E eu, talvez ingenuamente — vou sendo ingénuo mas faço-o em nome da democracia —, quando vi que o Sr. Deputado Silva Marques só tinha três minutos do seu tempo, levantei-me e disse que, pela nossa parte, há que acrescentar tempo a tudo isto, para que o debate esteja ao nível da sua importância. Se no Senado ou na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, para discutir uma deliberação sobre uma ajuda relativamente à questão da Nicarágua, foram precisas dez horas de debate, nós temos de estar disponíveis as horas que forem necessárias para decidir sobre uma matéria desta importância. Pela nossa parte estamos disponíveis. Não nos importamos de estar aqui dia e noite, mas temos de fazer trabalho limpo e dar oportunidade a todas as forças políticas aqui representadas, qualquer que tenha sido a sua proporção eleitoral, de exprimir os seus pontos de vista. Queremos isso para nós, queremos isso para todos e queremos também isso para o PSD. Porque não queremos álibis nenhuns. O que queremos é argumentos, discussões e votações. Sobretudo votações inteligentes, em função dos argumentos que aqui são apresentados.

É isto que queremos. Se para tanto precisamos de tempo, ficamos aqui dia e noite se for necessário. Era essa e só essa a disponibilidade que pusemos nisto tudo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, há outros pedidos de palavra. Em todo o caso lembro que o tempo acordado foi o de 30 minutos para cada partido. Chegou-se, há momentos, à situação da existência de relativamente pouco tempo para o Sr. Deputado Silva Marques responder às questões que aqui lhe foram postas. Nessa circunstância, a Mesa, como lhe compete, referia qual era o tempo disponível, tendo tido o cuidado de ir avisando quando os tempos dos pedidos de esclarecimento excediam o tempo em que deviam ser feitos, de forma a não cortar o debate e poder contar com os tempos globais. A Mesa prontificou-se na altura a fazer, na emergência e na pressão da situação, uma consulta via telefone.

Levanta-se agora o problema de alargar ou não alargar esse tempo e de fazer uma conferência de líderes para resolução do assunto. A Mesa está obviamente disponível para isso.

Há outros pedidos de palavra. Pedi apenas que fossem extremamente breves nessas intervenções, para não injectarmos um debate processual numa questão de fundo, como o é a discussão da Lei Orgânica da Assembleia da República. A Mesa está disponível para fazer a conferência já ou mais tarde, conforme se verificar mais conveniente, mas pedia aos Srs. Deputados Jorge Lemos, Narana Coissoró e Correia Afonso que fossem extremamente breves.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Sr. Presidente, para abreviar razões, pelo nosso lado não há quaisquer objecções para que o PSD possa usar o tempo de que precise para expor a esta Câmara as razões que o levam — ou não o levam — a apresentar esta proposta.

Agora, não aceitamos que, no início do debate, as questões se ponham ao contrário. Não aceitamos que o PSD apareça aqui a querer fazer o papel de vítima num debate em que o PSD é o carrasco. E é o carrasco de todos nós.

Portanto, Sr. Presidente, pela nossa parte, há toda a disponibilidade. O PSD terá o tempo que for necessário, assim como nós próprios também nos reservamos o direito de ter esse tempo para podermos expor todas as nossas ideias.

Uma voz do PSD: — De forma proporcional!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — O Sr. Presidente tem conhecimento — talvez pela dimensão da minha bancada — que nos opusemos sempre à proporcionalidade dos tempos, pois entendemos que não é o tempo que define o debate mas sim a qualidade das intervenções, pois são elas que permitem saber quem defende o quê e como.

Esta é uma lei estruturante de um órgão de soberania e entendemos que não pode ser comparada a quaisquer outras leis, autorizações legislativas, projectos de lei, propostas de lei ou pacotes laborais. É uma lei fundamental, é uma lei que define o estilo de um governo, que define o estilo de uma maioria, que define o estilo das oposições, que define V. Ex.ª como Presidente desta Câmara, que queremos salvar, e que define, acima de tudo, a representação da democracia num país democrático. Apesar de termos só quatro deputados, daremos 800 ou 1000 minutos ao PSD para defender o seu projecto e fazer uma lei que realmente sirva o País e que sirva a Assembleia da República.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Correia Afonso.

O Sr. **Correia Afonso** (PSD): — Sr. Presidente, julgo — até para zelar pela saúde do Sr. Deputado Jorge Sampaio, que se excitou demasiado com o problema da administração de tempos — que é preferível reunirmo-nos em conferência de líderes para decidirmos este ponto.

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca pediu a palavra para que fim?

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (ID): — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (ID): — Sr. Presidente, estou de acordo com o Sr. Deputado Correia Afonso. Penso que devíamos reunir imediatamente, mas penso também que, enquanto reuníssemos — o que será com certeza muito rápido —, os trabalhos deveriam ser suspensos. Estamos interessados em intervir no debate, não podemos estar lá dentro e estar aqui ao mesmo tempo.

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado Marques Júnior pretende usar da palavra para que fim?

O Sr. **Marques Júnior** (PRD): — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. **Marques Júnior** (PRD): — Sr. Presidente, queria de facto dispensar-me desta intervenção, uma vez que o Sr. Presidente fez a consulta por telefone. Mas estas coisas têm as suas normas, as suas regras, e se efectivamente não disséssemos nada, a Câmara não saberia qual a posição do PRD relativamente a este assunto.

Por isso, vou dizer publicamente o que disse através do telefone: o PSD deve ter todo o tempo que for necessário para que a Lei Orgânica da Assembleia da República seja devida e cabalmente equacionada, perspectivada, analisada, para que seja votada em consciência.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, vou convocar uma conferência de líderes. Quase me atreveria a solicitar que o debate continuasse, embora compreenda a situação de alguns grupos parlamentares ...

O Sr. Deputado Correia Afonso pretende intervir com que fim?

O Sr. **Correia Afonso** (PSD): — Para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Correia Afonso** (PSD): — Sr. Presidente, reforço o que V. Ex.ª acabou de dizer. O debate deve continuar, até porque corresponde a uma marcação de agendamento do PSD, e nós, neste momento, reservamo-nos o direito de usar o n.º 5 do artio 61.º do Regimento quando for a altura própria.

O Sr. **Presidente:** — Pretende intervir, Sr. Deputado Narana Coissoró?

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Queria interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Pedia aos Srs. Deputados que fossem extremamente breves, senão nunca mais terminamos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Sr. Presidente, o chamado agendamento dos debates é feito essencialmente para projectos de lei. No entanto, invocar esta figura de agendamento de debate para uma lei estruturante da Assembleia da República mostra a desvalorização a que a maioria quer sujeitar a Lei Orgânica da Assembleia da República.

Quero intervir no debate, e de duas, uma: ou o CDS não poderá estar presente na conferência dos líderes ou o debate será interrompido. A maioria escolherá.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, tenho em meu poder três pedidos de palavra que vão levar dez minutos. Assim, vou suspender a sessão por dez minutos. Vamos reunir no meu gabinete. Está, pois, interrompida a sessão.

Eram 16 horas e 50 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 17 horas e 20 minutos.

Estão inscritos para o debate os Srs. Deputados Raul Junqueiro, Maia Nunes de Almeida, Raul Castro, Herculano Pombo e Marques Júnior.

O Sr. Deputado Jorge Lemos pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Sr. Presidente, para solicitar que fosse verificado, pela Mesa, o quórum de funcionamento.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, acabamos de retomar os trabalhos após o intervalo para a conferência de líderes, os Srs. Deputados estão a entrar e temos condições para recomeçar os trabalhos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Junqueiro.

O Sr. **Raul Junqueiro** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Parlamento desempenha um papel determinante no regular funcionamento do sistema democrático, tanto pela missão constitucional de que está investido, como pela representação popular confiada aos deputados que o compõem.

O Parlamento é a verdadeira fonte da democracia, donde brotam nomeadamente as leis fundamentais do País, os governos que por elas se devem pautar, os mecanismos de controle da actividade executiva e de defesa dos cidadãos, individual ou colectivamente considerados.

O Parlamento é ainda o local privilegiado da exposição e confronto dos projectos, ideias e pontos de vista entre os partidos políticos, entre as maiorias e as minorias, entre o Governo e a oposição, no exercício salutar de uma contradita destinada a garantir permanentemente a melhor salvaguarda dos superiores interesses nacionais.

A correcta organização do Parlamento e das suas múltiplas actividades é, no entanto, decisiva para que o mesmo possa cumprir todas as suas missões constitucionais e políticas.

O modo de administração, as condições de trabalho, a qualificação dos funcionários, a eficiência dos serviços, a existência de meios adequados, os circuitos de informacão, o apoio técnico e administrativo a prestar ao Plenário, comissões especializadas, deputados, grupos e agrupamentos parlamentares, constituem alguns dos aspectos mais relevantes para um bom funcionamento parlamentar.

Daí que o Parlamento deva ter um conjunto de regras de organização e gestão que, pautando genericamente as respectivas actividades, possa garantir não só uma assistência qualificada ao trabalho a desenvolver, mas que também possibilite a todos os deputados (e aos grupos e agrupamentos parlamentares onde aqueles se integram) o apoio indispensável ao cumprimento dos respectivos mandatos e responsabilidades contraídas perante o País.

Tal conjunto de regras deve reflectir prioritariamente a preocupação de assegurar a todos, por igual, o mesmo tratamento, na certeza de que cada um dos deputados, independentemente do seu posicionamento político e partidário, representa uma parte da vontade soberana do povo.

Por isso mesmo, cada um dos deputados deve ter um apoio logístico e organizacional que lhe permita exercer plenamente as suas funções e defender com firmeza os interesses daqueles que representa.

Em democracia, é tão importante a voz das maiorias como a voz das minorias. Em democracia, o debate é o verdadeiro motor do progresso e do desenvolvimento. Em democracia, a liberdade e o pluralismo passam pela real possibilidade de cada um poder expor as suas ideias.

Em democracia tanto se serve o país no Governo como na oposição.

A Assembleia da República tem sido orientada nesta matéria pelos princípios constantes da Lei n.º 32/77, de 25 de Maio, com as alterações que lhe vieram a ser introduzidas em diversas ocasiões posteriores.

No entanto, a crescente importância dos trabalhos parlamentares, o desejo de maior intervenção por parte dos deputados, grupos e agrupamentos parlamentares, a responsabilidade cometida às comissões especializadas e o modo como se processam os debates no Plenário, aliados a uma cada vez maior necessidade e exigência de informação e logística, vieram demonstrar a urgência de se proceder à revisão daquela lei, a Lei Orgânica da Assembleia da República.

Na legislatura anterior, os diferentes grupos e agrupamentos parlamentares, irmanados pelo mesmo espírito, decidiram por unanimidade criar uma Comissão Eventual para a Revisão da Lei Orgânica, tendo por objectivo conseguir uma solução consensual, já que era o bom funcionamento do próprio sistema democrático que estava em causa e não meros interesses partidários.

Essa Comissão, impulsionada pelo entusiasmo e dinamismo do então Presidente da Assembleia da República, Sr. Deputado Fernando Amaral, trabalhou arduamente durante alguns meses, reflectindo sobre todos os aspectos importantes da actividade do Parlamento, ouvindo especialistas, dialogando com os serviços e representantes dos trabalhadores, tendo-se deslocado, inclusivamente, sob o patrocínio da OCDE, a diversos parlamentos da CEE, como foi o caso dos da Alemanha Federal, Itália, Espanha, Holanda e Irlanda.

No termo dos seus trabalhos, foi possível chegar a um texto consensual, capaz de promover importantes reformas no funcionamento da Assembleia da República, melhorando as condições de trabalho e contribuindo para uma maior eficiência e modernização parlamentares.

Como membro activo que foi dessa Comissão Eventual — e recordando neste momento o trabalho que a mesma efectuou durante alguns meses —, não posso deixar de citar as valiosas contribuições de todos os deputados e, em particular, as daqueles que, por diversas razões, não estão aqui hoje connosco, nomeadamente o Sr. Deputado Figueiredo Lopes (PSD), Vítor Ávila (PRD) e Andrade Pereira (CDS).

O texto consensual chegou, entretanto, a ser agendado, mas a súbita dissolução da Assembleia da República impediu a sua discussão e votação em Plenário.

Após as eleições de 19 de Julho, e logo que se verificou a reabertura da Assembleia da República, voltou a colocar-se a necessidade de aprovar rapidamente uma lei orgânica.

Só que constatámos então a ocorrência de uma mudança fundamental.

O PSD, que na legislatura anterior havia dado o seu acordo de princípio ao texto elaborado pela Comissão Eventual, mudou de posição e entendeu formular novas propostas.

O PS tudo fez para que o consenso se mantivesse, conscientes que sempre estivemos da importância da Lei Orgânica e do seu carácter suprapartidário.

Participámos num grupo de trabalho informal, com representantes de todos os partidos, dinamizámos reuniões bilaterais, apelámos repetidamente ao bom senso e ao interesse nacional.

Tudo em vão!

O PSD, argumentando com a sua maioria absoluta, deixou de ter interesse numa lei intemporal, para aprovar uma lei conjuntural que servisse apenas os próximos quatro anos.

O PSD pretendia minimizar os partidos da oposição, afastando-os da gestão da própria Assembleia da República, reduzir os apoios logísticos a deputados e grupos parlamentares, esvaziar os agrupamentos parlamentares, calar a voz das minorias, reorganizar os serviços de forma unilateral, satisfazendo clientelas e desprezando competências.

O PSD, rejeitando todo o diálogo, acabou por apresentar o seu próprio projecto de revisão da Lei Orgânica, que, no fundo, consubstancia, como de resto o deixou aqui bem evidente a intervenção do Sr. Deputado Silva Marques, uma verdadeira tentativa de governamentalização da Assembleia da República.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O **Orador:** — Em face disto, o PS, verificando que os restantes grupos e agrupamentos parlamentares se mantinham fiéis aos princípios consagrados no texto da Comissão Eventual, entendeu propor a apresentação de um projecto conjunto, tendo por base aquele texto.

O facto inédito na história parlamentar portuguesa de, pela primeira vez, todos os partidos da oposição subscreverem o mesmo projecto, demonstra não só o isolamento do PSD, mas sobretudo o desejo de estabelecer um conjunto de regras estáveis sobre o funcionamento do órgão de soberania que é a Assembleia da República, verdadeiro pilar do sistema democrático.

O projecto comum traduz, pois, um esforço sério de transformação da Assembleia da República, tendo em vista sobretudo a melhoria e a modernização do seu funcionamento.

Os princípios fundamentais que o enformam podem sintetizar-se da seguinte forma: abertura da possibilidade de instalação de escritórios parlamentares, a funcionar como delegações da Assembleia da República, nas sedes dos diferentes círculos eleitorais, a fim de melhor apoiar a actividade dos deputados; distinção das funções políticas de Presidente da Assembleia da República das funções de administração, considerando como órgãos de administração da Assembleia da República apenas o conselho de administração e o secretário-geral; atribuir à comissão executiva do conselho de administração, constituída por representantes dos quatro maiores grupos parlamentares, a gestão diária e corrente da Assembleia da República; concretizar uma estrutura orgânica que sirva efectivamente o funcionamento do Parlamento e a actividade dos deputados; impedir o crescimento desnecessário de serviços e de funcionários da Assembleia da República; estruturar um adequado serviço de informação e documentação, capaz de responder com eficácia às necessidades dos deputados; afectar a cada uma das comissões parlamentares um determinado quadro qualificado de assessores técnicos e admnistrativos, podendo ser também recrutados ou requisitados do exterior, os quais passarão a depender funcionalmente dos presidentes das comissões parlamentares; melhorar as relações da Assembleia da República com os cidadãos, de forma a terem acolhimento e acompanhamento, quando a ela se dirijam; consagrar um estatuto de pessoal que, mantendo e moralizando o actual, defina com clareza as responsabilidades e os deveres dos funcionários; facilitar a faculdade de requisição de funcionários no exterior da Assembleia da República mediante um esquema de intervenção expedita do conselho de administração; melhorar e valorizar a qualidade dos funcionários parlamentares; definir a regra do concurso público no recrutamento de pessoal, incluindo o de direcção e chefia; abrir a possibilidade das nomeações para cargos de chefia também ao exterior da Assembleia da República; resolver as situações anómalas existentes, definindo regras claras quanto ao futuro; definir uma nova estrutura de pessoal afecto a cada grupo parlamentar e agrupamento parlamentar; melhorar o apoio às actividades dos grupos e agrupamentos parlamentares, assim como aos deputados individualmente considerados.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador:** — O projecto do PSD, embora siga a estrutura formal daquele que foi aprovado pela Comissão Eventual e, portanto, o do conjunto dos partidos da oposição, introduziu-lhe, todavia, modificações pontuais profundas que lhe vieram alterar profundamnte a sua filosofia.

Assim, o projecto do PSD rejeita liminarmente a possibilidade de a Assembleia da República vir a criar delegações nas sedes dos círculos eleitorais, a fim de apoiar a actividade dos deputados; o projecto do PSD elimina totalmente qualquer apoio aos agrupamentos parlamentares, extinguindo-os na prática; o projecto do PSD, no que toca ao modo de administração, define um regime «presidencialista» típico, conferindo ao conselho de administração funções predominantemente consultivas; consagra ainda a tese de que as decisões deste órgão sejam tomadas por maioria de votos, sem quaisquer restrições, e não prevê o carácter obrigatório da constituição de uma estrutura profissionalizada de gestão, como a comissão executiva; o projecto do PSD cria diversos órgãos directamente dependentes do Presidente da Assembleia da República, contribuindo para a confusão orgânica e funcional, chegando mesmo a ignorar o disposto na Lei Orgânica do Ministério Público no que toca ao posicionamento do auditor jurídico; o projecto do PSD elimina o Conselho Coordenador dos Serviços da Assembleia da República, órgão onde têm assento o secretário-geral, os directores-gerais, os directores de serviços e dois representantes dos trabalhadores; o projecto do PSD permite a partidarização dos cargos de chefia da Assembleia da República ao não aceitar a regra do concurso público e fazendo coincidir os respecticos mandatos com o período de legislatura; o projecto do PSD rejeita a possibilidade das comissões parlamentares poderem ter um quadro privativo de pessoal técnico e administrativo, dependendo funcionalmente dos respectivos presidentes; o projecto do PSD reduz, de forma significativa, o apoio logístico aos pequenos partidos, impossibilitando-os na prática de exercerem a sua actividade normal e de cumprirem os respectivos mandatos; o projecto do PSD pretende aplicar de imediato regras de redução de pessoal aos pequenos partidos e aos agrupamentos parlamentares, ignorando nomeadamente o respeito pelos direitos adquiridos e o princípio da não retroactividade das leis; o projecto do PSD não responde às legítimas expectativas de reforma e de modernização do Parlamento, em ordem a possibilitar a sua transformação e a cumprir com eficácia as missões que lhe competem, nos termos da Constituição da República e da lei.

Por tudo isto se verifica que a mudança de posição do PSD, relativamente ao projecto da Comissão Eventual para a Revisão da Lei Orgânica da Assembleia da República, foi uma mudança drástica e radical, ditada exclusivamente por razões partidárias.

O PS espera que o PSD possa rever a sua posição, de forma a ser possível ainda aprovar uma lei consensual, inspirada no interesse nacional, que reforce a democracia, permita o pluralismo, incentive a diferença, ao mesmo tempo que impulsione a reforma estrutural da Assembleia da República, melhorando o funcionamento dos serviços, apoiando a actividade dos deputados e valorizando o trabalho das comissões especializadas e do Plenário.

Pela nossa parte estamos dispostos, na especialidade, a prosseguir o diálogo. Assim o exige a democracia e os interesses do povo português.

Aplausos do PS, do PCP, do PRD, de Os Verdes e da ID.

O Sr. **Presidente:** — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Puig.

O Sr. **José Puig** (PSD): — Sr. Deputado Raul Junqueiro, foi referido na intervenção que acabou de efectuar que a redução que o PSD propõe no seu projecto relativamente aos funcionários de apoio aos pequenos partidos é exagerada, a tal ponto que impede, na prática, o seu funcionamento.

Não sei em que dados o Sr. Deputado se fundamentou para fazer tais afirmações, mas, com os dados que tenho — e que são concretos —, vou demonstrar-lhe que a realidade é totalmente oposta a essa conclusão.

Assim, por exemplo, em relação aos pequenos partidos, posso referir-lhe que Os Verdes têm, segundo o projecto de lei apresentado pelo PSD, uma relação de um deputado para cada funcionário, enquanto o PSD tem uma relação, proporcionalmente, entre funcionários e deputados, de 0,18. Posso dizer-lhe também que o CDS tem igualmente uma relação de um deputado para cada funcionário.

Acrescento ainda que qualquer dos partidos representados nesta Câmara fica com uma relação entre funcionários e deputados maior, mais privilegiada e mais beneficiada que o PSD. Se isto é uma redução exagerada e se os impede de funcionar, então como é que nós, deputados do PSD, continuaremos a trabalhar?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — Queria ainda focar um outro aspecto da intervenção do Sr. Deputado Raul Junqueiro e que se refere ao da gestão da Assembleia da República. O Sr. Deputado referiu que muitos partidos são afastados da gestão da Assembleia, entre os quais parecia referir-se ao seu próprio partido.

Queria que me dissesse em que organismo, em que conselho, em que direcção, em que aspecto o PS é afastado da gestão da Assembleia da República. É que, pelo nosso projecto, não consigo descobrir um só em que isso aconteça.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Junqueiro.

O Sr. **Raul Junqueiro** (PS): — A intervenção do Sr. Deputado — aliás na sequência daquilo que disse o Sr. Deputado Silva Marques — demonstra à evidência que o PSD está apenas preocupado consigo próprio, com o apoio do PSD, e que quer uma lei orgânica para o PSD. Ora, o posicionamento do PS é de todos os partidos que subscreveram o projecto de lei orgânica alternativo é o de quererem uma lei orgânica para a Assembleia da República e não uma lei orgânica para o partido A ou para o partido B.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Demonstre, mostre com números.

O **Orador:** — Essa diferença é fundamental e se, de facto, os Srs. Deputados não compreendem isto não podem entender porque é que o PS, que realmente em termos da Lei Orgânica apresentada pelo PSD não sofre, no que toca ao apoio logístico, um diminuição de funcionários, proteste veementemente, porque, de facto, o que se passa é uma grande redução nos pequenos partidos.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Responda à questão!

O **Orador:** — O problema não pode ser posto como o Sr. Deputado o colocou. A regra proporcional não pode ser aqui encarada da forma como a colocou, porque senão, evidentemente, isso significaria que teríamos um número de funcionários para os grandes partidos que seria incomportável, inclusivamente, com as instalações desta Casa.

O problema tem de ser visto em comparação com a situação anterior. E comparando com a situação anterior o que o projecto do PSD faz é o seguinte: a Intervenção Democrática, que tinha quatro funcionários, passa para zero funcionários; Os Verdes, que tinha cinco funcionários, passa para dois funcionários; o CDS, que tinha cinco funcionários, passa para quatro funcionários; o PRD, que tinha cinco funcionários, passa para quatro funcionários.

Isto, como é evidente, significa, na prática, uma inviabilização ao funcionamento destes partidos.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O **Orador:** — Já termino, Sr. Deputado Silva Marques.

No que toca ao afastamento dos partidos da oposição da gestão da Assembleia da República, é evidente que esse afastamento é uma realidade. Isto porque consagra um órgão, a que chama conselho de administração, mas, ao mesmo tempo, atribui a este órgão funções meramente consultivas. Ora, ao não lhe atribuir funções predominantemente deliberativas, está a afastar todos os partidos da gestão real da Assembleia da República.

Faça o favor de me interromper, Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Sr. Deputado, afinal de contas nós somos os únicos maldosos, porque queremos reduzir o pessoal dos grupos parlamentares. Mas VV. Ex.as, no vosso próprio projecto, também o reduzem! Isso só mostra que nós temos tanta razão que VV. Ex.as nem sequer puderam recusar essa ideia. Só que reduzem menos para fazerem o papel de bons. Negue o que estou a dizer!

Protestos do PS.

O Sr. **Herculano Pombo** (Os Verdes): — A diferença é abismal.

O **Orador:** — Sr. Deputado Silva Marques, mais uma vez, está a pensar apenas no interesse do seu próprio partido. Nós estamos a pensar no interesse da Assembleia da República.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador:** — O Sr. Deputado tem de perceber isso, porque é fundamental: não estamos aqui a tratar da lei orgânica do PSD, ...

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Mas também reduzem! Confesse!

O **Orador:** — ... mas estamos a tratar da Lei Orgânica da Assembleia da República. As soluções que são contempladas no nosso projecto são soluções globais, são soluções gerais, são soluções que permitem o melhor funcionamento desta Casa, um melhor funcionamento desta Assembleia. Isso leva a que todos os grupos e agrupamentos parlamentares estejam irmanados no espírito de, com este esforço, contribuírem para a verdadeira reforma desta Assembleia.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Mas também reduzem, confesse!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Maia Nunes de Almeida.

Neste momento assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Ferraz de Abreu.

O Sr. **Maia Nunes de Almeida** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Discutimos hoje uma das peças essenciais do conjunto de normas que vão reger o funcionamento da Assembleia da República. Começámos mal e permito-me dizer que é lamentável o tom de chacota com que o PSD intervém neste debate.

Aplausos do PCP.

Pelo nosso lado, abordaremos de maneira séria as iniciativas parlamentares relativas à Lei Orgânica que, conjuntamente com o Regimento, define o quadro da actividade de todos nós.

Poderá dizer-se, Srs. Deputados, que o debate é um debate interno e que só à Assembleia da República interessa. Sendo muito importante para a Assembleia da República a lei cuja discussão hoje iniciamos, é, contudo, uma lei quadro com profundas repercurssões em toda a actividade parlamentar e do bem ou do mal fundado das soluções encontradas pode depender a democraticidade, a transparência, o livre relacionamento e o exercício de direitos de todos os agentes parlamentares. É, por isso mesmo, um importante diploma, que não pode deixar de ser profundamente ponderado. É um diploma que pela sua própria natureza faz parte integrante do travejamento do regime democrático.

Voltaria a firmar que as normas de funcionamento da Assembleia da República podem, em si mesmas, condicionar a própria expressão da vontade diferenciada de todos quantos têm assento neste hemiciclo.

Srs. Deputados, pelo nosso lado, sempre defendemos que a Lei Orgânica e o Regimento da Assembleia da República devem ser instrumentos estáveis que permitam um trabalho legislativo qualificado e assegurem a livre expressão democrática e plural dos deputados e demais agentes parlamentares.

Defendemos um mais eficaz funcionamento da Assembleia da República que permita uma maior operacionalidade e uma maior capacidade de resposta aos problemas com que dia-a-dia somos confrontados. Pensamos que tal só pode ser conseguido através da aprovação de dispositivos legais que consigam reunir em seu apoio um vasto ou mesmo generalizado consenso.

Entendemos como inaceitável que a Lei Orgânica da Assembleia da República possa ser transformada num ariete ao serviço de qualquer maioria contra os direitos da minoria de qualquer expressão de conjuntura.

A Lei Orgânica tem de ser uma carta de direitos de todos e não um conjunto de receitas de caridade na mão de uma maioria.

Todos temos projectos políticos próprios. Apresentámo-los ao povo português. O povo quis que aqui estivéssemos com os nossos direitos, com a capacidade de livremente expressarmos as nossas opiniões e encontrarmos os melhores modos de organização no quadro parlamentar e no respeito pelas normas legais e regimentais em vigor. Tentar neste momento alterar aspectos essenciais dessas regras de relacionamento seria, antes de mais, frustrar expectativas e atingir justos direitos sempre exercidos e decorrentes do próprio acto de eleição.

Não podemos ir por esse caminho!

Não está em causa ignorar ou pretender ultrapassar os direitos das maiorias decorrentes do próprio facto de serem maiorias.

O que está em causa, isso sim, é prevenir que esses direitos da maioria se transformem em torniquete ou ferrolho para os direitos, igualmente legítimos, das minorias e dos seus modos de organização própria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A necessidade de revisão da Lei Orgânica não é um facto novo e a Assembleia da República tem uma vasta experiência acumulada nessa matéria.

Importante será lembrar o trabalho que na passada legislatura foi desenvolvido por um grupo de deputados de todas as bancadas, por iniciativa e com a participação interessada do então Presidente da Assembleia da República.

A reflexão então realizada foi profunda. O trabalho decorreu ao longo de meses. Na altura partíamos, é certo, de bases diferentes, em muitos casos opostas e mesmo antagónicas. Mas valeu a pena trabalhar, porquanto soubemos valorizar o essencial, consagrar o que todos considerávamos como uma base de acordo e consenso.

Este projecto só não foi aprovado na anterior legislatura, como já aqui foi referido, porque, entretanto, a Assembleia foi dissolvida.

Mantivemos o espírito e o empenhamento para que essa solução consensual fosse encontrada.

Foi, no entanto, com mágua e surpresa que verificámos que na actual legislatura outros pretenderam trilhar caminho diferente, fazendo tábua rasa dos acordos e consensos já estabelecidos. E é preocupante que tal inciciativa tenha partido do PSD, partido que, como se sabe, tem a maioria nesta Casa, que, na prática, como revelou o Sr. Deputado Silva Marques, se cifraria no tal controle partidário dos órgãos e serviços da Assembleia da República, que não pode nem deve ser um mero departamento governamental. O PSD entende que a Lei Orgânica deve reflectir interesses consoante se encontre em situação de maioria ou minoria. É um conceito inaceitável! Pelo nosso lado, não mudámos de opinião e mantemo-nos fiéis aos compromissos assumidos.

Uma lei orgânica não pode ser vista como uma camisa talhada à medida das maiorias e imposta às restantes forças parlamentares. Por isso mantivemos o espírito do trabalho conjunto, procurando a via consensual, associando-nos a um projecto comum apresentado por todos os partidos da oposição. É certo que nem todos os nossos pontos de vista tiveram acolhimento, mas tiveram acolhimento as regras mínimas que a todos nós devem unir. É esse o esforço que, Srs. Deputados, em conjunto devemos continuar a fazer.

O que está em causa é grave. Vejamos alguns dos pontos essenciais. Começaria por referir a tentativa de alteração das regras de funcionamento com clara subalternização do papel dos partidos da oposição ou mesmo com eliminação total dos seus direitos.

Em segundo lugar, coloca-se o problema da gestão da Assembleia da República: do nosso ponto de vista esta gestão deve ser assumida colectivamente, no respeito pelo princípio da maioria, através de um órgão especialmente criado para o efeito. Não podemos aceitar mistificações de participação plural na gestão, como a decorrente presidencialização da administração desta Casa.

E por duas razões essenciais: a primeira, porque não queremos reduzir o papel do Presidente da Assembleia da

República à mera função de gestor administrativo; a segunda, porque pensamos que devem ser preservadas as altas funções que lhe estão cometidas como segunda figura da hierarquia do Estado.

Um terceiro aspecto gostaríamos de apresentar à vossa reflexão. Não entedemos as razões que levam o PSD, que tanto fala na necessidade da maior ligação dos deputados aos eleitores, a opor-se a um princípio de descentralização de serviços da Assembleia da República para apoio à actividade dos deputados nos círculos eleitorais, facilitando um mais efectivo e eficaz contacto com os eleitores.

Em 1987, e muitos estarão lembrados, o PSD aplaudiu esta proposta, agora mete-a na gaveta. Porquê esta situação, Srs. Deputados?

Pensamos, em quarto lugar, que a Lei Orgânica deve incluir disposições que permitam um mais eficaz funcionamento dos grupos e agrupamentos parlamentares e das próprias comissões parlamentares. E isto passa, desde logo, pela criação de melhores condições de trabalho, seja ao nível das instalações, seja ao nível do apoio técnico especializado e de secretariado. Estamos disponíveis para considerar propostas várias sobre esta matéria, desde que esteja assegurado ao mínimo o apoio ao trabalho dos deputados.

Mas o que não podemos aceitar é a pura e simples extinção de apoios (como sucede em relação aos agrupamentos parlamentares), como propõe a proposta do PSD.

O mesmo se poderá dizer quanto aos serviços de apoio às comissões parlamentares, cuja necessidade é por todos reconhecida.

Em quinto lugar, consideramos que tudo deve ser feito para assegurar uma melhor produtividade, racionalização e articulação dos serviços da Assembleia da República.

Com tal objectivo apresentamos conjuntamente no projecto que está também em apreciação um modelo de organização que respeita, por um lado, a hierarquização dos serviços, tendo como topo o secretário-geral da Assembleia da República, e, por outro lado, a constituição de um conselho coordenador, no qual tenham assento os responsáveis pelas diferentes unidades orgânicas.

O PSD é omisso quanto a esta matéria. Será por lapso dactilográfico ou omissão casual? Se assim não for, que razão levou o PSD a também nesta matéria dar o dito por não dito.

Finalmente, entedemos que seria um importante passo para a transparência do funcionamento da Assembleia da República o estabelecimento da regra do concurso público para o preenchimento de lugares do quadro. Já não nos interrogamos sobre as razões que terão levado o PSD a mudar de opinião também neste aspecto, porque, neste momento, são já absolutamente claras: o que levou o PSD a mudar foi a partidarização, a governamentalização dos serviços e órgãos da Assembleia da República. Mas mesmo assim com uma particularidade: a regra do concurso é só para alguns. E porquê? Por que razão é proposto pelo PSD que os cargos de direcção e chefia não obedeçam a essas regras? O PSD explicou. Mas por favor, não nos venham argumentar em defesa deste mau princípio — o não concurso público — com os maus princípios que ainda norteiam a Administração Pública.

Protestos do PSD.

Por outro lado, não podemos aceitar concepções como as daqueles que ainda guardam de certos trabalhadores a visão de «pessoal menor» e, logo, nesta lógica, com menores direitos.

Vozes do PCP: — Muirto bem!

O **Orador:** — Ideias como esta já deveriam estar banidas das nossas práticas. Foi também por isso que se fez o 25 de Abril.

Não estão em causa justas expectativas de outros trabalhadores desta Casa, mas o que também não pode estar em causa é que todos tenham o mesmo tipo de tratamento enquanto colaboradores essenciais para o trabalho e para a dignificação da Assembleia da República.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os princípios de organização e funcionamento da Assembleia da República não se esgotam na Lei Orgânica da Assembleia da República, pois eles têm também tradução não menos importante no Regimento.

Em conjunto, Lei Orgânica e Regimento, devem salvaguardar os direitos de todos, não sendo admissível a qualquer título a tentativa de conter o direito ao uso da palavra, restringir os direitos da oposição, tentar acabar com realidades parlamentares.

Srs. Deputados, o País espera de nós a adopção de medidas que permitam um mais eficaz funcionamento da Assembleia da República.

Pelo nosso lado, estamos dispostos a responder positivamente a este desafio e por isso mesmo nos empenhamos na elaboração e na apresentação de propostas concretas, quer quanto à Lei Orgânica, quer quanto ao Regimento.

A melhoria e eficácia dos trabalhos parlamentares não podem passar pela criação nesta Casa de amarras à livre expressão do pensamento individual e colectivo. Exigem mais direitos, melhores condições de funcionamento, quer materiais, quer democráticos.

Essa é a nossa postura no presente debate.

Apelamos a todos, à consciência de todos e de cada um dos Srs. Deputados.

Não há realidades imutáveis. Não tenhamos dúvidas de que as maiorias de hoje poderão ser as minorias de amanhã.

Aplausos do PCP, do PS, do PRD, de Os Verdes e da ID.

Entretanto reassumiu a presidência o Sr. Presidente Vítor Crespo.

O Sr. **Presidente:** — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ramos.

O Sr. **José Luís Ramos** (PSD): — Sr. Deputado Maia Nunes de Almeida, quero felicitá-lo pelo tom moderado da sua intervenção, contrastando com o tom habitual do seu grupo parlamentar, o que de todas as maneiras é positivo e há que registar.

Mas se o tom foi moderado, Sr. Deputado, o que é um facto, o seu conteúdo, de alguma forma, não o foi.

O Sr. Deputado referiu-se, aquando da apresentação pelo PSD do seu projecto de lei orgânica da Assembleia da República, a violação de regras democráticas, por violacão das regras do consenso.

O que lhe perguntava, Sr. Deputado, é que novas regras de democracia o Partido Comunista quer agora impor.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — Como o Partido Comunista já não consegue, de alguma forma, influir nas regras do jogo democrático, que são as regras da maioria, agora tem de falar nas regras do consenso.

Então, Sr. Deputado, é democracia quando todos estão de acordo, mas, se um não estiver de acordo, já nada pode ser feito. É assim, Sr. Deputado, que entende a democracia? Então se assim é, as suas regras são bem diferentes das nossas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — Nós, PSD, em 19 de Julho pedimos ao povo português maioria para governar; somos maioria, não nos eximimos disso e com certeza que assumimos todas as nossas responsabilidades, porque maioria, sem dúvida nenhuma, é cumprir o jogo democrático.

Outra coisa é, Sr. Deputado, quando fala em violação dos direitos das minorias. O que lhe perguntava era, concretamente, que direitos.

Não basta dizer, não basta afirmar, não basta dizer, de alguma forma, que há violação dos direitos das minorias. O que gostava era de perguntar concretamente em quê? Em que é que as minorias, nesta Assembleia ou com esta lei proposta pelo PSD, são, elas próprias, violadas nos seus direitos e nas suas garantias?

Se me fala, Sr. Deputado, na supressão do agrupamento parlamentar ou dos agrupamentos parlamentares, o que lhe quero lembrar são duas coisas: em primeiro lugar, os agrupamentos parlamentares não são extintos com esta lei, pois sê-lo-ão futuramente com o Regimento; em segundo lugar, a existência dos agrupamentos parlamentares é, como já foi demonstrado no debate da semana passada, contrária aos princípios constitucionais.

Protestos do PCP e da ID.

Resta demonstrar que é ao contrário, Sr. Deputado. Leia os próprios constitucionalistas do seu próprio partido e o que dizem, explícita e concretamente, na *Constituição Anotada*. Se quiser até lhe cito a página, se houver alguma dificuldade nesse aspecto.

Há que dizer concretamente e substanciar as afirmações que são feitas; não basta afirmar mais ou menos chavões, que não têm qualquer sustentação de facto.

Quando o Sr. Deputado falava há pouco na possível alteração daquilo que foi decidido na Comissão Eventual, quero lembrar-lhe, caso o não saiba, que a proposta que o Sr. Deputado aqui apresenta na Assembleia, que também é subscrita por si, ela própria, também faz alterações àquilo que então foi decidido. Não somos só nós que fazemos alterações. O Sr. Deputado e todos os grupos parlamentares fazem alterações, de uma forma ou de outra.

Portanto, querer dizer que somos só nós que fazemos alterações, dizer que somos nós que frustramos o consenso, é falso, porque isto é ver de uma só forma ou de uma só maneira uma perspectiva que é conjunta. Todos fizeram alterações de uma maneira ou de outra, resta fundamentá-las. O PSD faz alterações, assume-as e fundamenta-as. Queremos ver quais são as fundamentações da oposição.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Pais de Sousa para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Pais de Sousa** (PSD): — Sr. Deputado Maia Nunes de Almeida, a oposição dramatiza o não dramatizável. Os senhores querem, efectivamente, uma Assembleia da República cristalizada; nós não queremos.

V. Ex.ª referiu que o PSD quer presidencializar a Assembleia da República. Curiosamente, o Sr. Deputado Raul Junqueiro tinha dito o contrário.

O Sr. **Raul Junqueiro** (PS): — Não é verdade! Ouviu mal, não pode estar distraído quando os outros deputados falam!

O **Orador:** — Nós registamos a divergência, mas manda a co-autoria que lhe solicitemos o seguinte esclarecimento: afinal, onde está a verdade?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — Uma segunda questão nos ocorre, também suscitada pelo facto de se dizer que o PSD quer arbitrariamente eliminar os agrupamentos parlamentares.

Já foi referido, mas não é de mais recorrer à *Constituição Anotada*, de Vital Moreira e Gomes Canotilho, quando refere *expressis verbis* em anotação ao artigo 154.º o seguinte:

> A prática recente de os grandes partidos «hospedarem» nas suas listas candidatos de pequenos partidos [...] constitui uma óbvia entorse do regime constitucional.

Nós no Partido Social-Democrata, para além do mero recurso de circunstância ao direito consuetudinário, subscrevemos esta opinião doutrinal, mas questionamos o Sr. Deputado e a sua bancada sobre se subscreve ou não esta posição.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Raul Junqueiro para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Raul Junqueiro** (PS): — Sr. Presidente, era só no sentido de a Mesa poder corrigir o Sr. Deputado do PSD que fez aqui a afirmação de que o Sr. Deputado Mais Nunes de Almeida tinha classificado o projecto do PSD como presidencialista e que eu tinha dito o contrário.

Ora, no meu discurso, que está escrito, disse precisamente que o projecto do PSD, no que toca ao modo de administração, define um regime presidencialista típico.

Portanto, a expressão é a mesma, certamente o Sr. Deputado não esteve com atenção e, por isso, lhe pareceu que eu tinha dito o contrário.

Era apenas para a Mesa anotar esta correcção.

O Sr. **Presidente:** — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Maia Nunes de Almeida.

O Sr. **Maia Nunes de Almeida** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, e em particular os Srs. Deputados José Luís Ramos e Pais de Sousa: Permitia-me, antes de responder no concreto às vossas perguntas, colocar-lhes uma apreciação global. A questão de fundo é esta: é que enquanto os senhores fazem a Lei Orgânica pensando no vosso partido e na vossa maioria, nós, oposição, fizemos e perspectivámos o nosso projecto pensando na existência de maiorias e nos direitos das maiorias, mas pensando também na existência de minorias e nos direitos das minorias.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador:** — A não ser que os senhores pretendam ficar aqui sozinhos e, então, o vosso projecto poderá caminhar nesse sentido.

Mas também queria dizer-vos, Srs. Deputados do PSD, que VV. Ex.as vão ao máximo dos máximos e tomam tudo

pela base da vossa maioria. É que, enquanto nós pensamos no Presidente da Assembleia e na dignificação das suas funções, vocês pensam num presidente vosso; enquanto nós perspectivámos a Lei Orgânica para este secretário-geral e para todos os outros possíveis secretários-gerais desta Assembleia, vocês perspectivam apenas para um vosso secretário-geral, que ninguém sabe qual é.

Enquanto vocês perspectivam a Lei Orgânica para os vossos cargos de direcção e chefia, nós pensamos que os cargos de direcção e chefia devem ser preenchidos de forma transparente e clara, via concurso público, por quem tiver as melhores condições para exercer essas funções com dignidade.

Enquanto nós tudo fazemos na Lei Orgânica para dignificar as funções de todas as categorias de funcionários desta Assembleia da República, os senhores fazem precisamente o inverso. Para os senhores, o fundamental é que os funcionários tenham à lapela o emblema do PSD. Nós pensamos que o fundamental é que os funcionários sejam funcionários capazes, como têm sido, de ajudar a dignificar o funcionamento desta Assembleia.

Vozes do PCP — Muito bem!

O **Orador:** — Sr. Deputado José Luís Ramos, sobre a questão do moderado, permitia-me dizer-lhe apenas isto: sabe que no meu grupo parlamentar há diversas tonalidades de voz e gostaria de ouvir diferenças de tonalidade no vosso grupo parlamentar.

Protestos do PSD.

Quanto aos direitos da minoria não terem sido retirados, não, os senhores não retiram absolutamente nada; acabar com os agrupamentos parlamentares não é retirar nenhum direito à minoria, assim como diminuir os apoios dos grupos parlamentares também não é.

Todos nós sabemos que os Srs. Deputados nem precisam de fazer requerimentos ao Governo, pois fazem um telefonemazinho ao Ministro e lá têm a informação que querem — e não só para o ministro, mas para muitas outras coisas que fazem via telefónica e com idas aos ministérios.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Responda, Sr. Deputado. Vocês fizeram alterações ou não? Responda às questões postas pelos meus colegas.

O **Orador:** — Espere aí, Sr. Deputado, nós somos oposição e os senhores nem tão-pouco sabem ser posição.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador:** — Srs. Deputados, não podem ver a Lei Orgânica desenquadrada, têm de a ver conjuntamente com a vossa proposta de Regimento, para verem até onde é que vão no retirar dos direitos às minorias e à oposição.

Quanto ao conselho de administração, o que é que propõem e o que é para vocês o conselho de administração? Perguntava ainda mais: para que é que propõem o conselho de administração? Quando ele, segundo o vosso projecto, é apenas uma figura emblemática, de nada serve, não tem poderes alguns, e criam situações que para mim ultrapassam tudo o que é de bom senso, e que é, se calhar, o Presidente a ter de decidir sobre a cor das fardas dos contínuos ou dos auxiliares de sala nas sessões solenes, a ter de andar a medir quanto é que há-de ter a cadeira para entrar naquela sala, ou qual há-de ser a cor das cadeiras dos Srs. Deputados.

Aplausos do PCP.

Pensamos no Presidente da Assembleia da República, independentemente de quem quer que seja, pensamos que a dignidade das suas funções, como segundo homem da hierarquia do Estado, não se compadece com o vosso projecto de lei orgânica.

Pensamos que a gestão desta Casa, sem pôr de parte que deve ter sempre o Presidente como entidade máxima, deve também, e principalmente, ter em conta a participação de todos os grupos parlamentares, de todos os partidos, e, através dela, ser feita uma gestão participada. Essa forma de gestão é que é capaz de levar esta Casa ao que pensamos que é o melhor e que, como se viu, é largamente apoiada pelos vários partidos.

É verdade que também fizemos alterações ao projecto anterior. Mas, Srs. Deputados, tudo é dinâmico. A questão é da dinâmica, isto é, ...

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — A vossa é boa, a nossa é má!

O **Orador:** — ... se a dinâmica é para o progresso e para o bom ou se é para o retrocesso e para amordaçar, para calar, para matar princípios que são princípios do nosso regime democrático.

É esta a questão de fundo e é esta a questão fundamental.

Quanto à questão dos agrupamentos parlamentares colocada pelo Sr. Deputado Pais de Sousa, é verdade tudo isso que diz. Mas é meia verdade e não há pior do que a meia verdade para enganar.

Meus senhores, quando o Agrupamento Parlamentar dos Reformadores foi constituído a *Constituição Anotada* ainda não existia e esses constitucionalistas ainda não tinham dito nada sobre os agrupamentos? O Dr. Sá Carneiro não conhecia esses constitucionalistas nem as suas posições? Srs. Deputados do PSD, por que é que não voam, voam, voam...

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Estamos é a pedir ao Sr. Deputado que voe!

O **Orador:** — Sr. Deputado, mais anjinho, mais anjinho, não é possível! Desta forma, já estão no céu, o que esperemos é que não caiam aos trambolhões.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e da ID.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. **Raul Castro** (ID): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A apreciação na generalidade dos dois projectos de lei orgânica da Assembleia da República suscita algumas questões que não podem ser ignoradas.

Em primeiro lugar, há que esclarecer que, em face da persistência da maioria em abandonar o caminho do consenso de todos os grupos e agrupamentos parlamentares, encetado na anterior legislatura, para vir a apresentar o seu próprio projecto, em 28 de Dezembro do ano findo, e tendo em conta as características conjunturais de tal projecto, que procura alterar as «regras do jogo», em benefício do contendor maioritário, não tinham naturalmente, as outras forças políticas solução que não fosse a de apresentarem um projecto próprio e alternativo.

E se hoje se inicia a discussão conjunta dos dois projectos, o do PSD e o de todas as forças da oposição, tal ainda se deve à urgência com que o PSD quis ver o seu projecto subir ao Plenário.

Simplesmente, esta pressa é avessa, no que se refere à obscura e súbita determinação da maioria de eliminar os agrupamentos parlamentares, não só às normas constitucionais como à mais elementar legalidade.

Na realidade, a lei da Assembleia da República, sob a forma de resolução, que tem o escopo próprio de consagrar (ou de eliminar, como o PSD agora pretende) os agrupamentos parlamentares, é o chamado Regimento da Assembleia da República, cuja última versão integra a Resolução da Assembleia da República n.º 9/85, de 6 de Março, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 54, desta data.

Basta ler o capítulo II do Regimento, que respeita aos «Grupos parlamentares e agrupamentos parlamentares», e os artigos 7.º a 12.º que o compõem, para se concluir que aqui têm os agrupamentos parlamentares a sua legitimidade e a sua regulamentação própria.

A lei orgânica é um diploma de carácter administrativo, que visa regular a gestão e o apoio técnico e jurídico concernentes ao funcionamento da Assembleia da República, e que, por isso, no que respeita, *verbi gratia*, aos agrupamentos parlamentares, é meramente subsidiária e complementar do Regimento.

Por isso, ao fazer subir ao Plenário a sua «lei orgânica», antes da apreciação e votação do Regimento, o PSD, no seu frenesi persecutório dos agrupamentos parlamentares, inverte a ordem própria de apreciação dos dois diplomas, o que constitui uma clara ilegalidade.

Não tem outra classificação a forma ínvia como, através da redacão do capítulo VIII do projecto n.º 142/V e dos seus artigos 60.º e 61.º, se revogam os artigos 7.º e 15.º da Lei n.º 11/85, de 20 de Junho, por exclusão do que a actual lei orgânica dispõe quanto à utilização de supranumerários pelos agrupamentos parlamentares ou quanto ao pessoal destes mesmos agrupamentos.

Deste modo, bem se pode dizer que este projecto do PSD é um projecto de pernas para o ar.

Pois se a lei própria, que seria o novo Regimento do PSD, não foi ainda discutida e aprovada, como se pode, à revelia dela, retirar todo o pessoal aos agrupamentos parlamentares se eles continuam a existir no Regimento em vigor?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como se não fosse bastante a patente ilegalidade do projecto de lei orgânica do PSD, acresce que ele é também de clara inconstitucionalidade.

Lei restritiva do direito dos deputados independentes se organizarem em agrupamento parlamentar e visando, precisamente, no próprio decurso desta legislatura, calar a voz da oposição, que é o Agrupamento Parlamentar da Intervenção Democrática, o projecto do PSD não é uma lei geral e abstracta, mas uma lei individual e concreta.

E, por outro lado, ele representa também a aplicação com efeito retroactivo de uma lei restritiva de direitos adquiridos, tudo à revelia do disposto no n.º 3 do artigo 18.º da Constituição.

Na realidade, o que o PSD pretende é, no decurso desta legislação, e após mais de seis meses de actividade de um agrupamento parlamentar, colocar na porta das instalações do Agrupamento Parlamentar da Intervenção Democrática, o único que existe, o letreiro «Encerrado por vontade e para conveniência da maioria e para memória da estranha noção de transparência e de pluralismo do PSD»!

Vozes do PCP, do PS e de Os Verdes: — Muito bem!

O Orador: — Deste modo, o projecto n.º 142/V não é só ilegal e inconstitucional, mas também imoral, ao pretender alterar as «regras do jogo» não só no seu decurso, mas com escandaloso benefício de um dos contendores!

Pelo contrário, o projecto n.º 169/V, mantendo, nomeadamente nos artigos 57.º, 68.º, 69.º e 91.º, a regulamentação administrativa dos agrupamentos parlamentares distingue-se, como o dia da noite, do projecto de lei n.º 142/V, já que não contém matéria ilegal nem inconstitucional, nem falsifica as «regras do jogo».

Por isso, o Agrupamento Parlamentar da Intervenção Democrática votará contra o projecto do PSD, verdadeiro aleijão, ilegal, inconstitucional e imoral, e votará favoravelmente o projecto de consenso de todas as forças da oposição, ainda que não dê satisfação integral à regulamentação dos seus interesses próprios.

Aplausos do PRD, do PCP, de Os Verdes e da ID.

O Sr. **Presidente:** — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pais de Sousa.

O Sr. **Pais de Sousa** (PSD): — O Sr. Raul Castro disse que o projecto de lei orgânica apresentado pelo PSD reduz o pessoal de apoio aos grupos parlamentares. Uma questão nos ocorre de imediato: diga-nos, Sr. Deputado, se o projecto de que V. Ex.ª é subscritor reduz ou não o respectivo pessoal de apoio.

O Sr. Deputado disse também que o projecto de lei orgânica apresentado pelo meu partido enfermava de inconstitucionalidade. Sr. Deputado, apenas uma única questão e muito sumária: qual é a norma constitucional que é violada e porquê?

O Sr. **Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Puig.

O Sr. **José Puig** (PSD): — Sr. Deputado Raul Castro, na intervenção que produziu foram focados alguns aspectos que gostaria de realçar. De facto, o Sr. Deputado tenta convencer esta Assembleia de que no projecto de lei que apresentámos se visa, única e exclusivamente, o caso concreto do Agrupamento Parlamentar da ID. Ora, se existissem dois, três, quatro ou cinco agrupamentos parlamentares, eles também não se poderiam queixar de que era só para esse caso concreto?

Quando foram criados os agrupamentos parlamentares contra os votos do PSD, essa criação não teria sido efectuada por essa linha de raciocínio tendo em conta um determinado agrupamento parlamentar?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado fez algumas referências á ilegalidade e inconstitucionalidade do projecto de lei que apresentámos. A este propósito, gostaria de realçar o seguinte: é que quando se tratou da discussão do recurso de admissibilidade, e então aí tinham lugar todas as questões em matéria de inconstitucionalidade, pouco ou nada se referiu nesse aspecto. Porém, agora, que se devia referir só o conteúdo do nosso projecto de lei, fala-se na inconstitucionalidade. É sintomático, Sr. Deputado!

O Sr. Deputado Raul Castro disse que o nosso projecto de lei pretende conceder a determinados partidos — julgo que incluiria o nosso — um escandaloso benefício.

Sr. Deputado, isso não é verdade! O diploma que apresentámos pretende terminar, o mais depressa possível, com escandalosas desproporções. E vou apenas exemplificar uma, embora tenha mais, porque fomos buscar uma série de dados concretos, para não falarmos no ar: fomos investigar quais os gastos dos diversos grupos e agrupamentos parlamentares em termos de telefonemas e verificámos que de 22 de Setembro a 21 de Outubro de 1987 os gastos divididos pelo número de deputados que então tínhamos era de 975$ por deputado. Quer saber o Sr. Deputado Raul Castro quais os gastos por deputado da ID? São de 14 785$.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — Já agora, Sr. Deputado José Manuel Maia, aproveito esta ocasião apenas para frisar que, afinal, não somos nós que somos useiros e vezeiros nos «telefonemazinhos» ao Governo.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Peçam-nos esclarecimentos, que temos mais!

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (ID): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (ID): — Sr. Presidente, gostaria de explicar a este jovem deputado, cuja «garra» muito admiro, e pedir a V. Ex.ª que faça seguir para o Grupo Parlamentar do PSD o seguinte esclarecimento: o Agrupamento Parlamentar da ID, no período a que o Sr. Deputado se referiu, recebeu uma conta telefónica que não lhe pertencia. Foi dado conhecimento imediato do facto ao Sr. Director-Geral, que se encontra a assistir aos nossos trabalhos, para imediatamente proceder ao esclarecimento da situação.

Portanto, esse problema já foi reposto e as quantias que o Sr. Deputado José Puig está a referir não correspondem à verdade. E, mesmo que assim fosse, era da maneira que o Sr. Deputado e o PSD poderiam verificar que a actividade política da Intervenção Democrática não se fica por aqui, levantando-se e sentando-se para votações sem às vezes saber o que vota. Trata-se de uma actividade política, social e cultural, e para isso fomos eleitos pelo povo português.

Vozes da ID e do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Certamente, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Raul Castro, há mais um orador inscrito para formular pedidos de esclarecimento. V. Ex.ª deseja responder já ou no fim?

O Sr. **Raul Castro** (ID): — Prefiro responder no fim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Então, tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira.

O Sr. **Pacheco Pereira** (PSD): — Sr. Deputado Raul Castro, na intervenção que produziu, V. Ex.ª falou em frenesi persecutório e referiu-se à preocupação do PSD em calar a voz da Intervenção Democrática. Ora, gostaria de colocar a seguinte questão: o Sr. Deputado pensa realmente que alguém tem profundas preocupações quanto à voz da ID? O problema que se coloca em relação ao seu agrupamento parlamentar — e agora gostaria de abandonar a discussão apenas jurídica e formal para passar a uma questão material — é o de saber se é ou não legítimo querer que esta Assembleia corresponda ao espectro político real do País, ou seja, se é ou não legítimo admitir como critério estruturador desta Assembleia a vontade popular.

Evidentemente que os senhores foram eleitos nas listas do PCP como independentes, mas o que é certo é que, quando se olha para o Grupo Parlamentar do PCP e para os partidos e agrupamentos parlamentares que lhe estão adstritos, a sua constituição não corresponde a nenhuma realidade política existente no País.

Protestos da ID e de Os Verdes.

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (ID): — Qual é o seu partido, Sr. Deputado?

O **Orador:** — Srs. Deputados, não reivindico nenhuma qualidade nem nenhuma prerrogativa particular, bem pelo contrário. Sendo ambos deputados, só não admito é que V. Ex.ª, Sr. Deputado Raul Castro, disponha de muito mais tempo do que eu para intervir, utilizando um truque político! Ora é a existência desses pequenos truques políticos, como aquele que no outro dia permitiu uma cessação falsa de tempo à Mesa, que, efectivamente, revelam que papel é que tem esta diferenciação a que não corresponde nenhuma pluralidade política nem nenhuma actividade política real fora da Câmara. Esta é, pois, uma realidade política material que tem de ser chamada para este debate.

O Sr. **Herculano Pombo** (Os Verdes): — O pior cego é o que não quer ver, Sr. Deputado!

O **Orador:** — Confesso que sinto uma certa amargura e decepção por um debate inteiramente jurídico e formal que escapa à realidade de fundo que, quanto a mim, é uma das forças do projecto de lei do PSD, que é fazer corresponder o espectro político desta Câmara ao espectro político do País real tal como ele existe e impedir a utilização de truques burocráticos e formais para aqui, na Câmara, apresentar uma pluralidade e um conjunto de deformações que, na realidade, não têm existência efectiva.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. **Raul Castro** (ID): — O Sr. Deputado Pacheco Pereira perguntou que preocupação haveria em acabar com a Intervenção Democrática. Sr. Deputado, a sua intervenção é o desmentido da sua afirmação! O calor e a preocupação que manifesta ao levantar este problema mostra que, realmente, V. Ex.ª, apesar de ser um deputado dito independente, está incomodado com isso, como, aliás, o está o PSD.

Quanto à questão do espectro partidário, parece que temos aqui uma outra novidade: é que o PSD, além de em 19 de Julho ter tido maioria — e devo dizer que agora não estamos em 19 de Julho, mas sim em Fevereiro —, quer agora ser o grande corrector dos espectros partidários e por intermédio do Sr. Deputado Pacheco Pereira propõe-se corrigir os erros da vontade popular.

Tanto eu como o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca dissemos claramente durante toda a campanha eleitoral — o Sr. Deputado estava distraído e não acompanhou bem a nossa campanha eleitoral, pois estava mais preocupado com a campanha eleitoral do PSD — que éramos deputados independentes e que, a sermos eleitos,

organizaríamos um agrupamento parlamentar. Portanto, o PSD não pode aspirar a corrigir o espectro partidário, porque a única entidade com competência para tal foi quem nos elegeu e nos deu os votos para estarmos aqui como estamos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador:** — O Sr. Deputado Pais de Sousa diz que o diploma do PSD reduz o pessoal de apoio aos agrupamentos parlamentares, mas que o projecto de lei apresentado pelos deputados da oposição também o faz. Sr. Deputado, não é isso! A pergunta está mal formulada. É que o PSD não reduz o número do pessoal de apoio, mas elimina todo o pessoal. Quer dizer, a actual Lei Orgânica continua em vigor e reconhece a legitimidade dos agrupamentos parlamentares, mas o PSD avança, com grande pressa, com o seu projecto de lei, retirando todo o pessoal de apoio aos agrupamentos parlamentares.

Contudo, o projecto de lei apresentado pela oposição não é isso que faz, ele passa de quatro para três o número de elementos dos agrupamentos parlamentares.

O Sr. Deputado José Puig pergunta se existissem dois ou três agrupamentos parlamentares se seria também uma lei concreta. Bem, o Sr. Deputado está a raciocinar sobre hipóteses. A realidade é esta; quando o PSD se propõe eliminar os agrupamentos parlamentres — como claramente disse o Sr. Deputado Silva Marques —, a verdade é que nesta legislatura apenas há um, que é o nosso, e que, por coincidência, é da oposição. Portanto, o que se pretende é calar uma das vozes da oposição.

O Sr. Deputado perguntou o que é que aconteceria se os agrupamentos parlamentares fossem dois ou três. Se algum deles fosse do PSD, certamente que a questão que se colocaria não seria a mesma.

Quanto à questão da inconstitucionalidade no recurso de admissibilidade, se o Sr. Deputado assistiu a essa discussão, certamente saberá que a ID interpôs recurso, por inconstitucionalidade, da admissão do projecto de lei e fundamentou a sua posição. Portanto, não compreendo como é que o Sr. Deputado pode dizer que aquando da discussão do recurso pouco ou nada se referiu quanto à inconstitucionalidade do projecto de lei, bem pelo contrário.

Quanto aos escandalosos telefonemas a que o Sr. Deputado se refere já foi esclarecido pelo Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca que se tratou de um erro da companhia dos telefones.

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (ID): — Da Assembleia.

O **Orador:** — Mas, ainda que assim não fosse, a verdade é esta: é que se cada deputado do PSD gastou 975$, isso significa que, como os senhores são 148 deputados, gastaram cerca de 148 000$, enquanto nós teríamos gasto 30 000$. Então o Sr. Deputado acha que isto é desproporcionado? Na realidade, não gastámos 30 000$, mas, se assim fosse, em relação aos cerca de 150 000$ de VV. Ex.as não era desproporcionado!

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. **Herculano Pombo** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.as Deputadas, Srs. Deputados: Dizer que a Lei Orgânica define e regula os instrumentos de gestão e apoio que permitem à Assembleia da República desenvolver a sua actividade específica é certamente um «lugar-comum» e não passaria do simples enunciar do seu objecto, cujo princípio, de tão óbvio, é natural e universalmente aceite. Porquê então reafirmar um conceito de todos conhecido, como se da descoberta de algo novo se tratasse? Para quê enfatizar aquilo que, na secura do rigor técnico da lei, não admite interpretação subjectiva?

A resposta seria certamente trazida pelas suaves brisas da retórica, mais ou menos adjectivada, não fora estarmos perante uma situação bem substantiva e concreta, ainda que abstracta nos pareça.

E eis, Srs. Deputados, como se perfilam as razões para tal caso aduzidas e tidas por legítimas e justificadas.

De um lado, a evocação clara da necessidade de corporizar receitas, que resultam da experiência provada, que emanam de um saber a que não são alheios nem o bom senso nem o sentido prático, cujo enunciado consta já de um projecto conjunto de um grupo que para tal se empenhou com afinco e cujo trabalho se por um lado se viu coroado por um dignificante consenso, por outro se achou suspenso em razão da conjuntura política que ditaria a dissolução da Assembleia da República. São estes os princípios e os factos que conformam um dos projectos hoje em apreço.

O segundo projecto, ainda que primeiro pela classificação de entrada, não faz a coisa por menos e trata, à laia de justificação, de referir os factos e enunciar os princípios que estão inerentes ao anterior. Refere mesmo o anteprojecto comum como uma «excelente base de trabalho», mas foi talvez dessa base que levantou voo, qual larva que por mercê de asas concedidas pelos deuses da metamorfose se liberta esvoaçante da anterior e chã condição que a sujeitava às perecíveis regras do consenso. E ei-la, aí vai ela, ofuscada pelo próprio brilho, desbravando os caminhos etéreos dos «superiores interesses da democracia» em prol de um «Parlamento mais eficaz».

Perante tão graves razões e não menos dignas intenções, assumidas e juradas em ambos os projectos, caberia concluir que de um equívoco se trata por certo, que não de uma estrábica visão do consenso. Mas quando a vista se firma, de si própria duvidosa, e começa a cotejar ambos os projectos, artigo a artigo, alínea a alínea, ponto por ponto, as dúvidas avolumam-se e o espírito embrenha-se na mata dos conceitos, em busca de razões, já não de natureza ética, mas agora estritamente etimológicas. E é então que, entre alfarrábios e gramáticas, descobre que o conceito de «consenso» anda ligado à ideia de grupo à afirmação da diversidade, ao aceitar de regras comuns, e que a sua natureza é frágil mas equilibrada. Afinal, nada que não se soubesse já. Mas, então, e o outro? Haverá um «consenso» unipessoal que resulte de uma única afirmacão? Será talvez um conceito parido por uma iluminada mentalidade absolutista?! Será que se pode dizer *le consense c'est moi?*

Sr. Presidente, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados: Estamos perante o ridículo assumido e infelizmente posto em forma de lei.

O projecto de lei n.º 142/V é uma tal monstruosidade que custa a crer que todos os Srs. Deputados da maioria estejam dispostos a assumir a sua paternidade. A ser assim, terão de reconhecer que nunca tantos se juntaram para esmagar princípios que, por serem caros a todos, por todos se deveriam respeitar.

A apresentação de um projecto que, a ser aprovado, levará à eliminação de uma voz que, ainda que minoritária, aqui se tem levantado com a legitimidade que lhe deriva da mesma eleição em que outras vozes foram legitimadas; um projecto de cuja aplicação resultariam insuperáveis limites à capacidade de intervenção de outras e diferentes vozes,

também elas minoritárias, mas cujos deputados receberam o inequívico mandato de um número de eleitores exactamente igual ao que sufragou cada um dos deputados da maioria; um projecto que, a ser aprovado, passaria a constituir não o legitimar dos instrumentos de trabalho do todo que é a Assembleia da República, mas o criar de mais um diploma, filho da conjuntura, e que como tal passaria a ser um alvo a abater, um escolho a retirar, um entrave a esmagar na implacável roda da rotatividade democrática; um projecto que arvorado em lei, longe de permitir o reger da orquestra e o afirmar de todos e cada um dos seus instrumentos, mais não faria do que esticar as cordas ao tambor para que esta Casa, que é de todos, que é o elemento fulcral da democracia, ressoasse como o eco de uma voz só, gritada de fora, e a qual espera que seja oco o tambor e submissa a pele.

E que leitura farão aqueles portugueses que, em 19 de Julho, a todos nos mandaram que as suas razões aqui assumíssemos, até ao limite das nossas capacidades, e que agora ficam a saber que o voto de cada um não tem o valor do voto do vizinho, já que um contribuiu para a eleição de um deputado com condições de trabalho, devidamente apoiado e respaldado, tendo ao seu alcance e dispor os instrumentos julgados necessários para o cabal desempenho do seu mister, e o outro, qual voto perdido, ajudou a eleger um deputado condenado ao silêncio, traído ele e os mais de 30 000 que nele confiaram, por um artifício que em nome dos «superiores interesses da democracia» desvirtua as regras do jogo democrático e faz da «casa da palavra» a casa do silêncio «democrático».

Sr. Presidente, Sr.as Deputadas, Srs. Deputados: Apesar de tudo o que atrás fica dito, as minhas últimas palavras são de esperança.

A esperança de que no final o bom senso prevaleça e a Assembleia da República possa dispor, orgulhosa, de uma lei orgânica que não entrave nenhuma das partes, antes lhes permita fazer realçar as suas capacidades e a vontade comum de contribuírem, para o prestigiar de uma actividade que é o fluxo vital da nossa democracia.

Aplausos do PCP e da ID.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. **Marques Júnior** (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos hoje aqui para analisar dois projectos de lei relativos à Lei Orgânica da Assembleia da República: um apresentado pelo PSD e outro apresentado e subscrito por todos os partidos da oposição.

À primeira vista, isto pode parecer um elemento de menor importância, mas não o é, pelo contrário, é de grande importância. Qual é a diferença dos dois projectos de lei? Já muito aqui se disse sobre a sua diferença. Do nosso ponto de vista, as diferenças não são medidas, de facto, em quantidade mas, sim, e fundamentalmente, em qualidade.

Na análise que fazemos, o PSD com o seu projecto de lei, pretende transformar a Assembleia da República em mais um departamento governamental.

Uma voz do PCP: — Muito bem!

O **Orador:** — Não podemos, de maneira nenhuma, aceitar esta noção de gestão da Assembleia da República. O projecto de lei do PSD é, na nossa opinião, conjuntural e quase diria milimétrico no sentido de adaptar à actual maioria, ao actual quadro parlamentar, a gestão e a organização da Assembleia da República.

Pensamos que isso é grave, pois não temos a noção de que a gestão da Assembleia da República, como já aqui se disse, deva ser unilateral. Temos a noção de que esta Casa é de todos nós porque todos somos deputados e temos igual legitimidade e igual direito de exigir a nossa intervenção e a nossa corresponsabilização na sua gestão.

Portanto, repudiamos a gestão unilateral e achamos que é natural, que é lógico que se prefira uma gestão consensualizada — e mais à frente terei oportunidade de referir o que entendo por consenso —, pois, no fundo é isso que tem acontecido sem desvirtuar as maiorias que, apesar de relativas, sempre têm existido nesta Casa.

Entendemos que a questão da diferença é uma questão política fundamental: a Assembleia da República tem naturalmente necessidade de uma nova Lei Orgânica, há novos serviços, novas exigências, novas tecnologias e a entrada na CEE implica a necessidade de nos adaptarmos a uma nova, mais cabal e actualizada informação. Tudo isso aconselhava, de facto, a que se fizesse um reajustamento relativamente à Lei Orgânica da Assembleia da República que tivesse em conta estas realidades, e não um reajustamento que tivesse em conta a existência, pela primeira vez, nesta Casa, de uma maioria de um partido.

Mas, afinal, o que é que pensou fazer neste domínio? Na anterior legislatura, como aqui se disse, criou-se uma comissão eventual em que todos os partidos estavam representados. Sentiu-se essa necessidade. A referida comissão era coordenada por um deputado da maioria então relativa, fez-se um trabalho produtivo, longo, de grande informação, de grande confronto de ideias, fez-se análise de funcionamento de outros parlamentos, carreou-se um conjunto de informação fundamental para perspectivarmos a organização do nosso Parlamento, da nossa Casa. Chegou-se a consenso. Significa este consenso que as pessoas abdicaram de aspectos particulares e menos consensuais relativamente ao seu entendimento da gestão deste ou daquele sector, deste ou daquele serviço, deste ou daquele aspecto considerado, no conjunto das situações, de menor importância.

Ora, esta lei só não foi aprovada porque a Assembleia foi dissolvida e é evidente que, se reflectirmos, hoje, sobre os dados antecedentes — e julgamos que a maioria deduziu nesse sentido —, se por acaso essa lei tivesse sido aprovada provavelmente constaria, no presente projecto de lei do PSD, mais um artigo que incluiria esta expressão «revoga-se a lei anterior».

Todos sabemos que a Assembleia da República tem duas missões fundamentais: uma é a de legislar e a outra, de fiscalizar. Sabemos ainda, Srs. Deputados, que podemos, pela Constituição e pelo Regimento, ter iniciativas legislativas, mas, para termos um trabalho digno e frutuoso, ou seja, tecnicamente proveitoso e ajustado, precisamos de apoios convenientes que têm a ver com o apoio ao deputado, ao grupo parlamentar e com uma melhor adequação, organização e funcionamento dos vários serviços desta Casa. Todos concordamos com isto.

Por outro lado, entendemos que o projecto de lei do PSD, para além de procurar tornar a Assembleia da República num departamento, é, por essa mesma razão, um projecto que governamentaliza a Assembleia da República. E a este propósito gostaria apenas de fazer algumas observações: julgamos que é inadequada a relação estabelecida no projecto de lei do PSD entre o Presidente e o conselho de administração porque não se vai com isso furtar o Presidente da Assembleia da República a problemas de gestão diários em relação aos quais ele deveria ficar liberto para se poder ocupar de outras questões muito mais relevantes e que têm a ver com o funcionamento geral e político desta Casa.

Todos sabemos que, neste momento, existe um conselho administrativo em que estão representados os quatro maiores partidos e — assim o julgamos pelo menos — estão igualmente nele representados os trabalhadores. São disposições que vêm da anterior Lei Orgânica.

Ora, eu desafiaria os Srs. Deputados que têm mais noções sobre esta matéria por terem acompanhado estes trabalhos, concretamente os Srs. Deputados do PSD, que me dissessem em que circunstâncias, em que medida e em que momento é que, efectivamente, este conselho administrativo — relativamente à disponibilidade da maioria, uma maioria parlamentar absoluta —, poderia contrariar qualquer desígnio da maioria se esta impusesse e trouxesse à Assembleia as iniciativas que considerava fundamentais. Portanto, o que está em causa é uma questão política, ou seja, uma questão de princípio. De facto, já nesta legislatura, foi possível, através de um documento de trabalho — que foi depois, no seu todo, assumido pelo PSD, embora inicialmente se ignorasse a sua paternidade —, estabelecer diálogo no sentido de se encontrar um consenso, que, aliás, como já aqui disse, quase, foi possível e só não o foi por razões que, do ponto de vista da oposição, são consideradas como sendo questões de princípio. E passo então rapidamente a enunciar duas dessas questões que, como dizia, do nosso ponto de vista, são questões de princípio.

Passaram-se já quase seis meses da V Legislatura, as eleições fizeram-se de acordo com determinadas regras de funcionamento — as chamadas regras de jogo — e agora o PSD pretende interrompê-las. Qual é aqui a questão de princípio? O que está em causa não é, naturalmente, uma questão de reorganização e de melhor funcionamento dos serviços da Assembleia, independentemente das divergências existentes entre os grupos parlamentares, mas, sim, a limitação de expressão dos deputados desta Casa.

Entendemos que não é possível desligar a Lei Orgânica da Assembleia da República de um projecto de revisão do Regimento, que também já deu entrada na Mesa e que temos de compatibilizar. Estamos numa Câmara política, estamos, portanto, a fazer uma discussão política, pelo que não podemos ignorar essa situação.

Resulta, de facto, do conjunto destes dois projectos uma limitação à acção dos deputados, isto é, à capacidade de os deputados poderem intervir, assumindo em pleno as suas funções de deputados. E isto tem a ver com a extinção dos agrupamentos parlamentares.

Não vou questionar aqui a validade dos agrupamentos parlamentares, não vou questionar o antecedente, quem é que começou primeiro, quem é que aceitou depois, quem é que voltou atrás, quem é que disse e desdisse. O que interessa é que desde o início desta Legislatura há um agrupamento parlamentar a funcionar, há deputados que vieram para esta Assembleia e têm direitos adquiridos. E os senhores podem dizer que isto nada tem a ver com a Constituição, mas trata-se de deputados que vieram para esta Assembleia com direitos que estavam perfeitamente definidos, que se puderam comprometer perante o eleitorado no sentido de que podiam, atendendo ao seu Estatuto, assumir determinadas iniciativas, lutar por elas, enfim, podiam aqui ter uma voz. Não é legítimo, não é correcto, que por este processo ou por qualquer outro modo, essa voz possa vir a ser coarctada.

É, portanto, relativamente a este princípio que nós naturalmente nos opomos.

Quanto ao apoio dos funcionários dos grupos parlamentares, os Senhores dizem: «Aqui d'el-rei, que a oposição também propõe a diminuição». Mas, quanto a este aspecto, devo dizer que a oposição tem a noção clara daquilo que é, digamos, uma adaptação permanente e constante do próprio funcionamento da Assembleia da República a uma realidade mais vasta. Por isso não pedimos o céu, a terra e a lua, mas apenas aquilo que, do nosso ponto de vista, é necessário e fundamental.

De facto, o projecto de lei da oposição, relativamente a um caso concreto, também propõe diminuição dos funcionários que apoiam presentemente os grupos parlamentares. Devo, contudo, dizer aqui claramente que, do ponto de vista do PRD, o apoio que neste momento existe ainda é um apoio menor, pensamos que ele devia ser maior para que efectivamente pudéssemos cumprir cabalmente as funções que nos foram confiadas, mas o PSD propõe o limite, condicionando, reduzindo. E a leitura política que fazemos desta estratégia — aliás, devo dizer, em parêntesis, que não estamos aqui a pôr em causa a honorabilidade das pessoas ou a tratar de questões pessoais, mas a analisar as actuações de um ponto de vista político — é que o PSD, aproveitando-se de ser maioria nesta Casa, de facto, pretende retirar algumas capacidades de intervenção aos grupos e agrupamentos parlamentares.

Ainda quanto ao apoio aos grupos parlamentares, gostaria de dizer o seguinte: provavelmente o PSD não tem esta dificuldade porque foi sempre um grupo parlamentar numeroso, mas eu tenho o meu testemunho pessoal (porque o meu grupo parlamentar, que já teve uma composição significativa está agora reduzido) e por isso posso dizer que, quanto às inúmeras solicitações que são feitas, às iniciativas que são tomadas e à capacidade que temos para intervir nesta Casa, relativamente ao meu grupo parlamentar e a outros, não existem grandes diferenças.

O apoio que o PSD dispõe para os seus 148 deputados pode ser eventualmente pouco, nós desejaríamos que fosse maior e manifestamos a nossa disponibilidade para o aumentar. Os grupos parlamentares têm, de facto, de ter um apoio mínimo a nível dos funcionários porque, de contrário, não conseguem cumprir as suas funções de forma cabal.

Contudo, nós, que somos hoje um grupo parlamentar com um número reduzido de deputados, também desejamos — e fazêmo-lo com grande sacrifício — responder a todas as solicitações e a todas as audiências que nos fazem. É que a mesma audiência que pedem ao PSD pedem igualmente ao PRD e nós não queríamos estar na situação de não poder responder. Já agora gostaria de dizer aos Srs. Deputados o seguinte: relativamente à missão e ao trabalho dos deputados, quer individualmente quer em grupo, a própria Constituição da República consigna no n.º 1 do seu artigo 158.º que «são garantidas aos deputados condições adequadas ao eficaz exercício das suas funções, designadamente ao indispensável contacto com os cidadãos eleitores».

Meus colegas, confesso aqui, humildemente, que não consigo responder a esta exigência constitucional! Sou deputado e não consigo responder a esta exigência nem que trabalhe 24 horas por dia e, se me retiram alguns apoios, limitam-me cada vez mais na minha capacidade. Confesso aqui: retirem-me o mandato, pois não consigo cumprir cabalmente aquilo que entendo que é a letra e o espírito desta norma constitucional e, portanto, a função que é exigida ao deputado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Fala-se em questões de proporcionalidade. Com certeza, Srs. Deputados, se as questões de proporcionalidade impedirem o PSD, em qualquer circunstância e

em qualquer momento, de se afirmar como maioria que tem de responder perante o eleitorado, o PRD tem toda a disponibilidade, e desde já o diz, para que isso seja corrigido. E estou a falar de olhos fechados, porque em nenhuma circunstância a maioria do PSD se pode sentir limitada na sua capacidade de ser maioria. Defendemos isto intransigentemente!

Mas a proporcionalidade tem limites, Srs. Deputados! Não se pode exigir uma proporcionalidade absoluta, de qualquer modo, se o exigirem nós até podemos aceitá-lo; contudo isso não pode implicar, de maneira nenhuma, que um deputado desta Câmara, de qualquer grupo parlamentar, possa deixar de exercer as funções mínimas de deputado eleito legitimamente da mesma forma e com a mesma legitimidade que qualquer outro deputado.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não questionamos o 19 de Julho no sentido de que estas eleições deram a maioria agora existente nesta Casa e já o dissemos por várias vezes. Contudo, em todas as intervenções o PSD faz-nos recordar o 19 de Julho. Srs. Deputados do PSD, nós fazemos disso profissão de fé, nós aceitamos o 19 de Julho, queremos as regras que o 19 de Julho veio impor porque «grande a nau, grande a tormenta» e vocês hão-de ser julgados pelo 19 de Julho e pela maneira como correspondem ou não àquilo que foi a esperança que os Portugueses depositaram, em 19 de Julho, nos seus deputados e no PSD.

Srs. Deputados, a Lei Orgânica da Assembleia da República tem, no seu fundamental, alguma coisa a ver com isso? Vocês disseram ao povo português que iam rever a Lei Orgânica da Assembleia da República no sentido de aumentar a capacidade de intervenção do PSD e, em contrapartida, diminuir a capacidade de intervenção dos deputados da oposição? Não, com certeza!

A Assembleia da República é a nossa Casa! A Casa onde a oposição se deve sentir «em casa», porque somos deputados, todos temos a mesma legitimidade e queremos responsabilizarmo-nos na sua gestão, com o nosso grau de responsabilidade e de proporcionalidade. Não nos retirem essa responsabilidade!

Quem se pode arvorar no direito, mais do que os outros, de defender o prestígio desta Casa? Quem? Qual é o deputado? De que maioria? De que grupo parlamentar? De que agrupamento parlamentar? Algum deputado se arvora aqui no direito de defender mais o prestígio desta Casa? Não! Aqui somos todos iguais!

Srs. Deputados do PSD, para terminar gostaria de dizer que o PSD é, pelo 19 de Julho, mais uma vez, um partido grande. Não percam a oportunidade de serem simultaneamente um grande partido!

Aplausos do PRD, do PS, do PCP, do CDS, de Os Verdes e da ID.

O Sr. **Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ramos.

O Sr. **José Luís Ramos** (PSD): — Sr. Deputado Marques Júnior, para além do calor compreensível da sua intervenção, o que é facto é que a matéria de fundo, muitas vezes, não foi coerente.

Se bem entendi, o Sr. Deputado falou — e se não, faça o favor de me corrigir —, por um lado, da forma como o nosso projecto de lei governamentalizará a Assembleia e, por outro lado, do reforço dos poderes do Presidente da Assembleia da República. Bem, isto é uma contradição notória! Das duas uma: ou o senhor fala em governamentalização ou em reforço dos Poderes do Presidente da Assembleia.

Gostaria de lhe perguntar o seguinte: o Sr. Deputado está ou não de acordo em que se reforcem os poderes do Presidente da Assembleia? O Sr. Deputado é ou não a favor da dignificação dos poderes, e mesmo da figura, do Presidente da Assembleia da República, que é a segunda figura do Estado Português? O Sr. Deputado é ou não a favor da dignificação e do reforço dos poderes do Presidente da Assembleia da República? Era bom que isto ficasse bem claro e que explicitasse bem a sua posição, caso seja contrária.

Porque diz que é grave, no seu entendimento, a extinção dos agrupamentos parlamentares (se bem entendi), gostaria de lhe perguntar se sabe qual a razão que subjaz ao aparecimento destes agrupamentos. É que, se o Sr. Deputado não sabe, eu próprio estou disposto a corrigir algumas afirmações que aqui foram feitas: os agrupamentos parlamentares não foram criados, como aqui se disse, pelo PSD; eles foram criados, contra o voto do PSD, em 1979, aquando do aparecimento do então chamado Grupo Parlamentar de Deputados Independentes, provenientes da ASDI.

O Sr. **José Lelo** (PS): — E em 1980?

O **Orador:** — E foi com o nosso voto contra que este agrupamente parlamentar surgiu.

Na altura, questionava-se o cabimento constitucional da figura de agrupamento parlamentar e foi sempre patente que ela não era constitucional. Aliás, se o Sr. Deputado Raul Castro, hoje, se senta nessa bancada, deve-o aos votos do PSD. Isto porque, nós, em 1980 — e não criámos a figura do agrupamento parlamentar, pois ela já existia —, baixámos o «tapume» dos 25 deputados que eram necessários para criar um agrupamento parlamentar, disposição esta introduzida pelo PS para permitir que os nossos dissidentes formassem um agrupamento.

Temos de ver a questão desta forma: em 1980 descemos o limite do número de deputados mas em 1979 os agrupamentos parlamentares tinham sido criados contra o nosso voto, tal como as actas que tenho aqui demonstram.

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (ID): — Tenho aqui o debate inteiro, Sr. Deputado!

O **Orador:** — Em coerência com a posição então tomada, vamos agora, em 1988, apresentar uma proposta de regimento em que suprimimos os agrupamentos parlamentares.

Uma voz do PS: — É um grave entorse!

O **Orador:** — O entorse não é grave e a existir foi sempre contra os votos do PSD. Mas, se existe, assumimos a responsabilidade de o extinguir! Em que é que isso é grave? Não há nenhum constitucionalista que diga que a figura de agrupamento parlamentar é constitucional. Qual é, enfim, a gravidade dessa situação que não foi em nada justificada na sua intervenção?

Para além do calor compreensível, como já disse, da sua intervenção, eram estes os pontos que gostava que o Sr. Deputado justificasse, uma vez que fez afirmações e enunciou factos mas não os explicou e julgo que, para toda a Câmara, era bom que o fizesse.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Sr. Deputado Marques Júnior, temos posições políticas diferentes, já as explanámos, os senhores já lançaram os seus argumentos, nós os nossos e cada um disse o que tinha a dizer.

O Sr. Deputado emocionou tanto a questão e de certa forma roçou a questão ética, pois colocou o problema nestes termos: estes indivíduos — o PSD — são uma máquina, estão a usar a maioria de uma forma despropositada, fazem coisas inaceitáveis, ...

O Sr. **José Lelo** (PS): — Fazem, sim senhor!

O **Orador:** — ... por exemplo, reduzir o pessoal dos grupos parlamentares.

Para manter a abordagem séria da questão o Sr. Deputado não pode escamotear uma questão fundamental inegável porque tem a sua assinatura: vocês mesmo o fazem, mas fazem-no aos outros, aos Verdes. Os senhores guardam o vosso pessoal porque pensam que seria horroroso baixá-lo, mas baixam-no aos outros.

O Sr. Deputado não pode escamotear as questões, porque, mesmo que o tente, nós não deixamos e muito menos o povo português se deixará ludibriar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. **Marques Júnior** (PRD): — Pedindo desculpa ao Sr. Deputado José Luís Ramos, começo por responder, em primeiro lugar, ao Sr. Deputado Silva Marques. Estes assuntos criam na Câmara um certo eco e convém, efectivamente, pôr água na fervura relativamente a esta questão.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Sr. Deputado responda à questão.

O **Orador:** — Vou responder, Sr. Deputado.

Relativamente à expressão «estes indivíduos do PSD», devo dizer-lhe que foi uma linguagem que nunca utilizei na minha intervenção ...

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Responda à questão!

O **Orador:** — Já responderei, mas esta é, para mim, uma questão de princípio. Eu nunca me dirigi a nenhum deputado de qualquer bancada, mesmo discordando politicamente das opiniões veiculadas, referindo-me aos Srs. Deputados dizendo «estes indivíduos do PSD», até porque, efectivamente, os Srs. Deputados têm toda a legitimidade para fazerem as propostas que muito bem entenderem.

Relativamente ao número de funcionários, também não é correcto o que o Sr. Deputado afirmou, porque eu referi expressamente este caso na minha intervenção: também o PRD, na proposta de lei orgânica que subscreve, reduz o número de funcionários de apoio. Contudo, fizemo-lo por entendermos que tem de se ir fazendo uma adaptação gradual relativamente ao apoio que é dado aos partidos.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Mas assinou!

O **Orador:** — Espere aí! Nós assinámos, mas assinámos por esta razão que lhe estou a explicar, Sr. Deputado. Eu enunciei o princípio, ali naquela bancada, de que era a favor do reforço do pessoal de apoio a todos os partidos, mas disse ainda que aceitávamos, nesta fase, uma redução porque estamos a implementar serviços.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Responda à questão!

O **Orador:** — Sr. Deputado, desculpe, uma coisa é uma redução de *X* %, outra coisa é uma redução de *X* % +*Y* %.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Desafio-o a dizer qual é a diferença. Exacto, desafio-o! Tem algum mal? O senhor tem medo de desafios? Qual é a diferença da redução?

O **Orador:** — Sr. Deputado, não tenho agora aqui os elementos, mas posso citá-los de cor. No PRD, que tinha cinco elementos, vocês reduzem para quatro; no PSD, que tinha cinco elementos, vocês reduzem para quatro; na ID, que tinha quatro elementos, vocês eliminaram, acabam com os quatro; n'Os Verdes, que tinham cinco elementos, vocês reduzem para dois e a nós reduzem para três ou quatro.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Três. Então, qual é o crime?

O **Orador:** — Sr. Deputado, relativamente ao apoio a um grupo parlamentar de 148 deputados, dois funcionários não têm nenhuma importância; relativamente a um grupo parlamentar de dois deputados, dois funcionários têm uma importância fundamental.

O Sr. **Maia Nunes de Almeida** (PCP): — E a norma transitória não conta?

Protestos do Sr. Deputado Silva Marques.

O **Orador:** — Sr. Deputado, vamos lá ver se eu me faço entender e se explico o que quero dizer. Relativamente a um grupo parlamentar de 148 deputados, mais um ou dois funcionários, não tem nenhuma relevância; relativamente a grupos parlamentares de dois, três ou quatro deputados, a redução de um funcionário é fundamental.

No projecto que subscrevemos com Os Verdes, quanto ao número de funcionários, eles, consensualmente, aceitaram naturalmente este tipo de coisas. Foi uma coisa que o PSD não aceitou em termos de consenso.

Sobre a observação do Sr. Deputado José Luís Ramos à frase «governamentalizar a Assembleia da República», nós entendemos isso. Entendemos que se está a governamentalizar a Assembleia da República.

O Sr. **José Luís Ramos** (PSD): — Porquê?

O **Orador:** — Porquê? Porque o PSD, pela maneira como organiza a Assembleia da República, pela maneira como dá poderes ao Presidente da Assembleia da República e pela maneira como retira poderes a um Conselho de Administração onde estão reunidos todos os partidos, está de facto a governamentalizar a Assembleia da República. Nós não pensamos que é pelo facto de o Sr. Presidente da Assembleia da República — pessoa que, naturalmente, queremos ver o mais dignificada possível — ter poderes para fazer determinado tipo de despachos internos e pelo facto de se ter obrigatoriamente que meter em determinadas questões internas do pessoal que a sua figura fica necessariamente mais prestigiada. Antes pelo contrário, em nossa opinião.

O Sr. **José Luís Ramos** (PSD): — Dá-me licença?

O **Orador:** — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. **José Luís Ramos** (PSD): — Sr. Deputado, queria só lembrar-lhe que, ao dar poderes ao Presidente da Assembleia da República, não se retiram poderes ao Conselho de Administração. Nesse sentido citava-lhe vários pontos da nossa proposta: quando se fala em nomear o pessoal não dirigente para provimento de lugares, é necessário a existência de parecer prévio favorável do Conselho de Administração; homologar os regulamentos com normas de provimento de pessoal e conteúdos funcionais, exige a deliberacão do Conselho de Administração; quando se fala em nomear os directores-gerais, directores de serviços e chefes de divisão, é também necessário o parecer prévio favorável do Conselho de Administração. E assim sucessivamente!

Ao se darem mais poderes ao Presidente da Assembleia da República, não se retiram poderes ao Conselho de Administração. As questões são concomitantes e separá-las é falacioso.

O Sr. **Marques Júnior** (PRD): — Sr. Deputado, então eu poderia deduzir daí — e penso que este diálogo é muito importante — que, sob esse ponto de vista, não há nenhuma diferença entre as nossas atribuições ao Conselho de Administração e as vossas e então VV. Ex.as subscrevem o nosso projecto nessa área.

O Sr. **José Luís Ramos** (PSD): — Exacto!

O **Orador:** — Então vocês subscrevem as atribuições do Conselho de Administração do nosso próprio projecto de lei? Óptimo! É uma questão que vamos discutir na especialidade e assim ficamos com o problema resolvido.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Penso que nesta altura do debate já está suficientemente claro, nas linhas gerais, o que distingue os dois projectos de lei em análise. Suponho que era agora útil fazer uma apreciação política do que se está a passar neste debate e, ao mesmo tempo, sublinhar quais são as verdadeiras razões da divergência que aqui se gerou, porque, ainda há pouco, nas palavras oriundas da bancada do PSD, se ouvia «mas porque é que vocês não subscrevem o nosso projecto»?

Da parte que ao CDS respeita, vou tentar explicar à bancada do PSD por que é que não o podemos fazer. Antes de mais, quero referir-me ao aspecto político desta questão. Com efeito o CDS não esperava que esta Lei Orgânica tivesse esta história, que começou numa Comissão que funcionou com inteira normalidade, que funcionou com uma claríssima compreensão entre todos, fazendo um trabalho que se adivinhava um trabalho útil. E isso era importante para as instituições, era importante que esta Assembleia pudesse dar, para ela própria e para o País, a imagem de que, em questões fundamentais como as que se prendem com o seu funcionamento, haveria uma plataforma de entendimento.

Por outro lado, não é habitual que estas matérias relativas à Lei Orgânica tenham este tipo de polémica. Maiorias parlametares, a do PSD não é a primeira. Houve outras maiorias antes da do PSD, não apenas de um partido mas também igualmente maiorias: houve a Aliança Democrática, que nada fez de parecido em relação à Lei Orgânica; depois houve o bloco central, a maior maioria de sempre e também aí não houve este tipo de debate; finalmente, esta é a maioria que suscita uma questão desta natureza. Portanto, há aqui já um precedente.

Em terceiro lugar, porquê esta divisão quando todos estávamos de acordo em que a Assembleia é de todos — expressão já aqui utilizada — e que era indispensável fazer uma lei orgânica para a Assembleia como instituição e não para a maioria que é manifestamente transitória? Consequentemente, o ponto de partida era o ponto que a todos nos unia.

Pois bem, penso que para tudo isto há duas razões: em primeiro lugar, como há pouco já tive ocasião de dizer, a partir de uma certa altura do processo houve aquilo a que se pode chamar uma mudança na posição do PSD. Aquilo que era compreensão, diálogo e cedência passou a ser radicalismo e firmeza — e quando digo firmeza é, obviamente, entre aspas. Os apelos vários para que outras reuniões se pudessem fazer, para que os consensos fossem possíveis, foram inúteis ou recusados.

Bom, o que é que fez mudar o PSD? Seria o seu presidente, que foi acusado de fragilidade, de menos firmeza, de deficiente e eventual compreensão das regras e das instruções do seu grupo parlamentar, ou seria uma posição política do PSD que, entretanto, se alterou e mudou? É uma pergunta que gostaria de ver esclarecida.

Em segundo lugar, no fundo o que está em claríssima divergência entre nós é o problema da aplicação retroactiva desta Lei Orgânica. Não está em causa saber se os agrupamentos parlamentares deviam ou não mudar o seu estatuto até porque o CDS teve ocasião de dizer que era da opinião que o estatuto dos agrupamentos parlamentares deveria ser alterado. Nesse domínio não há qualquer divergência com o PSD, e outros partidos afirmaram o mesmo na altura — aliás, há tratadistas que o dizem, há especialistas em direito constitucional que o afirmam e nós estamos de acordo com isso.

Mas a pergunta que se faz ao PSD e a cada um dos deputados do PSD é esta: por que fazê-lo imediatamente? Por que fazê-lo de um momento para o outro? Por que não respeitar, durante um período transitório, o agrupamento parlamentar que, quando foi eleito, tinha um determinado estatuto? Porquê esta urgência imediata em alterar de um momento para o outro aquilo que era um direito adquirido? Será que a lei ficava assim tão deformada? Seriam menos maioria por isso? Seria isso prova de fraqueza? Ou era antes prova de compreensão e de magnanimidade?

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Muito bem!

O **Orador:** — É efectivamente uma questão de fundo, dramática? Nada disso! É um capricho, é apenas um capricho!

Uma voz do PSD: — Olhe que não, Sr. Deputado!

O **Orador:** — Para nós é apenas um capricho, que é importante e grave porque bule com um princípio, que é o princípio do direito de não ofensa dos direitos adquiridos, de não retroactividade da lei e embora isso, em termos puramente jurídicos, seja contestável, em termos éticos, não é. Embora concordando com o princípio da necessidade dessa alteração, não se entende por que não se quis conceder um período transitório, aliás como chegou a ser aventado pelo Sr. Deputado Silva Marques. É que se essa proposta mantida, hoje não tínhamos aqui dois projectos de lei. É evidente que assim é, e o Sr. Deputado Silva Marques

bem o sabe. Portanto, se esse ponto era claríssimo no aspecto ético e até no aspecto de uma certa elegância parlamentar, poquê manter intransigentemente esta posição? Não entendo e gostaria que cada um dos parlamentares do PSD, na sua consciência, respondesse a esta pergunta.

Quanto ao segundo aspecto, sobre o problema dos poderes do Sr. Presidente, ninguém mais do que o CDS — e se me permitem, mais do que eu próprio, porque tive a honra de ser vice-presidente desta Assembleia durante algumas legislaturas — percebe que o Presidente da Assembleia da República deve simultaneamente ter mais poderes e menos intervenção. E porquê mais poderes? Porque sendo a segunda figura do Estado, sendo o representante do mais importante órgão de soberania colegial, evidentemente que tem de ter poderes de intervenção no que toca à capacidade de exercitar o seu mandato com a dignidade que merece. Estamos de acordo!

Mas isso não se confunde com a necessidade de ter de expor o Presidente da Assembleia da República à resolução de problemas de índole meramente administrativa. Não é um bom serviço que se presta ao Sr. Presidente da Assembleia da República quando, com a aparência de lhe aumentar os poderes, se lhe aumenta, afinal, a exposição a ter de resolver problemas que não deviam ser da sua competência, não por serem problemas que estivessem fora da seu âmbito, mas porque a sua competência política devia impedir que a competência administrativa se lhe sobrepusesse.

Ter de decidir em matérias que são mais próprias de directores de serviços ou, quando muito, de secretários de Estado e raramente de ministro, prejudica a segunda figura do Estado.

Desta forma, não se entende como é que o PSD, na ânsia de proteger a figura do Presidente da Assembleia da República, o vai expor dessa maneira. Em nossa opinião, prestam um mau serviço a S. Ex.ª o Presidente da Assembleia da República e ele não merecia que o seu partido lhe prestasse esse serviço.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Muito bem!

O **Orador:** — Outro aspecto importante tem a ver com a designação do secretário-geral.

Srs. Deputados do PSD e ex-Presidentes da Assembleia da República, que muito respeito, e que nessa bancada se sentam — esta é uma pergunta séria que lhes dirijo —, por que é que VV. Ex.as desejam que o secretário-geral da Assembleia da República seja necessariamente e só da responsabilidade do Presidente da Assembleia da República?

Por que é que não entendem que o secretário-geral, que tem de trabalhar com todos os representantes dos grupos e agrupamentos parlamentares, deve merecer o mínimo de consenso no Conselho Administrativo? Porquê essa firmeza nessa questão? Por que é que o Presidente da Assembleia da República tem que assumir sozinho essa responsabilidade? Por que não solidarizar o Conselho Administrativo — onde VV. Ex.as têm a maioria — com essas decisões?

Poder-se-ia dizer que essas decisões escapam ao controle do PSD? Não escapam, porque o PSD tem a maioria no Conselho Administrativo! Porquê, então, esta falta de audiência ao Conselho Administrativo? Porquê essa centralização? Não lhe chamo governamentalização mas centralização da maioria, que, no final de contas, tem aspectos quase caricatos! Este só não é caricato pela óbvia compreensão.

Por que, repito, não possibilitar ao Conselho Administrativo dar o seu parecer favorável sobre o órgão da mais alta hierarquia da Assembleia, que vai trabalhar com todos os grupos parlamentares, o qual ganharia em legitimidade, ganhando também o Sr. Presidente em protecção?

Outro aspecto é o do funcionamento do Conselho Administrativo.

Srs. Deputados do PSD, a ser aprovada a proposta que VV. Ex.as apresentam, o Conselho Administrativo pode deliberar validamente só com os vossos representantes, não há sequer quórum mínimo de funcionamento. Quer isto dizer que a Assembleia, Casa de todos os deputados e gerida por todos, pode, desta forma, ser gerida só e apenas pelos delegados do PSD! Não seria lógico, como em qualquer órgão colegial, que houvesse um quórum mínimo de funcionamento?!

O Sr. **Maia Nunes de Almeida** (PCP): — Muito bem!

O **Orador:** — Esta Assembleia não tem um quórum mínimo de funcionamento? Essa posição é algo que não se entende!

Finalmente, quanto ao pessoal de apoio aos grupos e agrupamentos parlamentares, quero dizer ao Sr. Deputado Silva Marques e ao seu partido que não recebemos lições de poupança administrativa do vosso partido.

Desde o início que nos temos debatido aqui, nesta Assembleia, pela redução das despesas de funcionamento corrente do Estado, por reduções que sejam reduções úteis nas despesas públicas. Te-mo-lo feito! VV. Ex.as é que para uns casos são ultrapródigos e para outros são «unhas de fome» — se me permitem a expressão e sem ofensa.

As despesas de funcionamento do Orçamento Geral do Estado e o consumo público podem aumentar francamente, porque aí aumentam os impostos para contrabalançar as vossas prodigalidades em termos de Estado. Quando se trata de apoiar os grupos parlamentares tão carecidos de apoio, quando se trata de apoiar as comissões especializadas que tanto carecem de apoio, quando se trata de dotar esta Assembleia da República de um mínimo de meios para que ela possa cumprir com dignidade a sua missão — e não há nenhum deputado que aqui esteja sentado que não saiba que tenho razão, pois as comissões especializadas não têm praticamente apoio técnico e os deputados não têm o mínimo de apoio individual ao seu trabalho —, quando se trata de tudo isto, «aqui d'el-rei» que estamos a delapidar as finanças do Estado e a aumentar a despesa pública!

Isto não é verdade, bem pelo contrário, há a possibilidade de recorrer a funcionários do Estado, pois há-os que estão mal aproveitados; há funcionários de Estado que estão por essas direcções-gerais sem terem nada que fazer; há técnicos que não têm qualquer utilidade nos sítios onde estão. Por que não dar a possibilidade de recrutar, de requisitar, de pôr esses técnicos utilmente ao serviço da democracia portuguesa ou seja, ao serviço desta Assembleia? Isso pode fazer-se sem aumentos de encargos e de uma forma racional!

Porquê, então, essa rigidez face a alguns aspectos, como se isso fosse o fim do mundo, para dar o exemplo ao público ou para dizer ao eleitorado que a oposição é esbanjadora e o PSD é que é a tal formiga trabalhadora?!

Não é verdade! O PSD não é a formiga trabalhadora, como se viu aqui aquando da discussão do Orçamento Geral do Estado e essa não é maneira de colocar as questões!

Se há alguma coisa a corrigir, pois que se corrija. Fomos os primeiros a dizer, acompanhados depois por outros partidos, para se corrigir. Não é, pois, por isso que não se chega a acordo.

Há pouco o Sr. Deputado perguntava: «é por haver três funcionários e não dois» que não se chegou a acordo? Não é essa a questão que não se chegou a acordo, Sr. Deputado.

O Sr. **Silva Lopes** (PSD): — Então, por que é que foi?

O **Orador:** — Sr. Deputado, obviamente que foi pelas razões anteriores. Porque VV. Ex.as querem fazer uma aplicação imediata que ofende os princípios, querem pôr o Sr. Presidente da Assembleia da República com funções que lhe vão afectar o seu prestígio, porque querem pôr o funcionalismo da Assembleia nomeado pelo Presidente da Assembleia da República, enquanto nós propomos o concurso público. Onde é que está o erro dessa proposta?

Não será que deve haver transparência nas promoções das chefias? Porquê fazer cair sobre o funcionalismo da Assembleia o labelo de serem escolhidos ou cooptados por um presidente de um partido de uma cor ou de outra?

Se há alguma lógica em que o secretário-geral tenha de trabalhar e tenha de ser da confiança mais íntima do Presidente da Assembleia da República, embora com corresponsabilização do Conselho Administrativo, em nosso entender, não há qualquer razão para o pessoal de chefia ser designado da forma como os Srs. Deputados propõem.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — É isso!

O **Orador:** — Estes são os aspectos importantes. Não são os aspectos administrativos que estão em causa, mas, sim, os aspectos políticos, que são importantes. É a vossa visão de Estado que está em causa, é a vossa visão do poder que está em causa, é o vosso conceito de maioria que está em causa e nós não podemos aceitar nem essa visão de Estado nem essa razão de poder nem essa visão de maioria.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Muito bem!

O **Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Finalmente, uma conclusão sobre esta matéria.

Esta era uma lei que pensávamos ser uma lei estrutural. No nosso projecto de revisão constitucional chamamos-lhe mesmo legislação paraconstitucional e compreende-se porquê, já adiantei as razões.

Só que não se entende como é que o PSD, como partido maioritário, utiliza um simples direito potestativo para transformar um projecto de lei desta natureza num simples projecto de lei partidário.

Estávamos e estamos convencidos de que esta discussão — aliás, como outras — seria a antecâmara da discussão de revisão constitucional.

Estávamos convencidos de que, se o PSD quisesse — e ainda espero que o queira, para bem de Portugal e dos Portugueses — fazer a revisão constitucional, deveria estar aberto, em certas leis estruturais, a ter um procedimento determinado. Mas verifica-se, mais uma vez, que assim não é e isto é preocupante para as instituições, porque — e chamo a vossa atenção para isso —, depois das impropriamente chamadas leis de privatizações, com as leis laborais e o chamado pacote agrícola à porta e agora com a lei orgânica, tudo é feito antes da revisão constitucional, através de leis de duvidosa constitucionalidade, que podem trazer problemas ao Tribunal Constitucional e ao Presidente da República. Mais parece que se está a preparar a passagem rápida das culpas para o Tribunal Constitucional ou mesmo para o Presidente da República.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Muito bem!

O **Orador:** — É algo que não se está a entender.

Estas posições, em matérias menores, com base na firmeza da maioria, no fim de contas atrasam ou dificultam o consenso, prejudicam a revisão constitucional ...

Protestos do PSD.

Sei que estes são aspectos que vos tocam e de que não gostam, mas têm de ouvir, porque é a verdade.

Portanto, este é um aspecto óbvio em que, numa lei de natureza paraconstitucional, não em termos jurídicos e técnico-jurídicos mas em termos políticos, se verifica ...

Vozes do PSD: — Acabe lá!

O **Orador:** — Se alguém quer interromper, faça favor!

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Esteja à vontade!

O **Orador:** — O que é importante é que a maioria ainda me deixe falar!

Risos gerais.

Terminava dizendo que este é um caminho preocupante para a revisão constitucional.

O Sr. **Jaime Soares** (PSD): — Olha o que fizeste no Ministério da Agricultura!

O **Orador:** — «O que fizeste» não! O que fez! o senhor não me conhece de parte alguma e não lhe admito que me trate por tu!

Aplausos do CDS, do PS, do PCP, do PRD, de Os Verdes e da ID.

Dizia eu que estas e outras matérias são obviamente afloramentos preocupantes.

Esperemos sinceramente que o PSD ainda possa ponderar sobre o que está em causa, que ainda se possa fazer um último esforço de aproximação entre os dois diplomas. Esperamos muito sinceramente — e da parte do CDS haverá toda a abertura para isso — que esta Assembleia possa ser dotada de um lei orgânica aprovada por todos, que seja a lei orgânica de todos e de cada um. Esse será o entendimento correcto, a nosso ver, do funcionamento desta Assembleia. Pela nossa parte estamos dispostos a fazê-lo. Se VV. Ex.as não entenderem fazê-lo e permanecem intocáveis e rígidos nas vossas posições, o que mereceriam era votar sozinhos esta lei.

Aplausos do CDS, do PS, do PCP, do PRD, de Os Verdes e da ID.

O Sr. **Presidente:** — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Sr. Deputado Basílio Horta, não resisto a repetir uma pequena graça, porque V. Ex.a não estava presente, mas agora o seu discurso suscita-me que a repita. Aconselho-vos a não irem por aí, mas se vão por aí, a curto prazo, estarão transformados numa nova UDP, enfim ..., com certo sabor cristão!

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Deixe-se disso. Fica-lhe mal!

O **Orador:** — Meu caro deputado Narana Coissoró, se isto me fica mal, que dizer das suas intervenções?! ...

Aplausos do PSD.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — As palmas! ...

O **Orador:** — Ó meu Deus! Sr. Deputado, no dia em que perdermos o humor não há democracia, porque nem sequer há existência digna do homem. O homem precisa de humor, porque isso é um sinal de abertura ao próximo e até de afectividade.

Por exemplo, a bancada do Partido Comunista gosta de insultar. Se lhes é dita uma graça, reagem mal, ficam irritados, tentam menosprezar. Sr. Deputado, ao menos nesse ponto não tente ultrapassar o Partido Comunista pela esquerda! ... *(Risos do PSD)* Não sejam a UDP deste Hemiciclo ... Não quero isso, mas, enfim, se insistem! ...

O Sr. **Basílio Horta** (CDS): — Já tenho em casa a bandeira vermelha!

O **Orador:** — Sr. Deputado Basílio Horta, vamos à matéria.

O Sr. Deputado defende o Presidente da Assembleia da República, põe-se do lado dele e as pessoas dizem: «Aqueles indivíduos do PSD devem ser diabólicos. Até o Presidente tentam trocidar, fechar. Têm de ser os do CDS a defendê-lo!» Sr. Deputado, demonstre, demonstre.

Não vou fazer referências pessoais como as que o Sr. Deputado fez e que não estão muito dentro da ortodoxia das regras parlamentares (embora considere que isso não tenha ficado fora dos limites éticos, porque lhe dou o benefício da dúvida e tenho uma particular consideração por si), mas vou referir-me a aspectos processuais que são públicos.

Ora, inicialmente a vossa posição era a de não quererem que o Presidente da Assembleia da República presidisse ao Conselho de Administração. Diziam: «Não façam uma coisa dessas! Vocês já viram que pôr o Presidente a presidir ao Conselho de Administração é inaceitável. Ele deve estar acima!» Bom, reflectimos e dissemos: «Bem, precisamos de nos aproximar deles. Também não é uma questão decisiva. Vamos fazer isso!» E tirámos o Presidente da Assembleia da República da presidência do Conselho de Administração. Qual é a minha surpresa quando vejo que, no vosso projecto de lei, põem o Presidente a presidir ao Conselho de Administração! Meu Deus! Meu Deus!, Srs. Deputados ...

Mais: durante o processo negocial, chamemos-lhe assim, procurámos aproximar-nos dos senhores, fomos alterando as nossas posições e mantivemo-las. O nosso projecto de lei mantém as nossas posições de aproximação a vós. Pelo facto de não ter havido consenso não fomos alterar tudo a correr e dizer: «Bem, já que eles não concordaram, então vamos para a posição original, que diziam ser má, terrível!». Mantivemos tudo aquilo que nos tinha aproximado de vós, até esse pormenor. Inclusivamente, não fomos nós quem retirámos a obrigatoriedade do parecer prévio vinculativo para decisões importantes do Presidente mas os senhores! Os senhores disseram: «Não há consenso, então agora vamos aqui fazer uma para os enrrascar», passo o termo, e foram pelo pior sítio, meteram mais pessoal do que nós, para serem populistas, ganharem votos, etc.

Por outro lado, violam o princípio geral da nomeação do pessoal dirigente. Os senhores, que estiveram no Governo, por que é que não alteraram a disposição geral que rege a Administração Pública relativa à nomeação em comissão de serviço do pessoal dirigente? Restringimos essa regra porque introduzimos a obrigatoriedade do parecer prévio vinculativo do Conselho de Administração.

Srs. Deputados, há apenas uma coisa que vos rói: o facto de não serem maioria neste Hemiciclo. Digam-no francamente! Mesmo que seja dado parecer prévio do Conselho de Administração, os senhores sabem que estamos lá em maioria. Mas, então, confessem-no e digam: «Que diabo, o 'chato' de tudo isto foi termos perdido as eleições de 19 de Julho!» ... mas não vale a pena desenvolver o discurso ...

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, como já passa um pouco das 19 horas e 30 minutos, depois de dar a palavra ao Sr. Deputado Basílio Horta, vamos proceder à votação da proposta de lei n.º 17/V.

Em segundo lugar, como os Srs. Deputados devem ter percebido, desde o princípio da sessão e para facilitar os trabalhos anotámos os três minutos destinados a cada pedido de esclarecimento mas deixámos o relógio a contar, a fim de o tempo ser descontado nos tempos globais. Aliás, avisámos a Câmara nesse sentido no início dos trabalhos e agora dispensamo-nos de o repetir.

Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (CDS): — O Sr. Deputado Silva Marques começou por usar um artifício que já vai sendo caro ao seu partido. Portanto, na falta de razão, ...

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Demonstre!

O **Orador:** — ..., na falta de argumentos ...

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Demonstre!

O **Orador:** — ... faz graças. Está bem! ...

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — E o Sr. Deputado não é de graças! ...

O **Orador:** — Pelo contrário, até gosto muito. Quando me dizem que sou UDP, farto-me de rir. Acho isso óptimo!

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Então, estamos em consenso!

O **Orador:** — É evidente que é bom rir, ... olhar para trás para disfarçar, mas vocês estão a ter uma baixa brutal nas sondagens! ...

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Vamos à matéria!

O **Orador:** — Isso é que é realmente grave, aí é que é mais complicado!

Em relação à matéria, Sr. Deputado, se me pergunta se este projecto de lei, que tenho o gosto e a honra de subscrever, é o melhor, digo-lhe que é claro que não.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Também o nosso não!

O **Orador:** — Então não temos a razão absoluta.

Se me pergunta se o que consta do projecto de lei está tudo certo, digo-lhe que é claro que não. Isto é uma obra de homens e não de santos nem de deuses iluminados. Por

isso, vamos discutiremos uma semana para tentar fundir os projectos de lei, vamos arranjar uma plataforma de entendimento. Vamos fazer isso!

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Dá-me licença que o interrompa?

O **Orador:** — Deixe-me acabar, Sr. Deputado. Mas vá lá, faça favor, senão chama-me outro nome feio. Se não o deixo interromper, ainda me chama outra coisa pior.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Não, nunca chamei!

O **Orador:** — Ainda me chama PCP/ML! ...

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Afinal de contas, o Sr. Deputado também tem muita graça, só que ela não é pertinente, porque nunca chamei nomes a ninguém. Aliás, somos ambos muito educados!

Sr. Deputado, disse na minha intervenção que estávamos abertos a, na especialidade, aceitar outras propostas e, inclusivamente, que tínhamos que fazer alterações. Portanto, Sr. Deputado, faça favor de preparar as suas propostas, pois estamos abertos a discuti-las. Mas, atenção, não julgue que estamos distraídos: acolhemos as propostas boas, as que melhorem o projecto de lei e não aquelas em relação às quais sabe que estamos em desacordo. A lei ou é boa ou é má. Se é boa, deve aplicar-se imediatamente; ...

O **Orador:** — Não é verdade!

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — ... se é má, deve rejeitar-se. É aqui que reside a divergência ...

O **Orador:** — Posso continuar agora?

Sr. Deputado, esse é o argumento que define a sua posição. Então, uma lei boa tem que se aplicar imediatamente, seja qual ela for? Mesmo com prejuízo de direitos adquiridos?

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Quais direitos adquiridos!?

O **Orador:** — Deixe-me acabar, Sr. Deputado!

O Sr. Deputado diz que uma lei boa tem que se aplicar imediatamente. Ora, isso significa que todas as leis são boas, não há leis más quando são promulgadas e entram em vigor, todas elas são de aplicação imediata. Quer dizer, o princípio da não retroactividade, o respeito por situações anteriores nunca seria consentido. Segundo a sua tese, todas as leis, mesmo as não processuais, eram sempre de aplicação imediata.

O que aqui lhe disse foi que, sem violar os limites da ética, a proposta que chegou a ser aprovada era correcta, era normal, estávamos dispostos a aceitá-la. Por que é que a retirou? Deve ser um problema da nossa parte ...

O Sr. **Silva Marque** (PSD): — O Sr. Deputado quer lavar roupa suja! Não se trata de roupa suja mas de divergências!

O **Orador:** — Não é isso. Não quero lavar nenhuma roupa suja!

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Então vamos discutir em pormenor!

O **Orador:** — É o que estou a fazer. O que eu quero é uma lei que seja possível, uma lei que honre a Assembleia, ...

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Então concordem connosco!

O **Orador:** — ... uma lei que tenha um consenso alargado. Vocês, porque têm a maioria, não têm sempre razão. Sr. Deputado, não podemos ser chamados a um testo, que tem óbvios erros, só porque têm a maioria. Os senhores não mudam a razão!

Portanto, se VV. Ex.as entenderem que é possível — e poderão estabelecer um prazo determinado — discutir os dois diplomas e fundi-los num só, fá-lo-emos, porque com isso penso que as instituições sairão robustecidas e o seu partido não sairá enfraquecido mas fortalecido.

O Sr. **Raul Junqueiro** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para, ao abrigo das disposições regimentais, requerer a suspensão dos trabalhos por quinze minutos.

O Sr. **Presidente:** — Para que a Mesa fique esclarecida, pergunto se a suspensão dos trabalhos é antes ou depois da votação da proposta de lei n.º 17/V.

O Sr. **Raul Junqueiro** (PS): — Pode ser imediatamente a seguir à votação, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Passamos, então, à votação, na generalidade, da proposta de lei n.º 17/V, que revê o regime de participações do sector público e procede à concentração dos princípios gerais a eles relativos.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS, votos contra do PCP, do PRD e da ID e a abstenção do PS.

Srs. Deputados, deu entrada na Mesa um requerimento subscrito por Srs. Deputados do PSD, que vai ser lido:

Foi lido. É o seguinte:

> Os deputados abaixo assinados requerem, nos termos regimentais, a baixa à 5.ª Comissão da proposta de lei n.º 17/V, para apreciação na especialidade, pelo prazo de quinze dias.

Vamos votar, Srs. Deputados.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vai ser lido outro requerimento, apresentado igualmente pelo PSD.

Foi lido. É o seguinte:

> Nos termos e para os efeitos regimentais, requere-se o prolongamento dos trabalhos parlamentares até à votação do projecto de lei n.º 142/V.

O Sr. **Jorge Sampaio** (PS): — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor.

O Sr. **Jorge Sampaio** (PS): — Sr. Presidente, não me pronunciando, obviamente, sobre esse requerimento, as votações que estavam anunciadas para hoje são aquelas que constam do período da ordem do dia, ou seja, a votação da

proposta de lei n.º 17/V e a sua baixa à Comissão. Por outro lado, temos pendente na Mesa, para decisão imediata, um pedido de interrupção dos trabalhos por um período de quinze minutos. Ora, isto não prejudica evidentemente a apreciação desse requerimento, que entrou posteriormente ao nosso pedido de interrupção dos trabalhos, Sr. Presidente.

Nestas circunstâncias, tenho a impressão de que a interrupção dos trabalhos por quinze minutos tem de ocorrer antes da votação desse requerimento.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, face ao exposto pelo Sr. Deputado Jorge Sampaio, suspendo a sessão por quinze minutos.

Eram 19 horas e 40 minutos.

Está reaberta a sessão, Srs. Deputados.

Eram 20 horas.

Antes de mais, quero anunciar à Câmara que deu entrada na Mesa um parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Sr. Presidente, uma vez que os Srs. Deputados do grupo parlamentar que pediu a interrupção dos trabalhos ainda não se encontram na Sala — aliás, é normal, quando há uma reunião de grupo parlamentar, exceder-se um pouco o tempo que é pedido —, sugerimos que se aguardem mais alguns momentos.

Pensamos que não está em causa — se é isso que preocupava os Srs. Deputados do PSD — o exercício do direito de verem votado o requerimento que apresentaram, uma vez que ele entrou na Mesa antes das 20 horas. Portanto, pelo nosso lado, podem estar descansados que não levantaremos qualquer dificuldade.

Sr. Presidente, julgamos que talvez fosse melhor contactar o Grupo Parlamentar do PS e comunicar-lhe que estamos a aguardar a chegada dos Srs. Deputados à sala.

O Sr. **Presidente:** — Assim o faremos, Sr. Deputado.

Pausa

Embora o Grupo Parlamentar do PS ainda não esteja presente, sugiro que votemos o parecer da Comissão de Regimento e Mandatos, dado que se trata de algo muito simples.

Entretanto, vai ser lido o referido parecer.

Foi lido. É o seguinte:

> De acordo com o solicitado no ofício n.º 132, processo n.º 42/86, da 1.ª Secção do 8.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, de 2 de Fevereiro corrente, enviado ao Sr. Presidente da Assembleia da República, acerca do Sr. Deputado Alberto Arons Braga de Carvalho, tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que esta Comissão Parlamentar decidu emitir parecer no sentido de autorizar o referido senhor deputado a depor como testemunha no processo acima referenciado.

Vamos votar, Srs. Deputados.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PS.

A Mesa irá fazer mais uma *démarche* junto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para saber da sua disponibilidade para continuarmos os trabalhos.

Pausa.

Srs. Deputados, uma vez que já se encontram na sala os Srs. Deputados do PS, vamos proceder à votação do requerimento apresentado pelo PSD, que há pouco foi lido e que se refere ao prolongamento dos trabalhos parlamentares.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (ID): — Sr. Presidente, uma vez que este debate já vai longo e já dissemos o que tínhamos a dizer, transformarei esta minha intervenção numa declaração de voto, que farei chegar à Mesa por escrito.

Prescindo, pois, do uso da palavra neste momento.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, dado que não há mais inscrições, o debate está encerrado.

Encontram-se na Mesa dois requerimentos de baixa à Comissão destes projectos de lei orgânica, um dos quais logicamente antecede o outro e é subscrito por deputados do PS, do PCP, do CDS, do PRD, de Os Verdes e da ID.

Este requerimento pede a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, por um período de oito dias, dos projectos de lei n.ºs 142/V e 169/V antes da sua votação.

O Sr. **Jorge Lacão** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor.

O Sr. **Jorge Lacão** (PS): — Sr. Presidente, esse requerimento tem a sua própria razão de ser nos exactos termos em que foi formulado, pelo que peço à Mesa que o mesmo seja lido.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, fiz um sumário do requerimento, dado que ele tinha sido distribuído, mas, uma vez que solicita a sua leitura, ele vai ser lido.

Foi lido. É o seguinte:

> Na sequência da apreciação, na generalidade, dos projectos n.ºs 142/V e 169/V, relativos à Lei Orgânica da Assembleia da República, apresentados, respectivamente, pelo PSD e pelos restantes grupos parlamentares, e visando defender as condições ainda possíveis, no limite da presente iniciativa, para realizar o consenso e a síntese legislativa adequados à definição do modelo institucional de funcionamento da Assembleia da República, órgão de soberania representativo da vontade pluralista do País e, por isso, instância onde as regras de relacionamento entre maiorias e minorias deve ser exemplo e espelho de uma genuína prática democrática, os deputados abaixo assinados, nos termos do artigo 148.º do Regimento, requerem a baixa à 1.ª Comissão dos dois projectos em apreço antes da votação, por um período de oito

dias, com vista a viabilizar, nos termos do artigo 143.º, um projecto síntese susceptível de ser susbscrito por todos os agrupamentos parlamentares.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e votos a favor do PS, do PCP, do PRD, do CDS, de Os Verdes e da ID.

O Sr. **Jorge Sampaio** (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente. É para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor.

O Sr. **Jorge Sampaio** (PS): — Sr. Presidente, sob a forma de interpelação à Mesa, queria dizer a V. Ex.ª e, evidentemente, a todos os Srs. Deputados o seguinte: este requerimento que acaba de ser rejeitado pelo PSD e que, consequentemente, não passou, como soi dizer-se, representava pela parte dos grupos e agrupamentos parlamentares seus subscritores uma última tentativa para que se fizesse o consenso necessário para dotar a Assembleia da República de uma lei orgânica aceite por todos.

Fizemos essa tentativa hoje e fizemo-la ...

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Isso não é uma interpelação à Mesa!

O **Orador:** — Os senhores deputados já vão ver porque é que interpelei a Mesa.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — É que me parece ser antes uma declaração de voto.

O **Orador:** — Sr. Deputado Silva Marques, eu fi-lo sob o controle do Sr. Presidente e não sob o controle de V. Ex.ª, como é evidente.

Aplausos do PS, do PCP, do PRD, do CDS, de Os Verdes e da ID.

Esta tentativa séria, transparente e sincera vai na sequência normal de todas as tentativas e inclusive das declarações aqui feitas pelos senhores deputados do PSD que sobre esta matéria se pronunciaram. E ninguém pode ignorar, Sr. Presidente, que estavam na Mesa dois projectos de lei orgânica com muitos pontos de confluência mas decisivos pontos de divergência, como foi aqui notoriamente escalpelizado durante o debate.

É evidente que não pomos em causa, como nunca o fizemos, a legitimidade da maioria. É também óbvio que pomos como ponto essencial do nosso comportamento a necessidade de, em matéria desta natureza — e outras se seguirão no decurso desta sessão legislativa —, as opiniões, as minorias, quando se trata de matéria estruturante da vida democrática e da vida da Assembleia da República, terem uma palavra decisiva a dizer, quando sobretudo insistem que há regras absolutamente necessárias de convivência e de funcionalidade que é indispensável que sejam adquiridas intemporalmente, quase diria, para que vigorem para além das conjunturas.

O PSD tem o direito de fazer avançar a sua legitimidade em termos de uma lei orgânica, que será (e ainda tenho esperança que o não seja) uma lei orgânica para a Assembleia da República do PSD.

Pela nossa parte, Sr. Presidente, e com a responsabilidade que sempre assumimos em todos os actos democráticos, temos também o direito de protestar. Nessa conformidade, para a continuação dos trabalhos relativamente aos projectos de lei orgânica, comunico à Mesa — e por isso a interpelação, porque era evidentemente a diligência mínima que V. Ex.ª, Sr. Presidente, e a Câmara têm o direito de conhecer — que, como forma de protesto da nossa parte, ficará na Sala apenas um deputado do Partido Socialista para a continuação destes trabalhos.

Aplausos do PS, do PCP, de Os Verdes e da ID.

O Sr. **Carlos Brito** (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Carlos Brito** (PCP): — Para interpelar a Mesa, comunicando, de uma maneira muito singela, que nos associamos, por inteiro, às palavras do Sr. Deputado Jorge Sampaio e que também o Grupo Parlamentar do PCP abandonará a Sala, ficando apenas um deputado a representá-lo.

Aplausos do PCP, do PS, do PRD, do CDS e da ID.

Vozes de protesto do PSD.

O Sr. **Manuel Moreira** (PSD): — Essa é a democracia!

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, agradecia que houvesse silêncio na Sala. Há ainda duas interpelações à Mesa, pelo menos são duas as que tenho conhecimento ...

É evidente que compreendo a situação, apesar de o Regimento dizer que é de dois minutos o tempo para interpelar a Mesa, mas houve uma informação à Mesa na ponta final do esclarecimento dado pelo Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Sr. Presidente, salvo melhor opinião, penso que o Sr. Deputado Narana Coissoró está inscrito em primeiro lugar.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Não, Sr. Deputado, faça favor.

O **Orador:** — Muito obrigado, Sr. Deputado Narana Coissoró.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra para uma interpelação à Mesa não para fiscalizar a condução dos trabalhos por parte do Sr. Presidente, mas o facto de não pretendermos substituir-nos ao Sr. Presidente não nos obriga a estarmos de olhos fechados, impávidos como cera, assistindo àquilo a que chamarei os vossos jogos malabares do parlamentarismo. Os senhores estão a empurrar o Parlamento para jogos malabares e isso, Srs. Deputados, não prestigia o Parlamento.

O Sr. Deputado Jorge Sampaio pediu a palavra para interpelar a Mesa, mas, entretanto, deu ao conteúdo da sua intervenção, pelo menos em boa parte, a natureza de uma declaração de voto. Sr. Deputado Jorge Sampaio, não há declarações de voto na sequência de votações de requerimentos e isso está consignado expressamente no Regimento. E uma boa parte da sua intervenção foi isso.

Relativamente ao anúncio que o Sr. Deputado Jorge Sampaio fez — que, aliás, também não cabe na figura da interpelação —, quero dizer-lhe que a vossa reacção, inclusivamente a do Sr. Deputado Jorge Sampaio, que me vira a cara em sinal de desacordo ...

O Sr. **Jorge Sampaio** (PS): — Mas estou a ouvir com a maior atenção, Sr. Deputado!

O **Orador:** — O que define os democratas é aceitar, sem limites, a liberdade de divergência sem criar atritos pessoais.

Aplausos do PSD.

E nós, Srs. Deputados, temos ouvido aqui de tudo, sem nunca vos virar a cara. Pergunto-vos, pois, Srs. Deputados: quem é que são os verdadeiros democratas? E o vosso abandono do hemiciclo, hoje, vem muito oportunamente a propósito, porque os senhores, com a vossa atitude, confirmam toda a nossa argumentação durante este debate.

A democracia não vive disso!

Aplausos do PSD.

Hoje já vos desafiei a publicitarem a nossa iniciativa para sermos julgados pelo povo português, pois os senhores acabaram de corresponder ao nosso apelo. O povo português saberá que os senhores, porque estão em minoria política, resolveram abandonar o lugar que por obrigação devem ocupar, pois é aqui que devem estar, porque foi para aqui que vos mandou o povo português.

Aplausos do PSD.

Neste momento deputados do PS, do PCP, do PRD, do CDS e da ID abandonam a sala.

Protestos do PSD.

O Sr. **Marques Júnior** (PRD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Marques Júnior** (PRD): — É para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente:** — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Marques Júnior** (PRD): — Sr. Presidente, também o PRD — pedindo autorização ao Sr. Deputado Jorge Sampaio — subscreve as considerações que ele fez relativamente a esta matéria. Assim, no respeito por todos os colegas e em termos institucionais, como penso que é a posição também do Sr. Deputado Jorge Sampaio, na minha interpretação, o PRD mantém-se presente no hemiciclo apenas através de um só Sr. Deputado.

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (ID): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente:** — Para que efeito pede a palavra, Sr. Deputado?

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (ID): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (ID): — Sr. Presidente, muito rapidamente quero dizer que apoiamos o protesto do Sr. Deputado Jorge Sampaio. Somos apenas dois deputados; como o Sr. Deputado Raul Castro saiu, fico apenas eu neste momento.

Risos do PSD.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Herculano Pombo** (Os Verdes): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Já não pergunto ao Sr. Deputado Narana Coissoró nem ao Sr. Deputado Herculano Pombo para que pedem a palavra. Tenha a bondade, Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Sr. Presidente, o meu colega deputado Basílio Horta fez um último apelo daquela Tribuna no sentido de que a Lei Orgânica do Ultramar não ...

Risos do PSD.

Desculpem, tenho um respeito tão grande por esta Assembleia como tive pelo ultramar. Os senhores, com este riso, talvez tenham mostrado o contrário.

Uma voz do PSD: — O Sr. Deputado foi o primeiro a rir-se!

O **Orador:** — Como dizia, o Sr. Deputado Basílio Horta disse que não queria transformar a Lei Orgânica do Ultramar ...

Risos do PSD.

Riam, riam outra vez. É para ver se agora riem menos. Sim, já é muito menos!

Srs. Deputados, não queiram transformar a Lei Orgânica da Assembleia da República numa lei partidária. Não consentimos nem consentiremos que ela seja uma lei partidária e, por isso mesmo, também o deputado Basílio Horta, que interveio no debate, abandonou esta Sala.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. **Herculano Pombo** (Os Verdes): — Sr. Presidente, ao abrigo da figura regimental adequada, interpelo a Mesa no sentido de lhe comunicar que a posição do meu grupo parlamentar é naturalmente solidária ...

Vozes do PSD: — Está sozinho!

O **Orador:** — Estou sozinho, mas assumo-me como sozinho, vocês é que, sendo muitos, não se assumem como um só.

Risos do PSD.

Estamos aqui perante a assunção da lei orgânica do Sr. Deputado Silva Marques, e, enfim, os senhores pouco têm participado, mas essa é outra história.

Como dizia, interpelo a Mesa no sentido de comunicar que o meu grupo parlamentar se associa, obviamente, com a tomada de posição dos restantes grupos parlamentares e que me manterei em representação do meu grupo parlamentar pelo facto evidente de neste momento estar sozinho por a minha colega se encontrar ausente.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, vão ter lugar as votações, pelo que solicitava às pessoas que estão no Plenário e que não são deputados o favor de deixarem o Plenário.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Pediu a palavra para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Sr. Presidente, uma vez que o Sr. Presidente anunciou a realização das votações, solicitava que V. Ex.ª verificasse o quórum para essas votações.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Silva Marques, pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Sr. Presidente, requeiro que se verifique nominalmente a presença dos deputados a fim de que se aplique o Estatuto dos Deputados, visto que no momento da votação as faltas significam ausência a toda a sessão.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Peço silêncio à Câmara.

O Sr. Deputado Jorge Lemos pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Sr. Presidente, não pretendendo entrar em polémica, gostaria só de interpelar V. Ex.ª no seguinte sentido: o regimento prevê uma hora para as votações, hora essa que preclodiu às 19 horas e 30 minutos, pois nessa altura fizemos as votações que estavam previamente agendadas.

Protestos do PSD

Creio, pois, que a questão do Sr. Deputado Silva Marques não tem razão de ser.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, há uma solicitação no sentido de se proceder à contagem dos senhores deputados presentes, contagem essa a ser feita nominalmente, e assim se vai proceder.

O Sr. **Raul Junqueiro** (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Raul Junqueiro, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Raul Junqueiro** (PS): — Sr. Presidente, é também minha convicção de que a disposição regimental referida pelo Sr. Deputado Silva Marques se aplica apenas às votações que estão previamente marcadas.

O Sr. **Luís António Martins** (PSD): — Em qualquer altura!

O **Orador:** — Penso que no caso em apreço ...

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, dá-me licença? Quero dizer-lhe que há aqui duas questões em causa: uma é a solicitação do reconhecimento nominal da presença dos senhores deputados; outra é uma questão administrativa. A questão nominal do reconhecimento da presença dos senhores deputados é aquilo que se vai fazer. A questão administrativa é outra.

O **Orador:** — Se me dá licença, gostaria apenas de saber, do lado da Mesa, qual é o critério que vai ser seguido, isto é, qual é a resposta que vai ser dada quanto à solicitação concreta feita pelo Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, a resposta é muito simples. Confesso, sem nenhum pejo, que não conheço suficientemente a legislação sobre esta matéria e a decisão será a decisão que for determinada legal e regimentalmente. Isso vai ser estudado e depois será dado conhecimento a todos os deputados. Não é este o momento certo de estar a estudar aqui na Mesa todas as implicações e consequências desse aspecto e portanto é essa a posição que a Mesa irá tomar.

O reconhecimento nominal da presença dos senhores deputados é uma outra questão e esse vamos fazê-lo imediatamente.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado Jorge Lemos pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Gostaria que o Sr. Presidente me pudesse dizer qual é a disposição regimental em que se baseia para efectuar, nesta fase do debate, uma chamada dos deputados. Há votações nominais, não há verificação de quórum nominal. O Regimento é omisso quanto a essa matéria, e para o Regimento poder ser interpretado nesse sentido a Mesa toma uma decisão. Eu posso recorrer dessa decisão, mas terá de haver quórum para votar a decisão da Mesa ou o meu recurso. Se não houver quórum, essa decisão não é válida, como sabem, Srs. Deputados.

O Sr. **Herculano Pombo** (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, foi feito um requerimento, embora verbal, nesse sentido e foi assim que o interpretei.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado Silva Marques pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Sr. Presidente, se a questão é essa, não há problemas, pois requer-se a contagem nominal após a votação. Agora, a penalização terá lugar, porque o que os senhores queriam é que a democracia só tivesse um lado. Não há comportamento sem o respectivo preço.

Sr. Presidente, não temos objecção a que a contagem nominal seja feita depois da votação, mas depois disso continuem aqui porque se não também são contados como ausentes. Se houver algumas dúvidas sobre o quórum, isso é verificado através do registo e a Comissão de Regimento e Mandatos debruçar-se-á sobre a legalidade ou não do processo.

O Sr. **Presidente:** — A Mesa tem conhecimento de que há, obviamente, quórum.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — É que eu solicitei à Mesa que verificasse se estão 126 deputados na Sala. Acontece que a Mesa ainda não respondeu a essa minha interpelação e eu continuo a aguardar a resposta.

O Sr. **Presidente:** — Pedia aos Srs. Secretários o favor de contarem o número de deputados presentes.

Pausa.

Srs. Deputados, vamos proceder à chamada e depois verificaremos quantos deputados estão presentes.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Sr. Presidente, peço a palavra. É para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Sr. Presidente, V. Ex.ª já tinha anunciado a votação e não é agora que vai suspendê-la para chamar os deputados. A única coisa que ficou por decidir é se se faria a votação nominal, daí retirando-se a contagem das presenças, mas V. Ex.ª não pode suspender agora o processo de votação.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Sr. Presidente, efectivamente há duas coisas distintas: uma é a votação, e evidentemente que ninguém pediu a votação nominal. Eu pedi a verificação das presenças, relativamente à votação, para efeitos da aplicação do Estatuto dos Deputados. Não pedi a votação nominal, o Sr. Deputado Narana Coissoró tem razão, o que eu pedi foi a contagem das presenças para efeito da aplicação da sanção disciplinar prevista no Estatuto dos Deputados e que os senhores deputados da oposição aprovaram, porque nessa altura lhes pareceu razoável.

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, a Mesa tem algumas dificuldades em ouvir e, consequentemente, em perceber o que se passa.

Portanto, façam o favor de manter algum silêncio na Sala para que a Mesa possa perceber quais são as diferentes questões que estão a ser esclarecidas.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente:** — Faca favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Sr. Presidente, continuo a aguardar uma resposta à interpelação que fiz à Mesa, sobre se há quórum ou não há quórum. Fui informado neste momento de que há quórum. Que aguarda V. Ex.ª para comunicar à Câmara se há ou se não há quórum? O que se está aqui a passar é um escândalo, porque os senhores não têm quórum na Sala.

Uma voz do PSD: — O escândalo é vosso!

O **Orador:** — Estão a chamar deputados à pressa para conseguirem forjar um quórum. Sr. Presidente, isto não pode ser, o Sr. Presidente não pode ser conivente com uma atitude destas.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, o que está em causa é a verificação nominal dos Srs. Deputados e ficou esclarecida esta matéria.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Sr. Presidente, para quê, se o debate está encerrado?

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Sr. Presidente, há duas coisas completamente diferentes: em primeiro lugar, começou o momento da votação e o Sr. Deputado Jorge Lemos pediu a contagem dos deputados presentes para se saber se havia ou não quórum. A Mesa já sabe neste momento que não há quórum e, como tal, nada mais há a fazer senão declará-lo e só depois ...

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado dá-me licença? O Sr. Deputado está a laborar num erro, porque eu não tinha ainda iniciado o processo de votação, apenas tinha indicado qu íamos passar ao processo de votação. Portanto, o processo de votação real, como tenho feito em todas as circunstâncias, não tinha ainda efectivamente começado, e é este o aspecto que quero esclarecer.

O **Orador:** — Sr. Presidente, se me permite, lembrar-lhe-ei que V. Ex.ª até chegou a dizer «vamos fazer a votação nominal». Em primeiro lugar, ninguém pediu a votação nominal e a Mesa não a pode inventar. O que aconteceu foi que o Sr. Deputado Silva Marques pediu, para efeitos disciplinares, a contagem nominal dos deputados presentes e o CDS está de acordo em que esta se faça depois de se ter declarado que não há quórum.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, ao fazermos a contagem nominal dos deputados evidentemente que esta se deve fazer da maneira mais perfeita possível.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra. É para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Sr. Presidente, as coisas são simples, não as compliquemos e façamos as coisas por partes. Há um senhor deputado que tem dúvidas sobre o quórum, tem direito a isso e há que verificar o quórum que existe neste momento, porque há dois quóruns, e pode não haver quórum de votação, mas pode haver quórum de funcionamento, e, se há um deputado que põe em causa o quórum, verifique-se o quórum.

Há pouco requeri outra coisa, Sr. Presidente, que será feita posteriormente à votação. Pedi a V. Ex.ª que contasse

os deputados presentes, não para efeitos de votação, mas para efeitos da aplicação do Estatuto dos Deputados.

Portanto, em primeiro lugar será a votação e só depois V. Ex.ª verificará quem participou na votação, para efeitos dessa disposição do Estatuto dos Deputados.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos, mas pedia que não prolongássemos indefinidamente este processo, que está agora suficientemente claro.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — O Sr. Presidente anunciou que íamos passar à fase das votações. Uma das condições prévias à votação é saber se estão reunidas as condições materiais, ou seja, se o número de presenças é suficiente para que se possa passar à votação.

Perguntei à Mesa há mais de vinte minutos se há ou não quórum. Continuo a aguardar, Sr. Presidente. É significativo o seu silêncio sobre esta matéria, perante uma coisa que é tão evidente! Não me obrigue a qualificá-lo mais do que já fiz, porque ainda acredito que o Sr. Presidente é o Presidente de todos os deputados.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, vou dar as informações que o Sr. Deputado Jorge Lemos solicitou.

Srs. Deputados, quando há pouco disse que íamos passar à fase de votação, utilizei uma expressão que uso frequentemente e que não quer necessariamente dizer que vamos dar início à votação.

Em segundo lugar, não há efectivamente quórum para a votação, mas há quórum de funcionamento.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Para quê, Sr. Presidente, se o debate está encerrado?

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, há o artigo 66.º do Regimento, sobre a verificação de presenças dos deputados e que diz que «a presença dos deputados às reuniões plenárias é verificada no início ou em qualquer outro momento da reunião», e foi isso que foi solicitado.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra. É para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — É para, nos termos regimentais, solicitar a interrupção da sessão por 30 minutos.

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (ID): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente:** — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado, informo que depois falarei expressamente sobre o requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Silva Marques.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (ID): — O Sr. Presidente está realmente confrontado, e pela primeira vez desde que é Presidente, com esta situação: foi pedido no processo de votação que se verificasse se há ou não quórum. Não havendo quórum, Sr. Presidente, não há mais matéria nenhuma a tratar e V. Ex.ª já demorou muito tempo a dar essa informação, pois a Mesa rapidamente confirmou que não havia quórum.

O Sr. Presidente disse que não se tinha entrado no processo de votação, mas a primeira coisa que farei amanhã de manhã, ou ainda esta noite, é ver o borrão desta sessão, porque creio que o Sr. Presidente está enganado.

O que se está agora a passar, Sr. Presidente, é que o Grupo Parlamentar do PSD lhe está a criar um problema grave e neste momento começo a pensar que terão começado a manipular toda a sessão até que cheguem aqui deputados para votarem.

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente fica mal colocado e, neste momento, eu mesmo — que fiquei a representar o meu agrupamento parlamentar —, possivelmente não ficarei nem mais um minuto, Sr. Presidente.

É muito grave que V. Ex.ª esteja, inconscientemente, a ser usado nesta situação, porque se é pedido que se verifique se há ou não quórum, é para que imediatamente isso seja confirmado e a partir daí não há votação, não há mais nada, não há pedidos de interrupção de trabalhos, não há mais coisa nenhuma, Sr. Presidente. É muito grave para onde o Grupo Parlamentar do PSD quer levar a presidência da Mesa. Portanto, chamo a atenção do Sr. Presidente para o que se está a passar, pois, inconscientemente, V. Ex.ª pode estar a cair num gravíssimo erro.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, vamos fazer uma pequena pausa para que os elementos da Mesa possam reflectir.

Pausa.

Srs. Deputados, agradeço que façam o menos barulho possível porque algumas dificuldades com que a Mesa se depara resultam, em parte, das condições de trabalho deficientes, pois nem sempre ouvimos completamente o que os Srs. Deputados pretendem e nem sempre podemos entender as questões que estão em causa e que, em nosso entender, são duas: uma delas é uma questão de votação e uma outra é a verificação das presenças dos Srs. Deputados. Assim, devemos conjugar o artigo 66.º do Regimento com o artigo 21.º do Estatuto dos Deputados, que agradecia que lessem para evitar o prolongamento desta discussão para além do tempo excessivo.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Sr. Presidente, a fase do debate já terminou?

O Sr. **Presidente:** — Terminou, Sr. Deputado!

O **Orador:** — Portanto, passou-se para a fase seguinte, que é a da votação. A Mesa já reconheceu publicamente que não há quórum. Então o que é que estamos aqui a fazer?

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, estamos a procurar saber se, conforme o que foi solicitado, devemos ou não fazer a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Sr. Presidente, se me permite, apliquemos as regras vigentes do Regimento às diferentes situações.

Eu fui o primeiro que levantei a questão e apresentei um requerimento no sentido de se verificar nominalmente a presença dos senhores deputados para efeitos da aplicação do artigo 21.º do Estatuto dos Deputados, que refere o seguinte:

> Verificada a falta de quórum, de funcionamento ou deliberação, o Presidente convoca os deputados ao Plenário, registando as ausências para os efeitos previstos no regime geral de faltas.

Portanto, isto não tem nada a ver com a questão de saber se se deve ou não contar o quórum nominalmente. Após a verificação de uma falta de quórum, V. Ex.ª, Sr. Presidente, convoca os deputados e verifica quem está presente.

Um outro aspecto é o seguinte: o Sr. Presidente declarou que o debate estava terminado e iniciou-se um processo de preparação da votação. Entretanto foi levantada — e bem, pois é um direito do deputado — a questão do quórum. Ora, aguardámos a verificação desse quórum e chegámos à conclusão de que não havia quórum de votação, mas sim de funcionamento. Nessa altura requeri a interrupção da sessão e tenho direito a que ela me seja concedida. É um direito potestativo.

Se os Srs. Deputados disserem que já não nos encontrávamos no período de debate, pois estávamos no período de votação, então os senhores deviam ter-se calado há pelo menos duas horas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — Portanto, Sr. Presidente, requeremos a interrupção da sessão por 30 minutos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, como os membros da Mesa tinham algumas dúvidas no sentido de saber se o Sr. Deputado Jorege Lemos tinha solicitado a palavra antes ou depois do Sr. Deputado Silva Marques, vou deferir o requerimento solicitado pelo PSD depois de o Sr. Deputado Jorge Lemos usar da palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Sr. Presidente, sob a forma de interpelação à Mesa, gostaria de colocar a seguinte questão: há pouco foi aprovado pelo Plenário da Assembleia da República um requerimento subscrito por deputados do PSD no sentido de que a sessão fosse prolongada até à votação. Íamos proceder à votação, foi colocada a questão de saber se havia ou não condições materiais para tal e verificou-se que não. Portanto, está precludido o efeito do requerimento do PSD quanto ao prolongamento da sessão.

Sr. Presidente, a sessão acabou no exacto momento em que se verificou que não havia condições para se proceder à votação. Foi isso o que os senhores quiseram votar: os senhores não votaram uma determinada hora para o prolongamento da sessão, mas sim até estar concluída a votação dos diplomas. Ora, a votação não se pode efectuar por falta de quórum, a culpa não é da oposição, Srs. Deputados!

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — O senhor não sabe!

O **Orador:** — O PSD tem 148 deputados, e se pretendem impor uma lei orgânica, façam-no sozinhos, com os vossos votos. Porém, os senhores nem sequer são organizados porque não conseguem ter na Assembleia os deputados suficientes que suportem as vossas propostas. É deprimente ver o estado a que os senhores chegaram! Mas é mais deprimente termos verificado que...

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado não está a fazer nenhuma interpelação à Mesa, mas sim uma intervenção.

O **Orador:** — Sr. Presidente, a questão que queria colocar é a de saber em que disposição regimental baseia a sua actuação no sentido de prolongar o funcionamento deste Plenário para além da verificação da não existência de quórum.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, eu ia procurar explicar uma vez mais o pensamento dos elementos da Mesa, ou pelo menos o meu, e neste momento quero absorvê-lo com toda a responsabilidade porque ele advém da tentativa de elaborar um processo tão honesto quanto possível.

Ao fim de algumas dificuldades resultantes até das condições de trabalho, anunciei que tinha terminado o debate, que ia começar um processo de votação, mas não a votação específica. Entretanto fui interrompido por uma outra questão, que foi colocada e a que não soube responder imediatamente — estou consciente disso — e precisamente por isso disse que a ia estudar claramente. Agora já sei que se aplica o artigo 21.º do Estatuto do Deputados. Portanto, é legítimo que primeiro se responda a essa questão e depois, se não houver quórum para tal, não se procederá à votação.

Ora, como o processo ainda estava a decorrer e como o Sr. Deputado Silva Marques solicitou 30 minutos de suspensão dos trabalhos, visto ser regimental, está concedida.

Está, pois, suspensa a sessão por 30 minutos.

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (ID): — Essa agora!

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Recorro da decisão da Mesa, Sr. Presidente! O Sr. Presidente não me pode negar o direito de recurso! O que aqui se está a passar é um escândalo, é inaceitável!

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (ID): — Arrisca-se a levar uma moção de censura, Sr. Presidente!

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — É inconstitucional o que aqui se está a passar.

Eram 20 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 21 horas e 30 minutos.

Vamos proceder à chamada nominal.

Procedeu-se à chamada.

Verificação das presenças às 21 horas e 30 minutos para efeitos do artigo 21.º do Estatuto dos Deputados.

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio de Mesquita Araújo Guedes.
Adérito Manuel Soares Campos.
Adriano Silva Pinto.

Alberto Cerqueira de Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Alexandre Azevedo Monteiro.
Amândio dos Anjos Gomes.
António Abílio Costa.
António Augusto Ramos.
António Fernandes Ribeiro.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António José Caeiro da Motta Veiga.
António José de Carvalho.
António Manuel Lopes Tavares.
António Maria Oliveira de Matos.
António Paulo Veloso Martins Bento.
António Roleira Marinho.
António Sérgio Barbosa de Azevedo.
António da Silva Bacelar.
Aristides Alves do Nascimento Teixeira.
Arlindo da Silva André Moreira.
Armando Manuel Pedroso Militão.
Belarmino Henriques Correia.
Carlos Alberto Pinto.
Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.
Carlos Manuel Duarte Oliveira.
Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.
Casimiro Gomes Pereira.
Cecília Pita Catarino.
César da Costa Santos.
Cristóvão Guerreiro Norte.
Daniel Abílio Ferreira Bastos.
Domingos Duarte Lima.
Domingos da Silva e Sousa.
Ercília Domingos M. P. Ribeiro da Silva.
Fernando Barata Rocha.
Fernando Dias de Carvalho Conceição.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando José R. Roque Correia Afonso.
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
Fernando Monteiro do Amaral.
Filipe Manuel Silva Abreu.
Francisco João Bernardino da Silva.
Francisco Mendes Costa.
Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.
Hilário Torres Azevedo Marques.
Jaime Carlos Marta Soares.
Jaime Gomes Milhomens.
João Álvaro Poças Santos.
João Costa da Silva.
João Domingos F. de Abreu Salgado.
João Granja Rodrigues da Fonseca.
João José Pedreira de Matos.
João José da Silva Maçãs.
João Maria Ferreira Teixeira.
João Soares Pinto Montenegro.
Joaquim Fernandes Marques.
Joaquim Vilela de Araújo.
Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.
José Alberto Puig dos Santos Costa.
José de Almeida Cesário.
José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
José António Coito Pita.
José Augusto Ferreira de Campos.
José Augusto Santos Silva Marques.
José Francisco Amaral.
José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.
José Júlio Vieira Mesquita.
José Lapa Pessoa Paiva.
José Leite Machado.
José Luís Bonifácio Ramos.
José Luís Campos Vieira de Castro.
José Luís de Carvalho Lalanda Ribeiro.
José Manuel da Silva Torres.
José Mendes Bota.
José de Vargas Bulcão.
Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.
Licínio Moreira da Silva.
Luís António Martins.
Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.
Luís Filipe Meneses Lopes.
Luís Manuel Neves Rodrigues.
Luís da Silva Carvalho.
Manuel Albino Casimiro de Almeida.
Manuel António Sá Fernandes.
Manuel Coelho dos Santos.
Manuel João Vaz Freixo.
Manuel Joaquim Batista Cardoso.
Manuel José Dias Soares Costa.
Manuel Maria Moreira.
Margarida Borges de Carvalho.
Maria Assunção Andrade Esteves.
Maria da Conceição U. de Castro Pereira.
Maria Luísa Lourenço Ferreira.
Maria Natalina Pessoa Milhano Pintão.
Mary Patrícia Pinheiro Correia e Lança.
Mário Ferreira Bastos Raposo.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Mateus Manuel Lopes de Brito.
Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.
Nuno Francisco F. Deleure Alvim de Matos.
Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.
Paulo Manuel Pacheco Silveira.
Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho.
Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
Rui Gomes da Silva.
Valdemar Cardoso Alves.
Vasco Francisco Aguiar Miguel.
Vítor Pereira Crespo.
Virgílio de Oliveira Carneiro.

Se os Srs. Deputados estiverem de acordo, quanto aos outros grupos e agrupamento parlamentares vamos proceder à chamada assinalando apenas as presenças porque é muito mais simples.

Pausa.

Srs. Deputados, foi feita a contagem para os efeitos requeridos pelo Partido Social-Democrata e estão presentes 116 deputados.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Sr. Presidente, lembramos à Mesa que a chamada tem de ser nominal.

O Sr. **Presidente:** — Pus à consideração da Câmara o método de assinalarmos apenas as presenças no que respeita aos outros grupos e agrupamento parlamentares e foi isso que fizemos.

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — Solicitamos que seja feita a chamada nominal, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, pus previamente isso à consideração e não obtive nenhuma objecção, mas, sendo assim, vamos fazê-la.

Procedeu-se à chamada.

Partido Socialista (PS):

José Carlos P. Basto da Mota Torres.
Raul Manuel Bordalo Junqueiro.

Partido Comunista Português (PCP):

Cláudio José dos Santos Percheiro.
Jorge Manuel Abreu Lemos.

Partido Renovador Democrático (PRD):

António Alves Marques Júnior.

Centro Democrático Social (CDS):

Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista os Verdes (MEP/PV):

Herculano da Silva P. Marques Sequeira.

Agrupamento Intervenção Democrática (ID):

João Cerveira Corregedor da Fonseca.

Srs. Deputados, a próxima reunião terá lugar amanhã, às 10 horas, tendo como período da ordem do dia a discussão das propostas de lei n.os 29/V e 22/V.

O Sr. **Correia Afonso** (PSD): — Peço desculpa, Sr. Presidente, mas gostaria de saber se a votação dos projectos de lei orgânica da Assembleia da República é ou não efectuada na reunião plenária de amanhã.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, anunciei espressamente a ordem de trabalhos para a reunião plenária que terá lugar amanhã.

Está encerrada a sessão.

Eram 21 horas e 40 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adriano Silva Pinto.
Amandio dos Anjos Gomes.
Amandio Santa Cruz D. Basto Oliveira.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António José Caeiro da Mota Veiga.
António José de Carvalho.
António Manuel Lopes Tavares.
António Sérgio Barbosa de Azevedo.
Aristides Alves do Nascimento Teixeira.
Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.
Carlos Matos Chaves de Macedo.
Cecília Rita Catarino.
Domingos Duarte Lima.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
Fernando Monteiro do Amaral.
Filipe Manuel Silva Abreu.
Flausino José Pereira da Silva.
Francisco João Bernardino da Silva.
Francisco Mendes Costa.
Gilberto Parra Madail.
Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.
Jaime Carlos Marta Soares.
Jaime Gomes Milhomens.
João Álvaro Poças Santos.
João Granja Rodrigues da Fonseca.
João José Pedreira de Matos.
Joaquim Vilela de Araújo.
José Ângelo Ferreira Correia.
José Luís Bonifácio Ramos.
José Luís de Carvalho Lalanda Ribeiro.
José Manuel Rodrigues Casqueiro.
José Mário Lemos Damião.
José de Vargas Bulcão.
Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.
Luís Manuel Neves Rodrigues.
Manuel Albino Casimiro de Almeida.
Manuel Joaquim Batista Cardoso.
Manuel José Dias Soares Costa.
Manuel Maria Moreira.
Margarida Borges de Carvalho.
Mary Patrícia Pinheiro Correia Lança.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Miguel Bento M. da C. de Macedo e Silva.
Nuno Francisco F. Delcure Alvim de Matos.
Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.
Rui Gomes da Silva.
Valdemar Cardoso Alves.

Partido Socialista (PS):

Alberto Manuel Avelino.
Armando António Martins Vara.
Carlos Manuel Natividade Costa Candal.
Edmundo Pedro.
Hélder Oliveira dos Santos Filipe.
Jaime José Matos da Gama.
João Rosado Correia.
José Apolinário Nunes Portada.
José Luís do Amaral Nunes.
José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.
José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.
Júlio Francisco Miranda Calha.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel Alfredo Tito de Morais.
Maria Helena do R. da C. Salema Roseta.
Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
Ricardo Manuel Rodrigues Barros.

Partido Comunista Português (PCP):

António José Monteiro Vidigal Amaro.
Carlos Alfredo do Vale Gomes Carvalhas.
Carlos Alfredo Brito.
Carlos Campos Rodrigues Costa.
Domingos Abrantes Ferreira.
Jorge Abreu Lemos.
José Manuel Maia Nunes de Almeida.
Manuel Rogério Sousa Brito.
Maria Luísa Amorim.
Octávio Floriano Rodrigues Pato.
Rogério Paulo S. de Sousa Moreira.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Natália de Oliveira Correia.
Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
Basílio Adolfo de M. Horta da Franca.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

António Costa de A. de Sousa Lara.
Arménio dos Santos.
Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.
Carlos Manuel Sousa Encarnação.
Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.
Carlos Sacramento Esmeraldo.
Dinah Serrão Alhandra.
Evaristo de Almeida Guerra de Oliveira.
Fernando José Alves Figueiredo.
Joaquim Eduardo Gomes.
José Pereira Lopes.
Luís Amadeu Barradas Amaral.
Luís Manuel Costa Geraldes.
Manuel da Costa Andrade.
Manuel Ferreira Martins.
Manuel Joaquim Dias Loureiro.
Maria Assunção Andrade Esteves.
Maria Manuela Aguiar Moreira.
Rui Alberto Limpo Salvada.

Partido Socialista (PS)

João Barroso Soares.
José Manuel Torres Couto.
Manuel António dos Santos.
Vítor Manuel Caio Roque.
Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

Centro Democrático Social (CDS):

José Luís Nogueira de Brito.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV)

Maria Amélia do Carmo Mota Santos.

Rectificação ao *Diário*, 1.ª série, n.º 39, de 13 de Janeiro de 1988

No sumário, col. 2.ª, l. 6 e 7, onde se lê «João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE)» deve ler-se «João Corregedor da Fonseca (ID)».

Os Redactores *Maria Amélia Martins — José Diogo — Cacilda Nordeste.*

DIÁRIO
da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

PORTE PAGO

1 — A renovação das assinaturas ou a aceitação de novos assinantes para qualquer das publicações oficiais deverá efectuar-se até ao final do mês de Janeiro, no que se refere às assinaturas anuais ou para as do 1.º semestre, e até 31 de Julho, para as que corresponderem ao 2.º semestre.

2 — Preço de página para venda avulso, 4$; preço por linha de anúncio, 86$.

3 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

4 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 240$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex